



PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL NA
COMUNIDADE CIGANA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA
MADEIRA: CONTRIBUTOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Dissertação de Mestrado

BÁRBARA RUBINA CAIRES DÓRIA GONÇALVES

Trabalho realizado sob a orientação científica de

Professor Doutor Ricardo Manuel das Neves Vieira

Leiria, março de 2022

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Instituto Politécnico de Leiria



PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL NA
COMUNIDADE CIGANA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA
MADEIRA: CONTRIBUTOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Dissertação de Mestrado

BÁRBARA RUBINA CAIRES DÓRIA GONÇALVES

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Mediação Intercultural e Intervenção Social

Orientação Científica:
Professor Doutor Ricardo Manuel das Neves Vieira – Professor Coordenador Principal
Instituto Politécnico de Leiria
Leiria, 2022

Se perguntar aqui, se fado é um símbolo de Lisboa,
com certeza que sim (para vocês).
Aqueles mitos que vão lá fora (...),
de que o fado é algo considerável e representante de algum espaço,
mesmo que não seja nosso, do espaço onde nós vivemos.
Mas poucos sabem que o fado é herdeiro do Lundun,
uma dança africana do Congo.
E que a sua criação, deve-se muito à propagação do Lundun,
entre negros e mulatos,
descendentes de escravos livres que moravam em bairros como a Madragoa,
Alfama e Mouraria.
E poucos sabem,
que a Severa que fixou esse fado moderno em modo menor, era se calhar,
filha da Barbuda,
que era uma cigana e os seus tocadores,
africanos.
António Brito Guterres (2015)

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão ao impulsionador desta empreitada, caríssimo orientador Exmo. Sr. Doutor. Ricardo Vieira. Agradeço pelos limites que nunca me impôs, pelo discurso calmante e securizante, pelas grandes aprendizagens que fiz ao longo deste caminho e sobretudo, por encorajar a subida sempre, sempre!

A ti, companheiro de viagem há mais de vinte anos, pelo apoio e pela forma estupenda que sempre me impeliste a ir. Por confiares cegamente no meu potencial. Nunca serei capaz de te agradecer o suficiente, mas sempre vou tentar.

Ao meu querido filho, pelas tantas vezes que me perguntou com ar de empurrão “isso é para quando”? Sabes tu lá, que nessa pergunta de mil vezes, encontrei a minha e a tua resposta. Obrigada por me teres escolhido! Gosto tanto de ti, para sempre!

Às preciosíssimas Dra. Luísa e Professora Helena, quantos colos me deram, quantas inquietações me (des)construíram ! A minha gratidão é imensa, sempre me fizeram sentir em casa na vossa casa.

À comunidade cigana da Região Autónoma da Madeira, pela honrosa partilha que generosamente me oferecem, e pela confiança que depositam neste trabalho nosso. Juntos somos construtores de pontes! Seguimos sempre!

Às minhas especiais amigas, pelos debates misturados com gargalhadas e choros que sempre orientaram o meu caminho e pelos lugares comuns que criamos. Sóis muito!

Às pessoas que me aceitam como sou, que me oferecem paz, às que me abraçam quando eu tanto preciso, pela paixão que vibram com os meus projetos, com as minhas ideias e o carinho que depositam nisso, por me fazerem crer que a fronteira é um lugar especial de se estar.

A minha gratidão a todas e todos!

RESUMO

Acende-se um intenso e controverso debate, quando se abordam questões relativas à integração/inclusão social da comunidade cigana em Portugal, fundando-se assim o constructo desta dissertação, por vontade expressa de identificar e compreender o processo inclusivo dos ciganos, na Região Autónoma da Madeira, território privilegiado para esta investigação.

Pela ausência de produção científica e desconhecimento neste campo, o estudo que aqui se desenhou é reconhecido pela sua clara pertinência e originalidade e ainda pelo contributo pioneiro que vem dar a população da Região Autónoma da Madeira acerca dos contributos da mediação intercultural no processo inclusivo da comunidade cigana.

O estudo que aqui se empreende, pretende veicular a identificação e compreensão do processo inclusivo e de exclusão dos ciganos, e que impacto a mediação intercultural traduz neste, com finalidade de construir uma oportunidade de conferir visibilidade e voz à intervenção direcionada e centrada para uma comunidade que no espaço arquipelágico designado tem fraca, ou nula representação. Constituiu-se um momento de reflexão e descoberta dos próprios membros da comunidade cigana, relativamente aos seus processos de exclusão e inclusão social, bem como de outros em relação aos ciganos da Madeira.

No que concerne ao quadro compreensivo, deu-se primazia à investigação qualitativa com recurso a entrevistas realizadas com indivíduos de origem cigana, residentes na ilha da Madeira. Centra-se a análise deste estudo, essencialmente nas narrativas, pondo em evidência as perspetivas destes sujeitos e das suas capacidades identificativas, compreensivas e reflexivas acerca de si, dos outros e dos processos de inclusão/exclusão que experienciam na sua trajetória. Assim, neste estudo enquanto etnógrafos fomos conhecer e identificar processos de inclusão e exclusão da comunidade cigana na RAM à luz de três visões distintas, da comunidade

cigana residente na ilha da Madeira, de duas presidentes de instituições que trabalham estreitamente com ciganos e dois compradores.

Os nossos resultados refletem uma multiplicidade de cenários onde práticas de mediação intercultural estão presentes na intervenção social generalista que se opera com os membros da comunidade cigana, muito embora não sejam reconhecidas/significadas pela denominação formal e que são portas de acesso ao empoderamento, a cooperação e disseminação de uma cultura de paz que fortalece as sociedades, tornando-as inovadoras e inclusivas.

Palavras-chave:

Exclusão social, inclusão social, mediação intercultural e comunidade cigana

ABSTRACT

An intense and controversial debate rages when addressing issues related to the

integration/inclusion of the Roma community in Portugal, thus founding the construct of this dissertation, by express desire to identify and understand the inclusive process of Roma in the Autonomous Region of Madeira, privileged territory for this research.

Due to the absence of scientific production and lack of knowledge in this field, the study designed here is recognized for its clear relevance and originality and also for the pioneering contribution it provides to the population of the Autonomous Region of Madeira regarding the contributions of intercultural mediation in the inclusive process of the Roma community.

The study that is undertaken here aims to convey the identification and understanding of the inclusive and exclusion process of the Roma, and what impact intercultural mediation has on it, in order to build an opportunity to give visibility and voice to intervention directed and focused on a community that in the designated archipelagic space has little or no representation. It was a moment of reflection and discovery.

In terms of the comprehensive framework, primacy was given to qualitative research using interviews conducted with individuals of Roma origin living on the island of Madeira. The analysis of this study focuses essentially on the narratives, highlighting the perspectives of these subjects and their identifying, understanding

and reflective capacities about themselves, others and the processes of inclusion/exclusion they experience in their trajectory.

Our results reflect a multiplicity of scenarios as we had already guessed, among many, that intercultural mediation practices are present in the general social intervention that is operated with members of the Roma community, even though they are not recognized/signified by the formal denomination and that they are gateways to empowerment, cooperation and dissemination of a culture of peace that strengthens societies, making them innovative and inclusive.

Keywords

Social exclusion, social inclusion, intercultural mediation and the Roma community

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vii
Índice Geral	ix
Lista de Apêndices.....	xii
Lista de Anexos	xiv
Introdução.....	1
Capítulo 1. Enquadramento Conceptual do Objeto de Estudo	8
Multidimensionalidade dos Conceitos – Exclusão e Inclusão Social.....	10
1.1 Exclusão Social	10
1.2 Inclusão Social.....	15
2. Políticas Sociais de Apoio à Inclusão Social.....	21
3. Mediação Intercultural Recomendações de uma Estratégia Humanizadora	28
Capítulo 2. Metodologia de Pesquisa	32
1.1 Opções Metodológicas	32
2. Universo de Pesquisa.....	38
3. Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados.....	41
Capítulo 3. Primórdios do Povo Cigano- Representações Histórico-Sociais.....	45
3.1 Ciganos em Portugal – Resenha Histórica	48
Capítulo 4. Processos Implícitos e Explícitos de Exclusão da Comunidade Cigana na RAM Assimetrias, Perceções e Meta-Expectativas - Análise e Discussão de Dados	52
Perceções sobre Exclusão Social da Comunidade Cigana na RAM	55
Mitos e Preconceções	55
Segregação.....	55

Discriminação.....	56
Empregabilidade.....	57
Percepções sobre a Inclusão Social – Comunidade Cigana	61
Da Autorrepresentação e Visibilidade da Voz Ativa.....	61
Educação e Formação.....	62
Habitação e Saúde	63
Membros com Formação em Mediação Intercultural.....	64
Percepções sobre Exclusão e Inclusão Social à Luz de Dois Compradores de Mercadorias Vendidas por Membros da Comunidade Cigana.	67
Percepções sobre Exclusão e Inclusão Social – Presidente Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal, Presidente da Associação Presença Feminina.....	72
Capítulo 5. Conclusões, Considerações Finais e Perspetivas Futuras de Investigação	76
Referências Bibliográficas.....	85
Apêndice 1 – Consentimento Informado, Livre e Esclarecido.....	94
Apêndice A1 – Guião de entrevista ao Membro (1) da comunidade cigana.....	95
Apêndice A2- Transcrição da entrevista ao Membro (1) da comunidade cigana	98
Apêndice A3 – Sinopse Entrevista M1.....	104
Apêndice B1 – Guião de entrevista ao Membro (2) da comunidade cigana	107
Apêndice B2- Transcrição da entrevista ao Membro (2) da comunidade cigana.....	110
Apêndice B3 – Sinopse Entrevista M2.....	117
Apêndice C1 – Guião de entrevista ao Membro (3) da comunidade cigana	121
Apêndice C2- Transcrição da entrevista ao Membro (3) da comunidade cigana.....	124
Apêndice C3 – Sinopse Entrevista M3.....	131
Apêndice D1 – Guião de entrevista ao Membro (4) da comunidade cigana.....	135
Apêndice D2- Transcrição da entrevista ao Membro (4) da comunidade cigana	138
Apêndice D3 – Sinopse Entrevista M4.....	144

Apêndice E1 – Guião de entrevista ao Membro (5) da comunidade cigana	147
Apêndice E2- Transcrição da entrevista ao Membro (5) da comunidade cigana	150
Apêndice E3 – Sinopse Entrevista M5	156
Apêndice F1 – Guião de entrevista ao Membro (6) da comunidade cigana.....	159
Apêndice F2- Transcrição da entrevista ao Membro (6) da comunidade cigana	162
Apêndice F3 – Sinopse Entrevista M6	168
Apêndice G -Sinopse Dialética dos Membros.....	172
Apêndice H1 – Guião de entrevista a um/a comprador/a.....	176
Apêndice H2- Transcrição da entrevista ao comprador/a de mercadorias vendidas por membros da comunidade cigana.....	178
Apêndice H3 – Sinopse Entrevista C1	180
Apêndice I1 – Guião de entrevista a um/a comprador/a	182
Apêndice I2- Transcrição da entrevista ao comprador/a de mercadorias vendidas por membros da comunidade cigana.....	184
Apêndice I3 – Sinopse Entrevista C1	187
Apêndices J - Quadro Dialética Compradores	189
Apêndice L1 – Guião de entrevista Presidente FEM	191
Apêndice L2- Transcrição da entrevista Presidente FEM	193
Apêndice L3 – Sinopse Entrevista Presidente FEM.....	199
Apêndice M 1 – Guião de entrevista Presidente IPMFF	202
Apêndice M2- Transcrição da entrevista Presidente IPMFF.....	204
Apêndice M3 – Sinopse Entrevista Presidente IPMFF	211
Apêndice N – Quadro Dialético das Presidentes.....	214
Anexo I - Certidão da Constituição da ACig-RAM	219

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Apêndice A1 – Guião de entrevista ao Membro (1) da Comunidade Cigana

Apêndice A2- Transcrição da entrevista ao Membro (1) da Comunidade Cigana

Apêndice A3 – Sinopse Entrevista M1

Apêndice B1 – Guião de entrevista ao Membro (2) da Comunidade Cigana

Apêndice B2- Transcrição da entrevista ao Membro (2) da Comunidade Cigana

Apêndice B3 – Sinopse Entrevista M2

Apêndice C1 – Guião de entrevista ao Membro (3) da Comunidade Cigana

Apêndice C2- Transcrição da entrevista ao Membro (3) da Comunidade Cigana

Apêndice C3 – Sinopse Entrevista M3

Apêndice D1 – Guião de entrevista ao Membro (4) da Comunidade Cigana

Apêndice D2- Transcrição da entrevista ao Membro (4) da Comunidade Cigana

Apêndice D3 – Sinopse Entrevista M4

Apêndice E1 – Guião de entrevista ao Membro (5) da Comunidade Cigana

Apêndice E2- Transcrição da entrevista ao Membro (5) da Comunidade Cigana

Apêndice E3 – Sinopse Entrevista M5

Apêndice F1 – Guião de entrevista ao Membro (6) da Comunidade Cigana

Apêndice F2- Transcrição da entrevista ao Membro (6) da Comunidade Cigana

Apêndice F3 – Sinopse Entrevista M6

Apêndice G -Sinopse Dialética dos Membros

Apêndice H1 – Guião de entrevista a um/a comprador/a

Apêndice H2- Transcrição da entrevista ao comprador/a de mercadorias vendidas por membros da comunidade cigana

Apêndice H3 – Sinopse Entrevista C1

Apêndice I1 – Guião de entrevista a um/a comprador/a

Apêndice I2- Transcrição da entrevista ao comprador/a de mercadorias vendidas por membros da comunidade cigana

Apêndice I3 – Sinopse Entrevista C2

Apêndices J - Quadro Dialética Compradores

Apêndice L1 – Guião de entrevista Presidente FEM

Apêndice L2- Transcrição da entrevista Presidente FEM

Apêndice L3 – Sinopse Entrevista Presidente FEM

Apêndice M 1 – Guião de entrevista Presidente IPMFF

Apêndice M2- Transcrição da entrevista Presidente IPMFF

Apêndice M3 – Sinopse Entrevista Presidente IPMFF

Apêndice N – Quadro Dialético das Presidentes

Apêndice O – Estatutos da ACig-RAM

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Certidão da Constituição da ACig-RAM

INTRODUÇÃO

Sendo um debate polémico e delicadíssimo, serão sobejamente conhecidos por grande parte da sociedade os relatos das múltiplas vulnerabilidades que as minorias étnicas enfrentam aquando de processos de integração/inclusão nas sociedades onde se fixam.

Seria certamente mais desperta, consciente e (inevitavelmente) de diferente valor pessoal, social e cultural se a minha infância fosse pautada por “estórias” onde a diversidade étnica fosse uma realidade e a minha aproximação à comunidade cigana não tivesse surgido tão tardiamente. O mais perto que posso considerar ter estado desta etnia até então, foi nas repetidas vezes em que me chamavam de cigana, quando astuciosamente tentava movimentar situações a favor do que estoicamente defendia, ou me desenvencilhava arditamente de algumas tarefas. Perpetuou-se até hoje, não raras são as vezes em que ainda me apelidam (carinhosamente) assim. E eu (orgulhosamente) gosto!

No entanto, só no ano 2016, através do Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal (IPMFF) em parceria com a Presença Feminina (FEM), instituições que operam em bairros sociais do Funchal e estão envolvidas em intervenções de cariz social, cultural e recreativo em prol das melhores respostas às necessidades contextuais apresentadas, e que na prossecução das suas missões de contributo à sociedade civil encetam vários projetos sociais com ciganos da Madeira, que participo e implico-me de forma ativa e comprometida com esta comunidade.

Conhecer a comunidade cigana residente na Ilha da Madeira, a sua história e cultura, fez emergir uma lacuna no conhecimento desta população que reside há aproximadamente um século na Região.

Através dos relatos e da aproximação relacional que fomos¹ partilhando com alguns membros desta população, foi possível construir uma diagnose ao nível do conhecimento

¹ Privilegiámos a partir deste ponto a escrita na primeira pessoa do plural, com forte alicerce no paradigma metodológico em que se inscreve esta dissertação, da investigadora implicada no processo (Caria, 2003; Vieira, 2003; Vieira, 2009; Silva, 2009, Faria & Vieira, 2016). Todo o conteúdo deste documento foi co-construído, numa lógica de reflexão, cooperação, alteridade e pluralidade, que culmina num “nós”, orgulhosamente.

sociodemográfico, onde se estima que existam à volta de 120 pessoas de etnia cigana a residir na Região Autónoma da Madeira (doravante designada de RAM), com idades compreendidas entre os 0 e os 83 anos, maioritariamente residentes em bairros sociais² de dois concelhos da ilha da Madeira (Funchal e Santa Cruz).

Nas partilhas que honrosamente tenho participado, oportunidades de comércio e o facto de não existirem ciganos na RAM, foram os principais fatores influenciadores de vindas para a ilha, no final do século XIX. Podemos afirmar, através das narrativas de vários membros da comunidade cigana, que a venda ambulante e os apoios sociais conferidos pelo Estado através do RSI, são as principais fontes de rendimento desta população. Através do diagnóstico que fomos co-construindo (onde participam vários membros ativamente) fomos também ganhando consistência e consciência dos desafios de maior significância para a comunidade cigana, nomeadamente as dificuldades de subsistência, aliadas a vários cenários de estigma e discriminação, cenários estes, pautados por um abismo entre a falta de visibilidade e representação que os mantém cativos e excluídos de uma sociedade maioritária que não aceita a comunidade cigana plenamente.

Apontam os membros que a falta de representação e de oportunidades institucionais³ que proporcionem a difusão de conhecimento acerca da sua história e cultura, condicionam a forma como a população autóctone os olha e os trata. A desconfiança e o medo latente são dois acompanhantes indissociáveis da sociedade quando se trata de ciganos, referem.

Durante os vários discursos que tivemos a oportunidade de partilhar, enfatizam que não se sentem plenamente incluídos, que são vítimas de discriminação em quase todas as esferas sociais onde se movimentam⁴ e que os filhos também já experienciam os mesmos sentimentos e situações.

Desta troca de significações e interesses eclode este trabalho de investigação, sob a forma refinada de dissertação dando-se cumprimento à última fase de avaliação do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social – MIIS, ministrado pela Escola Superior de

² Três bairros sociais – Complexo Habitacional de Santo Amaro (Funchal), Complexo Habitacional da Nazaré (Funchal) e Complexo Habitacional da Nogueira (Camacha-Santa Cruz), Não obstante há outras famílias inseridas em outros pontos do arquipélago e sem aproximação a habitação social.

³ “ (...) Só com testemunhos em eventos de instituições consagradas pela população regional, nos poderão ouvir”.

⁴ Educação, emprego, saúde, habitação e circuitos sociais.

Educação e Ciências Sociais, tutela do Instituto Politécnico de Leiria e com a magnânima coordenação científica do Exmo. Sr. Professor Doutor. Ricardo das Neves Vieira, meu honroso supervisor.

Para que a investigação seguisse um curso consistente e sustentado, imperou a elaboração de um diagnóstico social construído pelos próprios membros da comunidade cigana em plena articulação com o corpo de investigação, do qual resultou a nossa convicção que estaríamos em posição crítica e sustentada de avançar para um estudo com repercussões práticas ao nível da materialização da produção científica.

Daqui advém a pertinência deste estudo, pela necessidade e disposição enquanto agentes de intervenção e de mudança social. A presente investigação prima por ser pioneira ao nível científico-académico, original e da maior inferência ao nível da promoção da convivência (interpessoal e intersectorial) com consequência direta na transformação social.

É neste propósito maior, que pretendemos **veicular a identificação, conhecimento e compreensão dos processos de inclusão e exclusão social da comunidade cigana na Região Autónoma da Madeira (RAM)** e que **impacto a mediação intercultural** traduz neste, com finalidade de construir uma oportunidade de conferir visibilidade e voz à intervenção direcionada e centrada para uma comunidade que na RAM tem fraca ou nula representação.

Embora sejamos conscientes da complexidade do nosso objeto social de estudo, os processos de inclusão e exclusão social da comunidade cigana na RAM, impera “olhar de frente, para o que se olha de lado” (Pais, 2001, p.241), e encetar uma nova roupagem no campo teórico-prático da compreensão, almejando a maior verticalidade no que concerne à equidistância, sobretudo porque nos consideramos verdadeiros “*romany rye*”⁵ (Borrow, 1996). Por tal, demorou-se a “arrematar” este trabalho académico, sendo que o objetivo lúdico nunca foi a obtenção de um grau académico, mas pela indissociabilidade que impera na minha vida dum projeto pessoal marmorizado com o profissional que garanta um romper de padrões, objetivo este (sim!), que eu espero que impele para sempre o meu sentido.

⁵ Amigo dos ciganos, dos escritos de George Borrow (1996).

Senti-me durante mais tempo do que queria, uma versão contemporânea de Sísifo, desencantei-me muitas vezes deste documento, mas felizmente a profecia não se cumpriu.

Procuramos, em termos mais específicos, analisar, refletir e discorrer sobre esta problemática de modo a subsidiar o conhecimento acerca da comunidade cigana na RAM, bem como os contributos que a mediação intercultural (MI) oferece (ainda que não denominada de tal) ao seu processo de inclusão social, com efeito na divulgação da informação e debate.

Assim, neste estudo vestimos a pele de etnógrafos e fomos conhecer e identificar processos de inclusão e exclusão social da comunidade cigana na RAM à luz de três visões distintas, da comunidade cigana residente na ilha da Madeira, de duas presidentes de instituições que trabalham estreitamente com ciganos e dois compradores, apontando a MI como uma metodologia de inovação social (Torremorrel, 2008) em prol de condições mais favoráveis de reconhecimento e de modelos neocorporativistas entre as diferenças, elaborando novos acordos de convivência.

Tentamos mostrar as perspetivas dos intervenientes auscultados relativamente a várias dimensões de modo a permitir um quadro de multissaberes e quem sabe a partir daqui abrir o leque da investigação e ir afunilando para áreas específicas do conhecimento e da compreensão.

Privilegiamos nesta investigação, o método etnográfico (Yin, 2001; Silva, 2009; Amado, 2014), por considerá-lo uma arte, mas fundamentalmente, pela interpretação e aproximação que nos possibilita no quadro observacional naturalista, elevando esta metodologia a uma dimensão pluridisciplinar que pretendemos conceber neste estudo (Caria, 2002), considerando os contributos das várias correntes das ciências sociais, recorrendo ao politeísmo metodológico (Bourdieu, 1992) num enlace transfronteiriço de saberes.

Antes de vos apresentar a estrutura desta empreitada, gostaria ainda de deixar materializado em palavras, o quanto este caminho foi custoso, intenso e inexorável nas pluridimensões da minha vida e só não desisti porque tinha um compromisso fractal marcado comigo, com a comunidade e com o meu orientador, Professor Doutor Ricardo das Neves Vieira.

De acordo com o discorrido até então, este documento apresenta a sua estrutura em cinco capítulos, onde no primeiro se elabora uma apresentação do estado da arte no que concerne ao enquadramento conceptual do objeto de estudo, tendo-se colocado em diálogo conceitos e perspetivas de abordagem relativamente diversas, mas que podem ser compatibilizadas e que configuram a moldura teórica deste estudo numa tentativa de construir uma melhor compreensão deste fenómeno sócio-histórico onde se versa sobre dialéticas reflexivas construídas sob multivisões entre o povo cigano na Madeira e a investigadora, e onde se discorre acerca dos conceitos norteadores que delinearão esta investigação, as políticas sociais ativas que viabilizam a mediação intercultural e o impacto/contributo que esta estratégia de (tras)formação social vem oferecer aos ciganos da RAM no seu processo de inclusão.

Dedicamo-nos ainda neste eixo a discorrer sobre a mediação intercultural, por acreditarmos que esta representa uma estratégia humanizadora (Torremorrel, 2008), promotora de uma cultura de paz (Gultung, 2003), facilitadora das interações interpessoais, que olha e trata de forma tranquila as tensões como tempero das relações (Vieira, 2012) e por tal, afigurando-se como “um processo indiscutivelmente inclusivo” (Torremorrell, 2008), assente em radicais de prevenção e assumidamente “transformadora da sociedade e construtora de espaços de (con)vivência” (Carvalho e Baptista, 2004), com objetivo mor radicado na facilitação da convivência numa lógica para a pacificação, onde todos os envolvidos trabalham ativamente implicados para que as oportunidades de transformação das relações sociais, da comunicação surjam naturalmente, promovendo e (re)criando práticas ativas de hospitalidade, fronteira e coesão social (Baptista, 2008; Vieira, 2011).

A complexidade da sociedade requer novas formas de organização social, criando formas de justiça e compreensão axiológica entre os povos, nomeadamente da comunidade cigana, foco primordial neste documento.

O segundo capítulo, dedica-se à metodologia de investigação, onde se inteira os leitores das opções metodológicas de investigação utilizadas neste estudo e respetivas etapas, vulgo objetivos, participantes e demais procedimentos. Eixo explicativo e orientador dos avanços e retrocessos de uma investigação que *per si* não é simples, mas que hiperbolizou pelo facto

de já sermos conhecedores da realidade. Quanto mais conhecemos, mais questionamos e pouco se objetiva, o meu “romany rye” muitas vezes se homogeneizou com o meu discernimento investigativo e é uma pele complexa e exigente de se separar. Assumindo-se aquilo que para Amiguinho (2003) se afigura como a “impossibilidade de se separar aquilo que é inseparável”. No meu ritmo fui-me apercebendo que questões de equidistância são fulcrais na recolha e na postura do -eu a investigar-, e andar em cima de uma bicicleta de um só rodado, passou a ser a minha forma de estar neste estudo, um equilíbrio agri-doce. Senti todos os balanços destas estradas e aprendi tanto com eles, fizeram-me nova.

No terceiro eixo de análise, abordamos as repercussões socio-históricas dos primórdios do povo cigano traçando tanto quanto possível, por não se tratar de uma tese milenar, um retrato fiel do seu percurso até os dias de hoje, numa tentativa de construir uma melhor compreensão deste fenómeno, identificando os fundamentos de discursos controversos em torno da comunidade de pessoas de origem cigana, e os seus processos de interjeição inclusiva e/ou excludente.

No quarto capítulo, faremos a análise e perceção dos dados, dando voz aos inquiridos sobre os processos de inclusão e exclusão social da comunidade cigana na RAM, tanto à luz da própria comunidade cigana, como das duas presidentes das associações escolhidas e dos dois compradores.

No quinto e último eixo de análise, oferecemos aquelas que são as nossas considerações finais, refletindo sobre o trabalho aqui edificado e perspetivando para o futuro dos processos de inclusão e exclusão social da comunidade cigana na RAM, os contributos da MI e o polissépalo dos seus contextos de aplicação, uma admirável estratégia de intervenção ao dispor da sociedade. Finalizamos com as referências bibliográficas, apêndices e anexos.

Gostaríamos ainda de inteirar os leitores que durante a empreitada deste documento, outras coisas fomos construindo, e neste momento o associativismo é uma realidade na comunidade cigana da Madeira, há anos que se convocam vontades e finalmente, materializamos o início formal do sonho abraçado em 2016, num trabalho pioneiro, fruto da parceria/cooperação entre o Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal, a

Associação Presença Feminina – FEM, e a Comunidade Cigana da Madeira, constituída em Associação, no dia 24 de Junho de 2021, dia Nacional das Pessoas Ciganas.

Ao abrigo desta condição triangular que nos une, onde me diluo e já me tenho por dividida, num esforço (bem) superior às minhas faculdades académicas, escrevo os estatutos que vigoram na constituição da Associação de Ciganos da Região Autónoma da Madeira – ACig-RAM, reiterando ainda que as presidentes do IPMFF e da FEM em plena sinergia participaram financeiramente os custos da formalidade em cartório notarial, bem como outros custos decorrentes desta formalização, e muito acima do valor económico que se possa quantificar, inquantificável é a ação de se envolver e de estar presente na representação e fundação da massa associativa.

Deixo em anexo a constituição formal da Associação de Ciganos da Região Autónoma da Madeira - ACig-Ram.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo abordam-se dialéticas reflexivas construídas sob multivisões entre o povo cigano na Madeira e a investigadora, traçando tanto quanto possível, por não se tratar de uma tese milenar, um retrato fiel do seu percurso na ilha até os dias de hoje, numa tentativa de construir uma melhor compreensão deste fenómeno sócio-histórico, identificando os fundamentos de discursos controversos em torno da comunidade de pessoas de origem cigana, e os seus processos de inclusão e exclusão social.

Pretendemos ainda discorrer acerca dos conceitos norteadores que delinearão esta investigação, as políticas sociais ativas que viabilizam a mediação intercultural e o impacto/contributo que esta estratégia de (trans)formação social vem oferecer aos ciganos da RAM no seu processo de inclusão.

Pela neuroplasticidade cultural que o povo cigano demonstra de se moldar a espaços geográficos, consequência direta das permanentes perseguições que têm sido expostos, tende a levar a sociedade hodierna a perpetuar o (pré) conceito que apelida de nómadas os membros desta etnia (Mollat, 1989; Júnior, 2013). Não obstante, os ciganos madeirenses revelam na sua totalidade, uma população sedentária, residente em bairros sociais e maioritariamente dependente de apoio social para sobreviver.

Alusões pejorativas na referenciação a ciganos, ainda que não uniformes, lançam pensamentos erróneos e hostilizados sobre esta comunidade, estigmatizando-os e considerando-os indesejados, indisciplinados e maléficos, fatores preditores para sérias dificuldades de inclusão (Garrido, 1999; Moutouh, 2000; Guimarães, 2012).

Alicerçamos o enquadramento do objeto de estudo, essencialmente em entrevistas exploratórias onde membros da comunidade cigana, relatam que conhecem bem a distinção entre o cultural maioritário e aquela que é a sua matriz cultural. Apesar dessa perceção os ciganos madeirenses assumem-se como um grupo coeso, dinâmico, alegre e evoluído que

deseja que o seu processo de inclusão social seja uma realidade e possam ser vistos como cidadãos de pleno direito e respeito.

São várias as narrativas de discriminação, marginalização e falta de respeito de que são alvo, nos bairros onde vivem, sinalizando tentativas da população autóctone em inviabilizar os cultos religiosos e desativar a sua igreja. Inclusive reportam os ciganos da Madeira, que já foram alvo de documentos coletivos assinados, onde a população maioritária solicita o encerramento da igreja⁶. Formas de não-aceitação e de recusa, que são naturalmente percecionadas pela comunidade como estratégias implícitas e explícitas de exclusão social, o que Carvalho (2012) concebe como alteridade excludente.

Os ciganos madeirenses associam a sua situação de vida desfavorável, como consequência séria da sua invisibilidade como cidadãos de plenos direitos com relação direta na falta de políticas sociais integradoras e equitativas, que lhes garanta condições dignas de vida, conforme art.º 13, da Constituição da República Portuguesa (CRP), nos seus pontos 1º e 2º.

Reconhecem e têm em consideração o elevado contributo que as instituições que se movimentam na tentativa de lhes conferir alguma representatividade⁷, a estabilidade económica que o Estado lhes proporciona, mas que a par disso, enfrentam múltiplas dificuldades na satisfação das condições básicas e objetivas de vida. Encontrar um emprego ou estabilizar o seu próprio negócio, ter acesso a habitação, alimentação, saúde, escola e a bens e serviços, continuam a acontecer em contextos de discriminação, de desconfiança e em ideários preconcebidos.

É neste propósito maior, que pretendemos **veicular a identificação, conhecimento e compreensão dos processos de inclusão e exclusão social da comunidade cigana na Região Autónoma da Madeira (RAM)** e que **impacto a mediação intercultural** traduz neste, com finalidade de construir uma oportunidade de conferir visibilidade e voz à intervenção direcionada e centrada para uma comunidade que na RAM tem fraca ou nula representação.

⁶ (...), pelo excesso de barulho causado, até ao depósito de sacos de lixo à porta da mesma, para os acusar de falta de zelo.

⁷ Uma das prioridades máximas dos projetos sociais que a investigadora, o IPMFF e a FEM movimentam em prol desta comunidade, é a criação da Associação de Ciganos da RAM.

Apresentamos assim, a Mediação intercultural e a autorrepresentação a um nível micro sistémico e meso sistémico como distintos e decisivos desafios de inclusão em nome do progresso e dos direitos humanos da comunidade cigana na RAM e como ato de aceitação, reconhecimento e combate à discriminação junto da opinião pública.

MULTIDIMENSIONALIDADE DOS CONCEITOS – EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL

1.1 EXCLUSÃO SOCIAL

No sentido de completar a análise conceptual empreendida, podem apontar-se como questões e conceitos dicotómicos referentes a etnia cigana na sociedade portuguesa, inclusão, exclusão, segregação, discriminação, assimilacionismo, integração, aculturação, considerados neste ponto como conceitos norteadores que servirão para reflexão e delimitação do nosso campo de estudo teórico, discorreremos agora sobre cada um deles, tendo a total perceção que não só nestes termos se encerra a magnitude dos fenómenos tratados.

Por considerarmos que os termos exclusão e inclusão social são uma espécie de duas faces da mesma moeda, pela multidimensionalidade destes conceitos, pelos vastos modelos disponíveis e pela sua coexistência, seguimos a linha cronológica, caracterizando num primeiro momento, a exclusão e posteriormente a inclusão social.

Realçando que a imprecisão, amplitude e significação diversa que os especialistas têm conferido a estes conceitos, podem lançar algumas questões de conceptualização, optamos por este viés, pela influência que despoleta ao tema em debate, outros seriam igualmente sérios e de considerável contributo.

Os anos 70 foram significativamente marcados pela crise económico-política que ensombrou vários sectores da Europa, com consequência direta nos vários grupos que se

apresentavam mais vulneráveis pela sua condição, entre muitos, os migrantes, categoria onde se enquadram as comunidades minoritárias.

Dos largos materiais bibliográficos estudados, verifica-se que o acesso a “uma atividade profissional, impede uma situação de exclusão social [...], proporcionando ao indivíduo um contexto de vida normativo (Margarido et al., 2011), assim, o não acesso ao mercado de trabalho, é uma das principais repercussões fragilizantes que sentem os grupos sociais com menor estabilidade económico-social, abismando-os em processos de exclusão social com diferentes configurações, tido como problema social⁸ (Paugman, 2003; Diogo et al., 2015).

Deste modo, o termo exclusão social era usado para caracterizar aqueles concidadãos que ficaram a “margem” os *underclass*, que não tinham estrutura⁹ dentro da quadratura¹⁰ (Pais, 2005) para acompanhar a transformação e evolução geopolítica e socioeconómica, e pela inadequação ao meio (Vieira, R. & Vieira, A., 2016) e aos múltiplos domínios da sociedade. Estavam humanamente produzidos¹¹ os principais fatores que concorriam diretamente para o não exercício de cidadania como expressão de dignidade (Vieira et al, 2018) destes sujeitos, e que os empurravam para índices de pobreza (Costa, 1998), não participação, invisibilidade e fraca (ou nula) representação cívica e política, traduzindo-se numa verdadeira questão de Direitos Humanos alienados (Vieira et al, 2018).

Para Robert Castels,

exclusão social representa o estado extremo de um processo de marginalização ao longo do qual se vão quebrando os laços entre o indivíduo e os sistemas sociais,

⁸ O facto de alguns *expertises* na literatura, muitas vezes confundirem exclusão social e pobreza, crendo que tem o mesmo desígnio, leva a outros peritos a indagar se todo o problema social significa pobreza, e de modo a não se permitir que neste documento também haja algum tipo de confusão, leia-se exclusão social, no sentido de problema social e não na co-relação que eventualmente possa existir com pobreza.

⁹ Leia estrutura mental, económica, habitacional, condição geográfica, mas sobretudo condição relacional, numa lógica primária microssistémica da teoria ecológica de Bruffenbrenner (1979).

¹⁰ Por quadratura, o autor José Machado Pais, entende aqueles que são aceites como regulares, dentro do socialmente esperado (2005).

¹¹ Cf. Beck, 2011.

dentre os quais são os mais importantes os laços com o mercado de trabalho e os que ligam o indivíduo à família e aos amigos, adquirindo uma dimensão afetiva (1995, p. 4).

Assim, também do ponto de vista de Xiberras (1994), aqueles que vêm os seus laços rompidos, manifestam significativamente incapacidades múltiplas de operacionalização de trocas materiais e simbólicas, atribuindo à quebra de laços, o principal fator desagregador e excludente (p.17). Para Castels (1995), a exclusão social é encetada pela desafiliação, o que faz aumentar a desigualdade social, produzindo o que Foucault (1995), designa de desequilíbrio entre o tecido societal, assumindo grande expressão e tensão nas latentes divisórias relacionais, grupais, sociais, espaciais e económico-políticas.

Na visão Sheppard (2006), exclusão social significa grupos socialmente excluídos. Portanto, são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e outras carências múltiplas associadas sendo privados dos seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais estão danificados ou quebrados (p. 10).

Assim, definir exclusão social, à luz dos peritos na literatura, seria pensar num sistema económico, político e socialmente complexo, liquidificado e mal calculado, com repercussões a várias e largas escalas, sistemas estes que produzem avanços significativos ao nível técnico-científico e de modernização, mas que simultaneamente criam barreiras que impedem os cidadãos menos habilitados de seguir o *mainstream* societal, desvinculando os sujeitos e negando a semelhança e o reconhecimento do “outro” como ser digno de respeito. A esta equação juntam-se a dicotomia dos *handicaps* de cada sujeito, fatores que assumem grande representatividade no próprio processo de exclusão social (Beck, 2011; Bauman, 2000; Buarque, 1999; Escorrel, 1999).

Para Clavel (1998), a ruptura de laços simbólicos dos sujeitos, traduz-se diretamente na quebra do sentimento de coletividade, de coesão, de pertença, especialmente porque existe uma liquidificação da ligação dos sujeitos aos valores sociais vigentes à sociedade que pertencem. Se por um lado estas conexões de pessoas e valores, e mesmo institucionais se

vão esbatendo, por outro, emerge de forma considerável, aquilo que Escorrel (1999) e Gimenez (2003) designaram como a maior expressão da exclusão social, a segregação¹² sócioespacial e institucional.

Segundo Ellin (1995), a segregação tem íntima relação com os conflitos do pluralismo e rejeita a diversidade e a diferença multicultural. Por sua vez Aguilera (2002) maximiza o campo teórico e reconhece a segregação como uma condição voluntária ou involuntária de isolamento de uma área ou grupo social particular.

Para Lefebvre (1983), a segregação “é resultado de uma estratégia de extrema dominação e diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças” (p.139). Castells (1983), garante que a segregação tem um cunho espacial que deve ser tido em conta e que radica na separação e distanciamento estratégico de controlo sobre indivíduos e grupos em função da sua classe social, *status* laboral, filiação étnica e nível de rendimentos.

Numa aproximação à perspectiva de Edgar Morin (2001), a insuficiência que a sociedade apresenta para tratar dos seus problemas mais graves, constitui-se um dos mais críticos problemas que enfrentamos. No que concerne às práticas de distanciamento e segregação, o autor é expressivo:

a inteligência que só sabe separar fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fracciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento correctivo ou de uma visão a longo prazo (p. 14).

Um ponto ineludível, é que a fragmentação da sociedade, gera exclusão social, o tratamento desigual que é conferido aos sujeitos, não é mais do que o “exílio da condição humana” (Carvalho, 2012), que provoca em largas escalas segregação sócioespacial, estrutural e institucional, e este

¹² Cf. Modelo sociopolítico de Gimenez (2003), onde entende segregação espacial de guetos residenciais e delimitação de espaços públicos, no que concerne a segregação institucional, refere-se a guetização escolar e sanitária.

distanciamento e separação dos “ditos diferentes” expande vários quadros sociais, dentre eles, a discriminação e assimilação imposta a que vários indivíduos/grupos estão expostos.

De todos os aspetos nocivos que se insurgem da exclusão é possível estabelecer um paralelismo com situações de marginalização, estigma e lógicas discriminatórias, vulnerabilidades estas, que acompanham maioritariamente as minorias étnicas, no caso particular deste documento, os ciganos.

Vivemos numa sociedade pluralista, consciente da coexistência e da (con)vivência privilegiada (Jares, 2007) com as diferenças, e a multiplicidade de enredos sociais que estas produzem, no entanto é fruto de (in)comunicações entre diferenças e “indiferença às diferenças” (Vieira. R. & Vieira, A., 2016) que o preconceito se instala, e está criada uma perigosa “máquina de guerra” nas palavras de Taguieff (1987), uma vez que é num julgamento prematuro e infundado que muitas vezes se baseiam os perpetuadores de ideias erróneas, incorrendo em práticas discriminatórias como distinção, exclusão, restrição, ou preferência em função da cor, ascendência, origem nacional ou étnica é considerada discriminação racial (ACM,2019).

A lógica restritiva subjacente às sociedades modernas em matéria de minorias étnicas conduz-nos ao reconhecimento de um estigma que discrimina, profundamente enraizado na população autóctone, que inferioriza e deteoriza a identidade de quem já é excluído (Goffman, 1989). O estigma reflete-se no quotidiano dos excluídos, criando cenários dominados por preconceito, discriminação etnoracial, exploração tornando-os ainda mais vulneráveis ao controlo que os limita relacionalmente, social, política e culturalmente (Senett, 1999).

Todo o conteúdo tratado até este ponto, relata os vários processos que o povo de origem cigana tem ultrapassado e mostra de forma inequívoca a resistência e resiliência que têm demonstrado em afrontamento às influências que são impelidos, principalmente no que respeita a processos de assimilação, onde a imposição cultural da sociedade dominante, impera sobre a “outra” (Bourhis et al, 1997; Montenegro, 2012).

No caso particular da assimilação, é um modelo que claramente desrespeita e retira evidência a cultura de cada Ser, não conferindo a dignidade que se almeja, mas Casa-Nova (2008), refere

terminantemente que os ciganos, têm baixa permeabilidade à homogeneização e assimilação social, e que formas de substituição da cultura própria desta comunidade são infrutíferas, na medida em que estes indivíduos têm mostrado a capacidade imperiosa de delimitarem as fronteiras culturais e as suas práticas de socialização em relação com a sociedade maioritária (p. 22).

A especial condição de ser cigano, amplia riscos de discriminação, exclusão, segregação, marginalização, eliminação, opressão e assimilação, não obstante, estes atores sociais, também tem mostras dadas da sua alta capacidade de visão societal e relacional, onde começam a usar de processos de aculturação como forma de afrontamento, de escape e de se inserirem minimamente os circuitos do “outro” maioritário (Casa-Nova, 2008).

Na esteira da especificidade dicotómica que iniciámos esta reflexão exclusão e inclusão social, discorremos abaixo sobre o lado ideal (que ainda nos parece utópico) de sociedade - inclusão social- e os seus processos de acolhimento.

1.2 INCLUSÃO SOCIAL

No decurso desta investigação, consultamos e analisámos uma extensão considerável de literatura em torno da temática em abordagem, facto curioso que chamamos a debate, é a profusão bibliográfica sobre exclusão social ser de modo exponencialmente maior do que a que incide sobre inclusão social. As ilações bifurcam-se, seja na preocupação que os teóricos imputam ao conhecer aprofundadamente o fenómeno-exclusão, seja, no menor impacto que as políticas sociais de inclusão têm inferido na esfera societal.

As linhas de investigação que se têm traçado, imprimem ao conceito de inclusão social para designar medidas sociais regulamentadas para apoiar os que não conseguiram se incluir na nova realidade socioeconómica e política (Teixeira, 2005), “por isso importa perceber a inclusão social não apenas como uma resposta de «de fim de linha» ” (Vieira, A.& Vieira, R., 2016), mas sim como prática preventiva e ativa.

No entanto, iniciarmos a discussão bibliográfica, sem percorrermos os caminhos das reconfigurações conceptuais e processos de ligação ao “ideal societário”- inclusão social, parecia-nos um salto literário abismal e confuso, assim, fazemos em regime breve de enterlaçamento daqueles que são os precursos e pontes para a inclusão, remetendo sempre, para a comunidade cigana, foco primordial neste estudo.

Assim, para Carvalho (2005) e Magano, (2010), as comunidades minoritárias fazem grandes esforços para se integrarem no meio onde se fixam. Usam várias estratégias para que os processos ocorram, aquando confrontados com situações de biculturalismo que imperam no quotidiano, os ciganos são constantemente chamados a se ajustarem.

Neste enalço, LaFromboise (1993); Carvalho (2005), Romero (2010) e Cabral & Vieira (s/d), são alguns dos autores que têm estudado esta questão e defendem cinco modelos culturais¹³ de integração que causam impactos de grande escala a nível biopsicossocial nos sujeitos que adotam componentes de biculturalismo, por força da sua integração.

¹³ Verificamos a concordância dos vários autores em dois modelos que se homogeneizam na sua composição, o assimilacionismo (primeiro modelo) e a aculturação (segundo modelo), sendo que estas duas formas, não são mais do que uma manobra unidirecional dos grupos minoritários se associarem ao “dito” grupo maioritário e se adaptarem às suas duas identidades (ou mais) sociais, variando este processo de adaptabilidade de acordo com as características, interações, códigos de leitura e interpretação dos que “desejam ser acolhidos” e da sociedade de acolhimento (LaFromboise *et al*, 1993; Carvalho, 2005). Numa análise mais aprofundada, estes dois modelos apresentam falácias na sua composição, uma vez que as perdas de identidade, as dificuldades de aquisição de nova cultura podem ser fatores preditores de tensões no que concerne à dominação cultural, pressão e eliminação do “eu original”, homogeneização/assimilacionismo e aculturação.

Ainda na esteira dos mesmos autores, se por um lado consideram inevitável que haja uma adaptação por aculturação a sociedade maioritária e aos sectores que lhe estão adstritos, este paradigma é visto como um conceito unidimensional, onde há uma vontade expressa dos ciganos (enquanto grupo minoritário) de se inserirem, mas não há uma predisposição da sociedade maioritária de os acolher.

O terceiro modelo, designado de alternativo, preconiza a independência entre a cultura de origem e a cultura de acolhimento, garantindo possibilidade de alternância aos indivíduos de acordo com o contexto e a exigência das situações sociais. A evidência da competência comportamental quanto a identidade é gerida pelo indivíduo.

Quanto ao quarto modelo, induz para um conceito de multiculturalismo que se concebe maioritariamente de carácter normativo, onde se reconhece a existência destes diferentes grupos e que aceita as suas diferenças, mas, que facilmente desemboca em opressão (estrutural e não comportamental) de grupos minoritários pelo *mainstream* da sociedade.

A tónica deste (quinto) modelo, tido como de integração, radica no referencial cultural novo que o contacto duplo qualitativo com a cultura mãe e a cultura da sociedade autóctone, cria. Este modelo, nas novas construções identitárias

Apesar de recusarmos os modelos integradores normativos como a assimilação, aculturação, de alternância, fusional-*melting-pot* e de multiculturalismo (LaFramboise, 1993; Rodrigues & Milagre, 2017), por se tratar de paradigmas opressores e utópicos na medida em que não é humanamente possível, pela dificuldade da relação *aeternum* de ambivalência (Sampaio, 2014), trocar de um referencial cultural para outro (Cabral & Vieira s/d), como um «princípio de corte» (Bastide, 1995). No entanto, são manifestamente reconhecidos os contributos integradores que foram dando ao longo dos tempos aos grupos minoritários, oferecendo-lhes competências para afastarem a posição de oblatos (Vieira, 2016), construindo uma terceira margem do rio, da qual se emergem como trânsfugas interculturais (Vieira, 2014).

Assim, numa lógica diacrónica, um novo modelo surge, o interculturalismo, com “vantagem acrescida e permite destacar que, para chegar ao interculturalismo, é necessário superar de forma efetiva modelos “anteriores” Gimenez (2010), e as práticas de alteridade excludente (Carvalho, 2012).

Gimenez (2010), imprime este novo modelo, assumindo que a interculturalidade é um paradigma “válido para abordar como proposta e de forma prática o tratamento e a gestão da diversidade sociocultural em termos nacionais e internacionais” (p.31), pondo a tónica na imposição de uma sociedade complexificada com carência em “compreender, (re) conhecer, cuidar, prevenir, promover (p.33) e regular todas as “eleições intersubjectivas¹⁴” (Baptista, 2008), com enfoque muito especial na ética da hospitalidade (*apud*, Baptista, 2008)¹⁵, conferindo aos indivíduos ambientes propícios à sua convivialidade e dinâmicas, buscando-se um ecumenismo¹⁶, uma mestiçagem” (Matos, 2018).

resultantes da identificação e reconhecimento das culturas (duas ou mais) dos sujeitos, com ideário independente e de acordo com a atitude de cada ator social (Berry, 2016).

¹⁴Das “eleições intersubjetivas” compreende-se o “encontro interpessoal gerado por uma experiência de mútua autorização ou hospitalidade recíproca” (Baptista, 2007).

¹⁵ Da diferença de todos atos que exprimem a sociabilidade humana” (Baptista, 2008).

¹⁶Segundo Matos (2018), ecumenismo define-se por “sermos um só, sendo vários na essência” (p.16).

Não obstante, Gimenez (2010), é lúcido quando prediz que o modelo de interculturalidade é falível (como tanto outros), se considerado isolado de “dimensões económicas, sociais e políticas e nos contextos de desigualdade, assimetria e domínio (p. 33), lacunas que podem inviabilizar o processo de integração das comunidades minoritárias.

E é no encaço de pontes, modelos e processos para a integração que Geertz (1989) defende que problemas de integração sempre vão surgir ou mesmo continuar sem resolução, devido a “nenhum arranjo social ser inteiramente bem-sucedido, com os problemas funcionais que a sociedade inevitavelmente, enfrenta” (p.144).

Mas, é neste cenário de tensões sociais que Papademetriou (2003), defende que a integração social é a alternativa para a aprendizagem bilateral e contínua da transmutabilidade vertiginosa da sociedade hodierna que experienciamos, referindo que é um “processo interativo que ajusta e adapta mutuamente os indivíduos e a sociedade de acolhimento, com fim à formação de um todo integrado” (p.36), onde as metamorfoses¹⁷ podem (e devem) acontecer, sem prejuízo de exclusão heterodeterminada pela condição social, onde só o que é igual, impera.

Para Geertz (1989), “a natureza da integração (...), deve ser procurada nas experiências dos indivíduos e grupos, à medida que, sob direção de símbolos, eles percebem, sentem, racionem, julguem e agem (p.179), conjugando e significando os plurifatores que influenciam a textura intrínseca destes sujeitos e a sua percepção.

Pires (2003) e Brufenbrenner (1999) completam a linha de Geertz (1989) e Gimenez (2010), quando enquadram a integração social num modelo sistémico, referenciando um ponto fulcral na incidência de formas de compatibilidade interativa das relações sociais (com os vários sistemas, do micro ao crono¹⁸) entre os sujeitos, os grupos e o mundo social

¹⁷ Invocamos Franz Kafka neste ponto, exatamente para lembrar que há uma cegueira social instalada, de alguns que não conseguem ver o invisível, apesar de terem encontros acutilantes com a realidade que deixa a descoberto as várias facetas que usamos para bloquear e nos proteger do que nos é diferente. Subentende-se ainda numa análise mais profunda à obra deste autor, a dor que sente quem experiencia a rejeição na primeira pessoa e que numa tensão agudizada tenta voltar a sua “condição natural” bifurcada pelas imposições sociais e a condição de Ser, na sua dignidade plena.

¹⁸ Sendo o crono, considerado e representativo da evolução temporal e dos ideários mutantes decorrentes desta.

de acolhimento, numa perspetiva de responsabilidade, prevenção e mudança social (Torremorrell, 2008).

Em súmula, largas são as décadas em que a definição conceptual do princípio da integração social norteou os ideais de livre cidadania e coesão social. Este processo, encerrava em si a integração social, indivíduos e grupos, enquanto gerador de recursos e estratégias para integrar numa lógica unilateralizada em que os indivíduos/grupos se adequavam ao padrão instituído pela sociedade maioritária.

Esta modalidade apesar de integradora, não respeita as diferenças, uma vez que os que “são integrados”, não são considerados com as diferenças evidentes e existentes que carregam em si, o que leva Rodrigues (2006) a refletir que “ser diferente não é um atributo negativo de alguns” (p.22)  característica de todos, com todos, a partir desta constatação, desencadeou-se o movimento pela inclusão, que “são será possível através da aproximação crescente ao conceito de bem-estar, ao pluralismo e a interculturalidade (Giménez, 2010; Vieira, 2011).

Assim, percecionamos a integração como dogma de um são sentido e que pressupõe valores que são absolutos em relação aos outros, onde ganha a urgência e emergência de construções coletivas, como a inclusão social.

Wilson (2000), Ainscow & Ferreira (2003), caracterizam inclusão social como um movimento processual usado para alcançar a equidade, democracia, justiça social e direitos humanos, onde o respeito pelo outro, impera.

Inclusão social garante que todos os indivíduos munidos dos seus *topoi*,¹⁹ acedam às oportunidades com estabilidade social, criada através da cidadania social, com os recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiem dos mesmos direitos, num nível de vida e bem-estar considerado normal implementado pela sociedade em que vivem, amenizando a exclusão social, a redução de desigualdades, priorizando inequivocamente os segmentos sociais em vulnerabilidade

¹⁹ Lugares comuns retóricos mais abrangentes de uma determinada cultura (Santos, 1997)

(COM, 2003; Kowarick, 2003; Wixey et al, 2005; Lopes, 2006; Sheppard, 2006), “eliminando barreiras existentes, eliminando estereótipos (...) e criando condições que permitam o (re)desenho de objetivos e projetos de vida para os designados «excluídos» (Matias & Vieira, 2018), baseado numa hermenêutica diatópica (Santos, 1997).

Para Lacau (2006)

É uma questão de abertura e de gestão: abertura, entendida como sensibilidade para identificar e recolher as manifestações de insatisfação e dissensos sociais, para reconhecer a “diversidade” social e cultural; gestão, entendida como crença no carácter quantificável, operacionalizável, de tais demandas e questionamentos, administráveis por meio de técnicas gerenciais e da alocação de recursos em projetos e programas nas políticas públicas (p.28).

Para que os posicionamentos descritos sejam operacionalizados e materializados, torna-se imperioso um outro olhar, um outro sentir em relação à riqueza cultural, na capacidade de aceitação e valorização das diferenças e diversidade humana, nas suas múltiplas formas e nos seus variados contextos de convivência, fatores preditores de cidadania inclusiva (Sanches & Teodoro, 2006; Carvalho, 2018).

Para que estes novos “sentires” e novos “olhares” sejam pilares de coesão social, a investigação analítica acumulada, evidência e aplicação de metodologias de aprendizagem na educação para a convivência através de habilidades sociais, que irão permitir a itinerância da alteridade “reconhecida nos limites da sua diversidade, confere-lhe a abertura exigente à inovação, e ao risco, ao reconhecimento do outro enquanto possibilidade do devir próprio” (Carvalho, 2012, p.13).

Para Monjas (2011), estas habilidades sociais “son conjunto de pensamientos, emociones y conductas que permiten relacionarse y convivir com otras personas de forma satisfactoria y eficaz” (p.39), assim, podemos depreender que as habilidades sociais “se aprenden, pueden enseñarse, promoverse y estimularse intencionalmente (Arista, 2016, p.84).

Em suma, a inclusão social, pode ser uma realidade socialmente construída, com estrutura sistémica difícil de reescrever, mas possível, dentro de ideais de cidadania ativa, movimentada pelas várias estruturas com responsabilidade política, económica e social que promovam as medidas sustentadas e válidas no reconhecimento do outro enquanto cidadão de pleno direito, numa visão coletiva e de cooperação, traduzindo-se num conjunto complexo de tensões e intenções, abandonando a “presunção etnocêntrica de que diferentes são os outros – e não que a «diferença somos nós» “(Stor & Magalhães, 2005).

2. POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL

A investigação desenvolvida sobre as políticas públicas de inclusão em Portugal, mostra que apesar da multidimensionalidade das transformações que o sistema democrático implementou na revolução de abril de 74, com ideários de liberdade e cidadania igualitária, “nem todos os cidadãos estão em iguais circunstâncias no acesso pleno dos direitos de cidadania” (Magano & Mendes, 2014).

Considerando ainda que a lei portuguesa na sua composição, não tem moldura legal específica para minorias étnicas, nomeadamente as ciganas, por tal, qual a configuração das medidas e políticas públicas sociais que se constituem um apoio a inclusão destes sujeitos?

Um dos pontos concordantes na vasta literatura, radica na dificuldade de implementação e aplicação das políticas públicas no que remete diretamente para os ciganos, muito por conta do (ainda) desconhecimento²⁰ e do não reconhecimento desta população portuguesa, mostrando que os dados estatísticos não têm alta precisão e apesar da larga escala de

²⁰ Das condições objetivas de vida (COV), inscrição geográfica e, essencialmente precisão da dimensão populacional.

produção científica nesta matéria, faltam os estudos longitudinais que alienem as estimativas e convoquem o concreto.

Importa perceber, mais do que elencar e enfatizar as lacunas, que políticas públicas têm sido desenvolvidas e implementadas no que concerne a inclusão social e proteção das comunidades ciganas, e assim, com múltiplas considerações, assistimos em 1993 Portugal a integrar a Convenção Quadro para a Protecção das Minorias Étnicas²¹, onde delega no Alto Comissariado para as Migrações – ACM, os planos nacionais de integração de migrantes²² (PEM-ACM), com vigência atual, apesar das reconfigurações e retificações que vem sofrendo ao longo dos anos.

Deste modo, sem presunção de exaustividade, abaixo representamos em quadro o surgimento da entidade nacional, Alto Comissariado para as Migrações –ACM, que na persecução do cumprimento das políticas públicas sociais, (com aplicação direta do art.º 13 da Constituição da República Portuguesa, invocando o princípio da igualdade entre cidadãos e seguinte, as medidas designadas são universalistas, sem diferenciação pelas condições culturais e sociais dos concidadãos), desempenha um papel fundamental na materialização das dinâmicas de “regarding the attraction of migrants, the integration of immigrants and Roma communities, and the management and enhancement of the diversity of cultures, ethnicities and religions through the promotion of intercultural and interreligious” (ACFC/SR/IV (2018) 002, p. 4) em “conformação com os princípios e deveres essenciais do Estado de Direito, que possa ser acompanhada do pleno gozo dos direitos que a cidadania portuguesa lhes atribui” (ENICC, 2013-2020).

Quadro 1

Ano Criação	Entidade	Regulamentação
1995	ACIME – Alto Comissariado para a Migração e Minorias Étnicas	Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 fevereiro, Diário da República 1.ª Série – A, n.º 25
2007	ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo	Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de maio

²¹ Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/faq/comite-consultivo-da-convencao-quadro-para-protECAo-das-minorias-nacionais-0>

²² Substrato societal onde se categoria onde se enquadram os ciganos.

	Intercultural	
2014	ACM - Alto Comissariado para as Migrações	Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de Fevereiro

(Fonte: própria)

Deste modo, o Alto Comissariado para as Migrações, apesar das metamorfoses na sua nomeação, é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, que prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) nas áreas da integração e migrações²³, com missão primacial:

(...) colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões (DL.31/2014, p. 1657).

Empenhado em desenvolver ações na esfera societal portuguesa, com especial enfoque no reconhecimento e atitudes de cidadania inclusiva, o ACM apresenta-se como força motriz na implementação e adequação de uma política de integração moderna que acompanha *in loco*²⁴, as vertiginosas mutações sociais.

A União Europeia atualmente, tem na sua agenda como questão central e emergente a elaboração de “estratégias nacionais para a integração das comunidades ciganas”, que respondam a situações de exclusão que não são compatíveis com os valores sociais ou com o modelo económico europeu vigente.

Assim, o Governo Constitucional, ciente das representações sociais construídas acerca das comunidades ciganas reconhece a evidente dificuldade de integração desta camada populacional, e sensível a esta matéria, recomenda a implementação de uma Estratégia

²³ Conforme as transformações nominais que acompanham esta entidade, também se estendem as designações, sendo que “migrações” é o termo em uso atualmente para englobar e suprir “minorias étnicas” e “diálogo intercultural”.

²⁴ Através dos serviços descentralizados e de proximidade que oferecem aos migrantes, categoria onde se insere a comunidade cigana de acordo com a nova designação, conforme já descrito.

Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas – ENICC (definida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de Novembro), instrumento político pioneiro em matéria de orientação para a integração das comunidades ciganas em Portugal, com atuação direta na defesa intransigente dos seus direitos de cidadania, para a efetivação de uma resposta sólida, coerente e transversal que permita o início de um caminho que se prevê lento, mas crucial para a coesão social (Casa-Nova, 1999; ENICC, 2013-2020).

Na prossecução dos seus objetivos, a ENICC, elencou e articulou as formas mais ajustadas para a aplicação das políticas públicas nas quatro²⁵ grandes áreas recomendadas, bem como, acrescenta um eixo transversal²⁶ que pretende maximizar a aplicação destas prioridades com enfoque central na natureza e qualidade das relações humanas e sociais, bem como, solicita um estudo nacional exploratório onde seja passível conhecer as necessidades das comunidades ciganas.

Neste enalço, vários programas e projetos (dentro do PEM-ACM) têm sido desenvolvidos, somos a destacar:

- FAPE- Fundo de Apoio a ENICC, que se apresenta como mais um mecanismo de apoio á concretização dos objetivos estratégicos contemplados na ENICC.
- PACC- Programa de Apoio ao Associativismo Cigano, concebido para continuar a mobilização e envolvimento da sociedade civil.
- RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural, unidade de parceiros que se destaca pelos interesses comuns na produção do conhecimento, aprofundadamente sobre as práticas e contributos da mediação intercultural, congregadora de sinergias com os parceiros de ACM-IP na garantia de melhor formação, investigação, implementação e monitorização dos projetos de/em campo.
- OBCIG – Observatório das Comunidades Ciganas, caracteriza-se por ser um núcleo informal, com responsabilidade de convocar e agilizar o diálogo institucional em

²⁵ Educação, habitação, empregabilidade e saúde.

²⁶ Eixo que pretende dar resposta como justiça e segurança, igualdade de género, segurança social, educação para a cidadania, mediação e combate à discriminação (ENICC, p.23).

matéria de produção e edição de estudos acerca das multidimensionalidades acerca das comunidades ciganas.

- Projeto Mediadores Interculturais²⁷ – Eixo (12) prioritário da ENICC, que pretende criar no máximo de municípios, equipas de mediadores interculturais de modo a promover e implementar as práticas da mediação, facilitadoras de integração das comunidades migrantes e ciganas.

Outros projetos e programas seriam igualmente válidos retratar neste documento, no entanto selecionamos os acima descritos como exemplos ilustrativos e pela pertinência para o tema em estudo.

Destacamos o papel fulcral que o ACM tem desenvolvido em torno das questões da migração com especial enfoque nas comunidades ciganas, referindo que a ENICC na sua composição, convoca entidades governamentais, privadas e da sociedade civil para monitorizarem e avaliarem a Estratégia, bem como o acompanhamento da situação socioeconómica das comunidades ciganas, e para tal, no seu eixo prioritário primeiro, criam um grupo consultivo para a integração dos ciganos, onde nomeiam um órgão representante da Região Autónoma da Madeira, concluindo que a integração da ilha está concebida para articulação em rede de parceiros comprometidos com esta questão.

No que concerne ao estudo nacional sobre as comunidades ciganas, referimos a particularidade da Região Autónoma da Madeira, não ser referenciada nenhuma vez, assim como a Região Autónoma dos Açores, o que nos leva a uma interpretação (ainda que superficial) de que os arquipélagos não foram contemplados em estudo, no entanto, e recordando Matos (2018), “as minorias, ainda que muito pequenas, também são gente” (p.17).

Através da pesquisa elaborada, dados do MIPLEX IV²⁸ e da Internations²⁹, atribuem a Portugal lugares cimeiros na aplicação de políticas de integração de migrantes, no entanto,

²⁷Disponível em <https://www.acm.gov.pt/pt/-/projeto-de-mediacao-intercultural-em-servicos-publicos-misp>

²⁸ Migrant Integration policy index (2015), que se afigura com a ferramenta mais abrangente e confiável usada para comparar o que os governos estão a desenvolver para promover a integração de migrantes na Europa e no mundo.

apesar de todos os esforços, ainda é possível observar uma falácia de composição quanto aos ciganos portugueses e o seu processo de integração.

Neste exercício de responsabilidade, de compromisso e reflexão conjunta, o Conselho da Europa atento, vem alertar para a ainda discriminação das comunidades ciganas, para as dificuldades de integração, de habitação, de educação, formação e elevadas taxas de desemprego, pondo-os à margem da sociedade, esta informação está contida no relatório avaliativo divulgado em Janeiro de 2020, produzido pelo Comité Consultivo da Convenção Quadro para a proteção das Minorias Nacionais (CQPME) do Conselho da Europa, que refere que as,

Portuguese strategies and measures regarding migration and the combat of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance are in line with the steps suggested in the report of the United Nations Secretary-General “Making migration work for all” (December 2017), to reaffirm commitments to human rights and dignity, namely through the quantity and quality of data on migration, the inclusion of migration relevant questions in population censuses, and the importance of the cities, local authorities, non-governmental actors and communities (p.56).

O parecer em vigor da CQPME, remete para o quarto ciclo que se iniciou em junho de 2019, onde Portugal se destaca pelo empenho no desenvolvimento e aplicação de medidas adicionais, veiculadas pelos órgãos de autoridade (nacionais e locais), que comungam do alto impacto negativo que a discriminação das comunidades ciganas tem, e convocam sinergias de modo a alterarem e expandirem o quadro jurídico, social e cultural anti-discriminatório.

²⁹ Organização com rede global de informação sobre imigração.

Tendo em conta o cenário de fraca integração e alto índice de discriminação das comunidades ciganas, o Comité Consultivo, recomenda quatro³⁰ eixos fundamentais para execução imediata, do qual salientamos a prorrogação e extensão geográfica do projeto de mediadores interculturais a mais municípios.

Projeto este que assume especial contributo na promoção e proteção das comunidades com índices de vulnerabilidade maior, bem como cooperam na garantia da formação da sociedade civil na sua globalidade, com mediadores altamente competentes e certificados para as práticas da mediação, com radical na empregabilidade deste substrato populacional e na pacificação e reconhecimento da diversidade, um dos pilares da coesão e inovação social.

³⁰ (1) resolutely address and combat direct and indirect discrimination faced by persons belonging to the Roma communities by stepping up efforts to raise their awareness of legislative standards and of existing human rights and equality bodies, as well as of various mechanisms for filing complaints and remedies available to victims of discrimination, hatred and racism;

(2) endow the sectorial anti-discrimination complaints bodies, as well as the Ombudsperson, with proper investigative powers and the power to impose sanctions; effectively monitor cases of discrimination, hatred and racism; shorten and simplify complaint procedures; and provide timely follow-up and feedback to complainants on the status of and response to their complaint;

(3) implement as soon as possible national and local plans to develop affordable and adequate housing conditions for vulnerable Roma communities; rehouse as a priority those Roma families and individuals still living in substandard housing conditions;

(4) extend the Intercultural Municipal Mediators Programme to more municipalities, whilst ensuring Roma mediators' independence from undue interference, as well as regulating the professional status of the socio-cultural mediators, promoting and securing certified training and employability of Roma mediators, in particular women, and ensuring the programme's sustainability through adequate state support. Texto integral disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/minorias-4ciclo-parecer.pdf>

3. MEDIAÇÃO INTERCULTURAL - RECOMENDAÇÕES DE UMA ESTRATÉGIA HUMANIZADORA

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico (Weber, s/d). Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (Geertz, 1978: 15). Por tal, propomos uma reflexão centrada nos significados que os sujeitos atribuem às suas condições.

Há muitas situações que não nos podem deixar indiferentes e que nos provocam acutilantes perplexidades,” vivemos tempos de incerteza, mas de uma acentuada interdependência” (Vasconcelos, 2019) e ainda assim, persistem discursos e comportamentos de discriminação, de não legitimação e (in)reconhecimento do outro, numa lógica de liquidificação das relações humanas (Bauman, 2007).

Será este o exílio da condição humana que Carvalho (2012), convoca?

Dedicamo-nos a discorrer sobre este eixo, por acreditarmos que a mediação intercultural na “dimensão dinâmica das culturas³¹” (Vieira, 2009, 2014), representa uma estratégia humanizadora (Torremorrel, 2008), promotora de uma cultura de paz (Gultung, 2003), facilitadora das interações interpessoais, que olha e trata de forma tranquila as tensões como tempero das relações (Vieira, 2012).

A conceptualização e desenvolvimento das questões sociais de um mundo globalizado e globalizante, estão intimamente relacionadas com a estruturação de ideais políticos, assim, as ditas sociedades do desenvolvimento, que incrementaram a mediação nas suas pluriesferas, estão comprometidas indiscutivelmente com posições políticas, promotoras de

³¹ Que compreende a mestiçagem, o terceiro instruído, diálogo e transformação (Vieira, 2009,2014), “processos de misturas interculturais que se verificam atualmente, mas que, simultaneamente, se caracterizam também pela incorporação dos efeitos de histórias e memórias diversificadas “ (André, 2012).

participação, *advocacy*, autonomia e de cidadania inclusiva (Folger & Bush, 1997; Petrus, 1998; Torremorrel, 2008).

No entanto, as próprias conceptualizações de mediação e mediador não são unânimes entre os peritos sociais, mostrando-se contraditórias e polémicas, carregadas de subjetividade e ambiguidade, contudo consideramos que todas as práticas (contextualizadas) com recurso a arte do «entre dois» (Capul & Lemay, 2003), que sejam articuladas construtoras de pontes, a partir da convivência assente em lógicas colaborativas e de respeito, devem ser percecionadas como metodologias de inovação social (Jares, 2002), pela multidireccionalidade evolutiva que convoca nos atores e instituições sociais.

A mediação intercultural “um processo indiscutivelmente inclusivo”(Torremorrell, 2008), assente em radicais de prevenção e assumidamente “transformadora da sociedade e construtora de espaços de (con)vivência” (Carvalho & Baptista, 2004), com objetivo mor radicado na facilitação da convivência numa lógica para a pacificação, onde todos os envolvidos trabalham ativamente implicados para que as oportunidades de transformação das relações sociais, da comunicação para que surjam naturalmente, promovendo e (re)criando práticas ativas de hospitalidade, fronteira e coesão social (Vieira, 2011; Baptista, 2008). A complexidade da sociedade requer novas formas de organização social, criando formas de justiça e compreensão axiológica entre os povos.

Para Vieira, R., e Vieira, A., (2016) a mediação,

(...) pressupõe um avanço na tão desejada coesão social. Inclui os diferentes participantes no conflito, promove a capacidade de compreensão, aceitando as diferentes versões da realidade, defende a pluralidade e contribui para a participação democrática, visto que fomenta a livre tomada de decisões e compromissos (p.29).

No que concerne à materialização da mediação intercultural como metodologia de intervenção, esta é capaz de alavancar atitudes de inclusão, reconhece-se como modalidade permeável e qualitativa de carácter personalizado, que trabalha o reconhecimento identitário das diferentes culturas, a valorização e afirmação destas expressividades e na sua

ambivalência, a projeção pública que é dada a conhecer a outros grupos minoritários sobre determinada cultura, porque “quando conto a minha história me misturo, mulato não de raças, mas de existências” (Couto, 1987).

Analisamos, que é através de práticas catalisadoras de *empowerment*³², de hermenêutica multitópica (Vieira, A., & Vieira, R., 2016) reconhecimento da pluralidade, vinculação e (re) estruturação de laços que a mediação intercultural facilita a construção de pontes de socialização entre culturas diferentes (Baptista, 2006; Vieira, A., 2013), eliminando barreiras e estereótipos, com alicerce profundo no paradigma da descoberta (Faria & Vieira, 2016) do “outro”, tendo em conta a diversidade e complexidade que permeiam o tecido social e a sua transmutabilidade acelerada.

Para Jares (2002) mediação intercultural é um processo de aprendizagem da convivência, que usa concomitantemente uma abordagem pedagógica (Vieira, A., & Vieira, R., 2016) com primazia no aprofundamento de postulados de tradução entre pessoas, opiniões e valores linguístico-culturais, onde o mediador intercultural assume “papel fulcral enquanto tradutor do significado do objeto, do seu valor intrínseco, dos seus contextos de origem” (Magalhães, 2017, p. 4), emerge como uma espécie renovada e mais completa de um intérprete da (in)formação, numa tentativa de sermos criativos, chamemos o mediador intercultural de artesão na produção da autocomposição dos olhares dos indivíduos quanto ao entendimento, reflexão e autoconstrução que os próprios devem fazer se si e do “outro”, numa nova roupagem de educação social entre os sujeitos, promovendo “atitudes de abertura, em relação a outras formas de entender a existência ou (...), com capacidade de gerar empatias com significações socioculturais e referentes axiológicos diversos” (Torremorrel, 2008, p.76), (trans)formando, reabilitando, legitimando, reconhecendo e curando a cegueira da diversidade cultural (Vieira, A., & Vieira, R., 2016) que inquinam a forma como olhamos para o “outro”.

³² Emerge das vulnerabilidades que os grupos marginalizados incorrem, e nesta linha o *empowerment* parte do pressuposto que os grupos marginalizados sofrem de ausência de poder que os impede de concretizar os seus direitos e de participarem nas decisões políticas que afectam as suas vidas. Neste sentido, o *empowerment* tem por base o aumento de competências e do poder individual ou colectivo (Fazenda, 2008, p. 43).

No próximo capítulo discorreremos acerca dos referenciais metodológicos adotados neste estudo, na expectativa desta investigação alargar horizontes e contar histórias que ainda não foram contadas.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA DE PESQUISA

“O método científico incorpora todos os procedimentos que os cientistas têm usado, usam e podem usar no futuro para desenvolver o conhecimento”.

(Klapman, 1980)

1.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS

À metodologia, incrementa-se a grande questão de como se irá fazer, a esta atribui-se um papel fundamental “dado que proporciona as ferramentas, as técnicas e (...), os métodos mediante os quais tentamos transformar a realidade a fim de a melhorar” (Serrano, 2008, p.48).

Assim, iniciamos a nossa pesquisa por estudar aprofundadamente os escritos e vozes sobre os primórdios da história do povo cigano e a sua chegada e fixação na Região Autónoma da Madeira.

Neste enalço, almejamos que a investigação científica inclua todos os processos racionais que procuram profundamente a compreensão e desconstrução da sociedade hodierna, no caso particular deste estudo, pretende-se **objetivamente** conhecer e identificar processos de exclusão e inclusão social à luz de três visões distintas: da comunidade cigana residente na ilha, de duas presidentes que trabalham estreitamente com a comunidade cigana e de dois compradores, bem como identificar aos contributos que a mediação intercultural possa veicular, contribuindo significativamente para alargar o nosso conhecimento, e nunca o verificar, como referem Rutherford e Ahlgren (1995), “mesmo que não haja nenhuma maneira de chegar à verdade completa e absoluta, podem fazer-se aproximações cada vez mais exatas para explicar o mundo e o seu funcionamento” (Rutherford & Ahlgren, 1995, p. 20).

Mais precisamente pretendemos saber:

- Qual a visão dos membros da comunidade cigana relativamente ao seu processo de exclusão versus inclusão social nas suas pluridimensões.

Questão esta que nos remete diretamente para o conhecer e compreender de experiências pessoais vivenciadas nos múltiplos contextos que experienciam.

- Qual a visão das duas presidentes de instituições que trabalham de forma direta com a comunidade;

Aludindo este parecer para uma análise/identificação do conhecimento mais sociopolítico e de implementação de metodologias de ação em terreno e das suas repercussões ao nível da (trans)formação da realidade social.

- Qual é a visão de dois compradores (aleatoriamente escolhidos) de mercadorias vendidas por pessoas de origem cigana na Madeira;

Na tentativa de conhecer e compreender a visão (ainda que muito generalista) que as pessoas da comunidade maioritária têm dos ciganos que residem na Região Autónoma da Madeira.

Privilegiamos nesta investigação, o método etnográfico (Amado, 2014; Yin, 2001), que Silva (2009) concebe como um “método no fio da navalha” por considerá-lo uma arte, mas fundamentalmente, pela interpretação e aproximação que nos possibilita no quadro observacional naturalista, elevando segundo Silva (2003) esta metodologia a uma dimensão pluridisciplinar que pretendemos conceber neste estudo, iluminando a pluralidade de tensões que integram qualquer processo de pesquisa etnográfica (Silva, 2009) que culmina numa árdua considerando os contributos das várias correntes das ciências sociais, recorrendo ao politeísmo metodológico (Bourdieu, 1992) num enlace transfronteiriço de saberes.

É neste quadro pluridimensional que Caria (2002; 2003) define etnografia,

como uma metodologia de investigação que supõe actuar numa zona de fronteira entre a ciência consagrada e instituída (os produtos científicos) e os seus usos contextuais em diferentes disciplinas, convocando a cultura e identidade científico-disciplinares para uma zona de transacção comum, por vezes "impura" e heterogénea (...) vista como uma oportunidade de conhecimento sobre a ciência

real. É nesta fronteira (...), que se pode construir a reflexividade da cidadania e a reflexividade que desenvolve uma ciência da ciência (p. 3-13).

Assim e ainda na esteira de Caria (2003) e Silva (2009), os autores concebem a etnografia como forma de investigação, que está centrada em compreender³³ a (i)racionalidade do outro, o outro cultural, o outro submisso, o outro iletrado, o outro não ocidental, e isto só é possível através da interação entre o entrevistador e os entrevistados, onde (juntos) alcançam multidimensões de pensamento que lhes permite uma racionalização efetiva (Vieira, 2003, p.86), “apurando a compreensão da realidade (...), de uma forma fiel e aprofundada à representação que têm de si” (Vieira, 2009).

Com a implementação desta metodologia,

permite ao investigador rever-se naquilo que já pensava conhecer, evidenciando o seu etnocentrismo. Esta faceta da etnografia será tanto mais desenvolvida quanto os grupos sociais em estudo se debaterem com a interrogação de quererem saber como lidar com "outros", isto é, de se quererem pensar na relação com outros (Lima, 1997 citado por Caria, 2002).

A complexidade inerente aos processos de exclusão e inclusão social das minorias étnicas, nomeadamente a comunidade cigana como este estudo pretende retratar “constitui *per si* um desafio à mudança” (Amiguiño, 1999, p.39), onde se torna imperioso para a/o etnógrafa/o a desocultação da complexidade dos fenómenos, permitindo aos sujeitos que se narrem fazendo emergir a sua preciosidade de saberes indígenas segundo Lainé (2000, citado por Montenegro, 2003).

³³ Entenda-se que para compreender o outro, muitas vezes supõe contrariar a representação social (inclusive científica) de que os dominados e os "estranhos" seriam indignos, menores, inferiores, com *deficits*, pobres em recursos e capitais, isto é, seriam atores incapazes de se construírem de modo autónomo no plano cognitivo e cultural. Tal orientação assenta na ideia de que a objectividade científica não depende de uma posição de imparcialidade explicativa (Caria, 2000d).

Funda-se o constructo deste estudo, alicerçado na postura equidistante³⁴, mas desencadeadora da investigadora, que não é neutra nem invisível (Faria & Vieira, 2016) onde o cientista social comprometido incrementa o apelo à racionalização dos indivíduos observados, identificando, compreendendo e explicando o sentido que estes indivíduos atribuem às suas ações, bem como aos comportamentos estratégicos que adotam num contexto sempre em mudança provocada pela sua própria ação. Considera-se que os sujeitos interpretam as situações, concebem estratégias e mobilizam os recursos que consideram necessários, agindo em função das interpretações que fazem de si e dos outros (Casal, 1996; Guerra, 2006; Vieira, R., & Vieira, A., 2016).

Ao paradigma etnográfico, reconhece-se uma dimensão dual, do “estar dentro e estar fora” (Vieira, *et al*, 2018), esta experiência é conferida pelo trabalho de campo, extremamente enriquecedor, sendo que a interligação dos procedimentos com as capacidades individuais do investigador – “tornar-se pessoa acessível” - e a variação situacional faz do trabalho no terreno, uma experiência tão personalizada (Genzuk, 1993; Carvalho, 2012) e intensa.

Assim se inscrevem e dependem os significados dos resultados obtidos, quer pela sua validade, como pela sua riqueza, no que concerne às habilidades, competências, perspectivas e impreterível disciplina do investigador e é essa, concomitantemente, a sua força e a sua fraqueza e neste estudo, sentimos de forma muito significativa esta dualidade.

Quanto ao paradigma, adotamos neste estudo “o paradigma hermenêutico, compreensivo, de descoberta de cariz fenomenológico e/ou interpretativo, assente numa metodologia compreensiva que enfatiza a descrição, a indução, a descodificação, a teoria fundamentada o estudo das perceções pessoais e que traduz fenómenos sociais (Bogdan & Birklen, 1994; Guerra, 2006; Faria & Vieira, 2016; Amado, 2013), inscrevendo-se numa lógica referencial

³⁴ Leia equidistante na perspectiva de Orsin e Silva (2016), na aproximação adentrada que o investigador adota com os observados, bem como no mérito das questões imputadas a debate, agindo com isonomia de modo a conseguir “estar

(ainda que dual)³⁵ e de complementaridade (Boavida & Amado, 2006) de enfoque qualitativo (Faria & Vieira, 2016, p.115).

Pretendemos com este paradigma de investigação uma harmonização e coexistência dos relatos empíricos, do saber estar, saber ser e saber refletir *in loco* no campo de estudo, em plena articulação com a teorização existente, vetores que nos permitem estabelecer uma dialética compreensiva, capaz de aprender o homem, os fenómenos ocorridos ou em curso, as formas das suas experiências e saberes (Lopéz,1999; Boavida & Amado, 2006).

Com este modelo de pesquisa garante-se “profundidade aos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas” (Sampieri et al, 2006, p. 15), trabalhando profundamente a visão holística dos indivíduos, concebendo-os como um todo, não descurando as suas lógicas endógenas e as suas especificidades, principalmente as sociais e culturais, não permitindo que os factos sociais das suas vidas sejam interpretados de forma isolada e principalmente fora do contexto onde estas decorrem, bem como, não permite a dissociação do distanciamento entre o *locus* de estudo e o investigador (Caria, 2003; Silva, 2003; Guerra, 2006; Sampieri et al, 2006;).

Para Vilelas (2009), a perspetiva da investigação qualitativa centra-se no modo como os seres humanos interpretam e atribuem sentido à sua realidade subjetiva (p.106). Esta prática investigativa vai encorajar a construção de significados através do diálogo (Nunes, 2004). Conscientes da realidade subjetiva inerente aos seres humanos, e á luz das “ciências do espírito” (Dilthey, 1989), pretendemos compreender e interpretar, essencialmente na expressão das vivências singulares simbólicas dos sujeitos e na significação que estes lhes atribuem. Nesta linha de pensamento, a investigação qualitativa, centraliza o seu objetivo na descoberta e crescimento de novo conhecimento, partindo das narrativas dos indivíduos ou da análise da teoria empiricamente enraizada, e não na quantidade de vezes que o fenómeno se repete (Casal, 1996; Guerra, 2006).

³⁵ Bogdan e Birklen (1994, p.11), caracterizam a lógica dos dualismos (quantitativo vs. qualitativo), como a forma mais pobre de o fazer, reiteram que estes modelos não são opostos entre si, mas sim complementares pela complexidade que os objetos de estudos apresentam em si.

De acordo com o plano metodológico desenhado, este estudo assume um carácter exploratório-descritivo, reconhecendo-se duas especificidades que nos parecem de especial relevância - a sua grande amplitude e flexibilidade – quer na descrição de características de uma população, de uma experiência, ou de um fenómeno, quer no determinar de tendências, ou identificação de ambientes.

Para Fortin (2009),

nos estudos descritivos, os conceitos a estudar são melhor conhecidos que nos estudos exploratórios. (...) Os estudos descritivos visam obter mais informações, quer seja sobre as características de uma população, quer seja sobre os fenómenos em que existem poucos trabalhos de investigação (p. 161).

Caracterizam-se por serem estudos detalhados, que “servem para aumentar os conhecimentos das características e dimensão de um problema, obtendo-se desta maneira uma visão mais completa. Descreve uma realidade e o investigador procura descrever e documentar os fenómenos que nela acontecem” (Vilelas, 2009, p. 121), explorando e descobrindo para aumentar o conhecimento (Popper, s/d)).

Por fim, a última etapa da fundamentação metodológica de uma investigação, compreende a definição de um modelo de pesquisa, muito embora sob um enfoque qualitativo não exista a obrigatoriedade de definir à partida um modelo de pesquisa, é recomendável o investigador fazê-lo, no sentido de clarificar e orientar todo o processo de pesquisa subsequente. Assim, este estudo conta com um modelo de pesquisa não-experimental, uma vez que não tem qualquer ambição de manipular deliberadamente as variáveis, em estudo. Limita-se a observar como se produzem os fenómenos no seu contexto natural, para numa fase posterior analisá-los e interpretá-los (Sampieri et al, 2006; Fortin, 2009).

Quanto à dimensão temporal, define-se que a recolha de dados foi feita no ano 2020, de modo que a este modelo de pesquisa se reconhece um carácter transversal, uma vez que os dados serão recolhidos “em um só momento, em um tempo único e com um grupo

representativo da população. Seu objetivo é descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em dado momento” (Sampieri et al, 2006, p. 226).

Este modelo transversal exploratório, procura conhecer o contexto no qual se desenvolve os processos de exclusão e inclusão social à luz de três visões distintas: da comunidade cigana residente na ilha, de duas presidentes que trabalham estreitamente com a comunidade cigana e de dois compradores, bem como identificar aos contributos que a Mediação Intercultural, sendo que a consulta bibliográfica um passo essencial no entendimento da questão.

2. UNIVERSO DE PESQUISA

Segundo Fortin (2009), a definição do universo³⁶ de estudo, implica identificar e delimitar minuciosamente o tipo de indivíduos sobre os quais o estudo versará, e descrever universo, resume-se a “um grupo de pessoas ou elementos que tem características em comum” (p. 69).

No entanto, atualmente conhecer a comunidade cigana, residente na RAM, bem como a sua história e cultura fez emergir uma lacuna no conhecimento e dados sobre esta população que reside na ilha há aproximadamente 100 anos.

Para tal, à parte do objetivo primordial do estudo, consideramos necessário fazer entrevistas de cariz sociodemográficas para podermos aferir quantos sujeitos compõem o nosso universo, género, e faixas etárias.

Na primeira abordagem com a nossa amostra acessível e por conveniência em terreno, munimo-nos com muitas perguntas minuciosamente preparadas num guião extenso, (característica que espero que predomine nos investigadores noviços), com receio de esquecer de questionar dados importantes para a recolha que estávamos a enveredar, no entanto, apercebemo-nos rapidamente que as narrativas não precisavam de tanta estrutura, os atores principais precisavam falar e expor segundo a sua visão, sem interferência,

³⁶ Assumimos neste estudo população e universo com o mesmo significado.

cabendo ao investigador oferecer atenção e ouvidos e (só depois) retirar as respostas para aquilo que é o nosso interesse de estudo.

O universo alvo³⁷, da presente investigação, são todos os elementos da comunidade cigana madeirense, que após fina seleção se traduzirá num grupo representativo do que se pretende, de acordo com o que já anteriormente foi delineado. Ainda no que concerne aos critérios de seleção deste pequeno grupo representativo, amostra acessível, prendem-se diretamente com as características específicas que melhor definem a população que se quer trabalhar.

Assim sendo, podemos afirmar que o objetivo da investigação definirá a dimensão do universo e sobre este recairá os resultados.

Fortin (2009), concebe universo alvo como “uma coleção de elementos ou de sujeitos que partilham características comuns, definidas por um conjunto de critérios” (p. 202), onde daqui se extraí o universo acessível, que é a “porção do universo alvo que está ao alcance³⁸ do investigador (p.202).

No estudo desenhado, a amostra selecionada foi feita após a fase conceptual empreendida, de modo a selecionar criteriosamente um grupo representativo “a fração de uma população sobre a qual se faz o estudo” (Fortin, 2009, p.312), bem como o seu tamanho “um subconjunto de elementos ou sujeitos que são tirados do universo e que são convidados a participarem no estudo” (p.41), e que ilustram as características (re)conhecidas pelo universo alvo.

Sampieri et al. (2006), referem que a escolha da amostra assume diferentes significações de acordo com o enfoque de pesquisa que se privilegiou para trabalhar, para o enfoque qualitativo “as amostras não-probabilísticas são de grande valor, pois conseguem, ao proceder cuidadosamente e com uma profunda imersão inicial no campo - obter os casos

³⁷ Para Fortin (2009), urge a distinção entre universo alvo e universo acessível, assim, universo alvo surge como “a população que o investigador quer estudar e para a qual deseja fazer generalizações” (p.38).

³⁸ Humanamente e geograficamente, numa leitura em bruto.

(pessoas, contextos, situações) que interessam ao pesquisador e que oferecem uma grande riqueza para a coleta e análise dos dados” (p. 250).

Neste sentido, Guerra (2006), refere que

A questão central que se coloca na análise compreensiva não é a definição de uma imensidade de sujeitos estatisticamente “representativos”, mas sim uma pequena dimensão de sujeitos “socialmente significativos” reportando-os à diversidade das culturas, opiniões, expectativas e à unidade do género humano (p.20).

Atualmente, contamos com um universo alvo de 120 sujeitos na comunidade cigana da Madeira, com idade compreendidas entre os 0 e os 83 anos, dados que foram sujeitos a nova recolha e reconfiguração no final do mês de dezembro de 2021.

O nosso N foi criteriosamente selecionado e ponderado em concordância com toda a literatura disposta neste capítulo, tendo ainda uma base de seleção igualitária de género e de maioridade.

Fazemos ainda uma ressalva quanto aos procedimentos éticos, no conjunto de aspetos a respeitar para o sucesso da investigação, como o direito de confidencialidade e a clara desconstrução de dúvidas dos sujeitos em estudo e ainda a sua intenção e voluntariedade de participação na investigação.

Logo, a todos os intervenientes investigados foi explicado claramente os objetivos da investigação, garantindo-lhes o anonimato, e assegurando-lhes que a informação obtida será única e exclusivamente para uso neste estudo.

Posto isto, avançamos para o consentimento informado escrito, onde tanto o investigador como os sujeitos ficam com prova escrita do que foi anteriormente acordado, como forma de atestar e garantir a sua vontade de participação no estudo.

3. TÉCNICAS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS

Sabido neste ponto que a tipologia deste estudo obedece a natureza exploratório-descritivo, pela existência de poucos conhecimentos sobre o objeto de estudo, por esta razão o “investigador visa acumular a maior quantidade de informações possíveis, a fim de abarcar os diversos aspetos do fenómeno” (Fortin, 2009, p.41).

A recolha de dados, caracteriza-se por ser uma etapa crucial, na medida em que cabe ao investigador decidir entre as múltiplas formas de recolha de dados, aquelas que melhor se adequam e servem o objetivo do estudo, evitando a coisificação dos sujeitos (Vieira, 2009).

Para Sampieri et al, (2006), a recolha de dados nesta roupagem de estudos, permite uma flexibilização na recolha de dados que nos parece de extrema importância, que é feita em duas fases diferenciais, uma na aproximação inicial ao território em estudo, aos sujeitos, e outra na própria recolha para análise posterior.

No que concerne a técnicas, convocamos pela flexibilidade, e mesclas de métodos e técnicas aplicadas (Marques et al, 2016), que irão auxiliar na recolha da informação pretendida, como a análise documental que “permitiu analisar a produção científica já existente acerca deste tema” (Santos & Margarido, 2018), onde e conforme já referido se constata que a literatura é escassa no foco geográfico em estudo. A observação (participante e não-participante), também é uma das técnicas fundamentais que usamos, na medida em que convoca a aproximação e acompanhamento no terreno, onde a relação estabelecida com os sujeitos vai estreitando e ganhando consistência para determinar ambientes securizantes para as partes e permitir o diálogo fluído e partilhado, onde o entendimento do papel social assumido pelo investigador e os investigados é transparente e comum, onde a primazia assenta no contacto com a realidade social observada destes sujeitos.

Para Reis & Vieira (2019),

a capacidade do observador se aproximar, a uma distância média, útil, ou seja, provida de noções práticas muito concretas e próximas do contexto vivido no

quotidiano local, e por outro lado, de conceitos abstratos amovidos da experiência prática nativa propriamente dita. A harmonia entre estes dois lugares-olhares permite ao observador descrever, estruturar e interpretar componentes inerentes aos nativos, percorrendo, assim, caminhos fundamentais e instituídos que membros de um grupo socioculturais têm a respeito do mundo (p.67).

Optou-se por uma observação (participante e não-participante), munida de “conhecimento inerente ao “estar dentro e estar fora” (Vieira et al, 2018) com recurso a “arte de colocar questões (Payne, 2015), para melhor mediar e intervir. Santos & Margarido (2018), neste encaço, estão convictos que “o investigador torna-se o principal «instrumento» de recolha de dados (p.68).

Utilizamos ainda, os questionários de informação sociodemográfica, que permitiram contextualizar e caracterizar os sujeitos, bem como a escuta ativa e entrevistas semiestruturadas (Guerra, 2002; Matias & Vieira, 2018).

Neste estudo concretamente, optou-se pela entrevista como instrumento uma vez que visa descrever de forma densa (Geertz, 1973), a visão dos sujeitos da investigação quanto ao processo de inclusão da comunidade cigana na RAM, numa perspetiva hermenêutica, na pretensão de explorar a autorreflexão dos sujeitos (Matias & Vieira, 2018), através da qualidade da informação recolhida pelo nível de profundidade da investigação realizada (Guerra, 2006), privilegiando a voz e entendimento dos sujeitos (Matias & Vieira, 2018).

A entrevista como técnica de recolha de dados, permite ao investigador ter acesso a informação objetiva e subjetiva, que é absorvida em forma de conversa (Burguess, 1997), e nesta subjetividade estão implícitas as lógicas endógenas de cada sujeito e daí o seu carácter tão riquíssimo de manancial informativo.

A preparação da entrevista requer muita atenção, pois esta deverá ser o mais perceptível possível ao entrevistado, não havendo duplas aceções nas perguntas, formulando-as de forma adequada aos investigados.

Para Haguette (1997), a entrevista é “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (p.4), com pretensão de obter uma compreensão maximizada do fenómeno em estudo, a “diversidade dos sujeitos ou das situações e não a homogeneidade” (Guerra, 2006, p.41).

Na presente investigação privilegiamos a entrevista semiestruturada e foram entrevistados seis membros da comunidade cigana, três pessoas do género feminino e três do género masculino, todos maiores de idade.

Os dados abaixo representados, resultam de um trabalho conjunto que foi elaborado através da recolha e sistematização de informação com os ciganos da RAM, como fonte de quantificação e percepção socio-demográfica desta comunidade, motivado pela inexistência oficial de escritos acerca da temática em análise. Os dados foram recolhidos durante o tempo de interação com a comunidade cigana, com maior predominância temporal nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2020, em plena pandemia e com restrições várias como é do conhecimento geral.

A análise realizada é meramente descritiva, representativa e circunscrita à informação disponibilizada pelas pessoas de origem cigana da ilha da Madeira, o que se pode apontar como perspectivas futuras de investigação, uma introdução de informação qualitativa ou quantitativa que permita outros tipos de análise no campo interpretativo e nas pluridimensões devidamente contextualizadas.

Dispomos de dados quantitativos concretos sobre a população cigana³⁹, que se fixa em apenas três concelhos da RAM, e no que respeita a sua caracterização apresenta:

Na sua maioria famílias de tipologia nuclear e alargada a residirem em habitações sociais, com a sua subsistência garantida na maior parte pelo apoio social conferido pelo Estado através da segurança social.

³⁹ Dados aferidos num questionário sociodemográfico que elaboramos como meio complementar de recolha de informação e que por motivos de salvaguarda de dados, não iremos dispor.

No respeitante a taxas de empregabilidade, somos categóricos em afirmar que não atinge os 20% aqueles que trabalham por conta de outrem e se encontrem inseridos devidamente no mercado formal de emprego com proteção social e contribuições asseguradas. Por tal, mantêm-se nas vendas ambulantes, muito embora com a situação pandémica que experienciamos, a receita tenha decrescido significativamente.

No que concerne a educação, os níveis mantêm-se abaixo do limiar esperado, sendo que a incidência transversal acima dos 50% dos membros mantêm-se no primeiro ciclo do ensino básico.

Famílias estas que vivem maioritariamente do apoio do estado, sem taxas de empregabilidade acima dos 20%, com níveis baixos de escolaridade e vendedores ambulantes na sua maioria.

A Região Autónoma da Madeira (RAM) constitui umas das regiões autónomas da República Portuguesa, com autonomia política e administrativa⁴⁰ constituída por duas ilhas principais habitadas (Madeira e Porto Santo⁴¹) e por outros dois grupos de ilhas desabitadas (Desertas e Selvagens).

A Madeira é constituída por 11⁴² Concelhos, e a população cigana está distribuída exclusivamente por três desses municípios, Funchal, Santa Cruz e Machico.

Assim, o concelho do Funchal, constituído por 10 freguesias⁴³, austenta na sua extensão 76.16 km², o correspondente a 9,5% de área territorial, com 105.919⁴⁴ habitantes, fazendo-a de sede concelhia mais densa e populosa da ilha. Neste concelho residem a maior parte da comunidade cigana, distribuídos por quatro freguesias, Santo Amaro e São Martinho, Santo António e São Roque.

⁴⁰ Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, previsto na Constituição da República Portuguesa.

⁴¹ Não existem relatos, mesmo ágrafos da existência de ciganos a residir em Porto Santo

⁴² Porto Moniz, Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz, Machico, Santana, São Vicente e Porto Santo.

⁴³ Imaculado Coração de Maria, Monte, Santa Luzia, Santa Maria Maior, Santo António, São Gonçalo, São Martinho, São Pedro, São Roque e Sé.

⁴⁴ Dados preliminares dos censos de 2021, disponível em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

O concelho de Santa Cruz, sito na parte oeste da ilha com extensão territorial na ordem dos 81,50km² e com 43005 habitantes, subdivide-se em 5 ⁴⁵, dentre as quais, a freguesia da Camacha, onde reside uma família de ciganos.

Os processos de exclusão na comunidade cigana na RAM, são ainda marcados pela escassez de escritos e de atividades, como é possível observar no estudo nacional sobre as comunidades ciganas⁴⁶ que não faz referência à comunidade cigana residente na Ilha da Madeira e na Ilha dos Açores, inclusive, o que nos leva a crer que são virtualidades da condição arquipelágica que reunimos.

CAPÍTULO 3. PRIMÓRDIOS DO POVO CIGANO - REPRESENTAÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS

Neste capítulo pretendemos abordar a história do povo cigano, traçando tanto quanto possível, por não se tratar de uma tese milenar, um retrato fiel do seu percurso até os dias de hoje, numa tentativa de construir uma melhor compreensão deste fenómeno sócio-histórico, identificando os fundamentos de discursos controversos em torno da comunidade de pessoas de origem cigana, e os seus processos de interjeição inclusiva e/ou excludente.

Pretendemos ainda ir estabelecendo pontos concorrentes dos conceitos norteadores que delinearam esta investigação, as políticas sociais activas que viabilizam a mediação intercultural e o impacto/contributo que esta estratégia de pacificação vem oferecer aos ciganos da RAM no seu processo de inclusão.

Retratar a origem do povo cigano, pelo seu carácter ágrafo e místico tem suscitado aceso e incessante debate, não reunindo unanimidade possível pela constituição polissémica que apresenta este fenómeno social, quer a nível histórico, cultural, académico, profissional e

⁴⁵ Camacha, Caniço, Santo da Serra, Santa Cruz e Gaula.

⁴⁶<https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/15587/1/estudonacionalsobreascomunidadesciganas.pdf>

das próprias fontes com registo de propriedade e pertença, gerando controvérsia e inexactidão ao longo dos tempos (Liégeois, 1989; Nunes, 1996; Silva, 2007; Magano, 2010).

Um dos parâmetros quanto ao povo Romani⁴⁷ que não reúne consenso, reporta-se exactamente à sua origem espacial. Se por um lado, relatos bibliográficos, sugerem que os ciganos são oriundos do Egipto ao que os apelidaram de *gypsies*. No entanto, a autodenominação que os membros desta comunidade usam de si, alude ao exónimo roma.

Rom/Roma⁴⁸, que na sua linguagem idiomática corresponde a “homem” (Silva, 2007). Por outro lado, pela indefinição e inexactidão na confirmação e revisão teórica, há autores que defendem que estes sejam originários do Norte da Índia, expulsos ou fugidos dos muçulmanos aquando dos ataques do Islão a este território por volta do séc. X, iniciando uma diáspora na Pérsia que se prolongou por mais de 500 anos (Nunes, 1996), conferindo-lhes o estatuto de povo nómade (URI, 1998).

A terra original dos roma é o Noroeste da Índia, de onde saíram por volta do ano M d.C. Em várias vagas migratórias foram seguindo para o Ocidente (...). Os padrões de comportamento com que a população sedentária acolhia os roma são hoje pouco diferentes dos de há 500 anos, quando as primeiras comunidades roma chegaram à Europa. Nessa época, como hoje, os roma eram rejeitados pela população maioritária. Eles provocam o medo ou agressividade quando não correspondem às normas tradicionais habitacionais” (Fienbork et al., 1998, p.14).

⁴⁷ Termo agregador usado como objetivo para designar pessoas de origem cigana, bem como é um termo utilizado para a língua dos roma. Estas origens reportam-se a culturais, sociais ou mesmo territoriais diferenciados (Morais, 2005; Guimarães, 2012).

⁴⁸ Desagregação semelhante a povo cigano, de acordo com a Resolução de 44 de 1997 do Conselho da Europa” Towards a tolerant the contribution of the Roma” Rom termo que se refere a um membro do grupo, já roma, é a forma plural. Apesar de Guimarães (2012) considerar estes termos politicamente correto, nem todos os ciganos se reconhecem como roma (p. 7).

Há uma grande indefinição quanto aos primórdios dos ciganos⁴⁹, mas, por não se apresentar a abordagem intencionalmente primordial nesta investigação, apesar de envolver convencionalmente problemáticas imputadas por tal realidade, não é nossa pretensão explorar exaustivamente este facto.

Hindus ou Egípcios, há uma resiliência inerente a esta comunidade que é comprovada pela história, que radica na superação de inúmeras adversidades a que foram (ou são?) expostos, onde mantiveram sempre a capacidade de se reagrupar e manter a unidade que lhes é tão característica (Casa-Nova, 2008; Montenegro, 2012).

O mesmo acontece quando são vítimas de movimentos persecutórios na sua chegada à Europa, entre os séculos XIV e XV (Nunes, 1996), onde são fortemente atormentados pela inquisição que imperava na altura, fruto da composição dos estados modernos, impondo significativos desafios e restrições a sua instalação (Garrido, 1999), levando-os a aculturarem-se e a despersonificarem-se dos seus trajes garridos, língua e costumes, conduzindo-os uma vez mais a se reordenarem, se reconfigurarem (Baptista, 2008) e dispersarem por todo o continente Europeu, estimando-se que sejam entre 8 e os 12 milhões de ciganos, o que lhes garante o estatuto de minoria⁵⁰ étnica transnacional mais populosa e mais perseguida na Europa (Moutouh, 2000), uma vez que 2/3 destes se fixam neste continente. Apesar do conhecimento destes dados, esta comunidade não tem representação “adequada no contexto político doméstico dos estados que vivem” (Guimaraes, 2012).

À margem do conhecimento produzido neste âmbito, aludimos a um ponto que nos parece fulcral abordar e que se mostra o que de mais concordante existe na bibliografia acerca deste fenómeno social, o facto de que as pessoas de origem cigana desde que chegaram a Europa, são fortemente estigmatizados incorrendo em processos de segregação (Goffman,1998), considerados invasores, trapaceiros com conhecimentos perigosos de quiromancia, vestindo e falando de forma diferente e estranha, e sobretudo pela indefinição das suas raízes, causam muita curiosidade e muita estranheza. Se por um lado, atribuímos

⁴⁹ Sustenta-se que o termo “cigano” é, na realidade um estereótipo elaborado com base em representações coletivas, experienciadas por indivíduos de diferentes tradições culturais ao longo de séculos em contacto (Fazito, 2006).

⁵⁰ Do ponto de vista sociológico, o conceito de minoria remete para grupos destituídos dos diferentes tipos de poder socialmente, valorizados, vivendo em situação de alteridade estrutural (Machado, 2002; Casa-Nova, 2014).

este facto às próprias histórias mágicas que os ciganos contam de si, por outro, a sociedade que os vê chegar, não se apresenta como -e com- lugares de hospitalidade (Baptista, 2008), erguendo barreiras sociais que lhes dificultam a instalação (Mayall, 2004) e todo o processo de inclusão subjacente a

sua situação actual ainda é bastante vulnerável. Apesar das transformações sociais que têm ocorrido e de algumas melhorias na situação dos ciganos, há ainda uma série de factores que concorrem para uma grande resistência à sua integração: exclusão social, discriminação, dificuldade de mobilização, resistência à escolarização, perda de recursos económicos, profissões tradicionais em declínio e obediência a regras internas muito fortes (ENICC, 2013-2020, p.11).

Assim, apesar da dispersão, exclusão e estigma a que os Rom foram sujeitos, a Europa congrega em si a preferência deste povo, que se constitui na sua endogeneidade como livres e fiéis à sua cultura e identidade (Silva, 2007).

3.1 CIGANOS EM PORTUGAL – RESENHA HISTÓRICA

De acordo com o que temos vindo a discorrer neste documento, facilmente nos apercebemos que quando se trata de questões relativas ao povo cigano, os consensos liquidificam-se de forma substancial nas correntes bibliográficas, dando espaço a discursos de dualidade, sobre a génese, a diáspora, a língua e os costumes familiares, ao que “(...) estes factos fazem do povo cigano um conjunto heterogéneo, dentro das suas semelhanças” (ENICC, 2014).

Apesar da já referenciada indefinição temporal que acompanha a génese do povo cigano, e que não permite contextualizar com exactidão a origem e presença destes, o certo é que em Portugal, em meados do séc. XV, Gil Vicente evoca nos seus escritos o “Auto das Ciganas” consagrando na literatura que este grupo minoritário está em terras portuguesas (Mendonça, 2016), no entanto, confirma-se também através da vasta bibliografia, a estranheza que

peças de costumes, vestimentas e música tão diferentes causaram nos autóctones, levando a que a extraordinária mística associada às pessoas de origem cigana, fosse repressora de relação vinculativa e efectiva, levando a quadros relacionais maioritariamente pautados por desconfiança e fraco apreço por esta etnia (Nunes, 1996; Mendes, 2007; Casa-Nova, 2008; Magano, 2010).

Através dos dados decorrentes do estudo nacional sobre as comunidades ciganas (2014), verificamos que:

os ciganos estarão radicados em Portugal há mais de cinco séculos, foram no passado e continuam, no presente, em muitas circunstâncias e/ou contextos, a serem mal vistos e alvo de discriminação, racismo e desigualdade social. São vítimas de um estigma ou atributo depreciativo (p.13).

Elaborar a contabilização dos membros desta comunidade presente em Portugal, não é tarefa simples, no entanto, estima-se que o universo oscile entre 50 e 70 mil pessoas (Casa-Nova, 2008; CPESC, 2009), bem como haja hoje, relatos e escritos que aludem que a comunidade cigana no país, tem sido até pelo menos a revolução de Abril de 1974, objecto de perseguição, expressa em forma de leis repressivas, que remontam ao reinado de D. João III (e perduraram pelos monarcas precursores), quando aos ciganos lhes são aplicadas formas reguladoras que visavam colmatar e erradicar os inúmeros problemas que criavam a sociedade civil portuguesa, sendo-lhes aplicadas penas de morte, reclusão, deportação e expulsão para colónias portuguesas, bem como, tentativas forçadas de assimilação (Casa-Nova, 2008; Magano, 2010).

Presentemente, com o amplo suporte literário que temos ao dispor, percebemos que a história do povo cigano pelo mundo é pautada por lutas indeléveis e resiliência, percebemos também que a história destes, na sociedade portuguesa não tem sido diferente e que desde os primórdios da presença desta etnia no país, o cenário em que vivem é marcado por exclusão, segregação, assimilacionismo, aculturação, estranheza e desconfiança, num

processo reiterado de vigilância r tica (Nunes, 1994; Mendes, 2005; Lopes, 2006; Casa-Nova, 2008; Magano, 2010; Montenegro, 2012).

Aos ciganos sobram discursos que os estigmatizam e rotulam as suas diferenças, onde há um “fechamento” das sociedades receptoras. Seguindo esta linha de pensamento,   possível estabelecer uma análise comparativa entre exclusão e inclusão social, ou nas palavras de Casa-Nova (2008), *inclusão-excludente*. Esta última, não se limita   priva o de recursos ou serviços institucionais (como   o caso do acesso   saúde, educa o, segurança social), aparece quase sempre associada a minorias com pouco poder/influência junto da esfera estatal, o que os coloca em situa es de especial vulnerabilidade.

A problematiza o deste tipo de processos, culmina na nossa questão central deste eixo, se Portugal   ou não um país de ciganos e para ciganos (?).

Autores como Amiguinho (1999), Casa-Nova (2008), Medina Carreira (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2018), são claros no que concerne a situa o atual de Portugal, apregoando que vivenciamos ainda uma situa o de crise que se espelha nas rela es entre cidadãos, institui es, sociedade civil e o Estado.

A crise despoletou uma conflitualidade latente nas rela es entre estes sectores a par com um forte conflito de interesses, levantando assim o véu a problemas de ordem política, económica, social e cultural. Os modos de prote o dos cidadãos tal como os conhecíamos, alteraram-se, a sua rela o com a lei e com as institui es encontra-se numa fase de mudança inadiável, de fragiliza o e descrença decorrentes da perturba o e perda efetiva de direitos que se julgavam consagrados e perduráveis (direito ao emprego, educa o, saúde e habita o – a uma cidadania outorgada, da responsabilidade do Estado, direitos estes, frequentemente negados através de processos de contorno da Lei sem no entanto entrar em confronto com ela, não sendo por isso passíveis de a o judicial). Vivencia-se um clima generalizado de conflitualidade crescente, precariedade, injustiça e risco social, perceptíveis pelos movimentos sociais e de indigna o, que um pouco por todo o País se fazem ouvir, com maior inferência nas diferenças culturais ciganas que se tornam inconciliáveis com a cultura societal predominante. Assiste-se a uma perda de centralidade do Estado-Na o na regula o social das suas fun es, o que impele um trabalho

consertado entre os sectores de modo a responder de forma eficaz às necessidades levantadas pelos cidadãos. O apelo e alerta dos autores-supra, recaem sobre a importância da revisão e recolocação do Estado como campo regulador de desigualdades, promotor de segurança, inclusão e cidadania plena.

Para Casa-Nova (2008),

esta atitude dos portugueses pertencentes ao grupo sócio-cultural maioritário em relação ao grupo sócio-cultural cigano, também ele português, baseada no desconhecimento cultural, radica em estereótipos e representações sociais negativos transmitidos de geração em geração e permanecendo no imaginário sócio-cultural da população portuguesa maioritária. Estas representações e formas de (não) relacionamento com o ‘Outro’ cigano, de matriz cultural diferente, estão também na origem do autofechamento destas comunidades, que constroem uma multiplicidade de estratégias defensivas baseadas na auto-reprodução do grupo, construindo redes de sociabilidade maioritariamente intra-étnicas, reforçando os laços de amizade e de parentesco através da endogamia (p.109).

Em Portugal, embora seja um dos países que regista mais progressos significativos para assegurar o exercício de cidadania e igualdade de oportunidades entre os cidadãos, permanece ainda a constatação, por parte da sociedade civil, de que os ciganos continuam a apresentar-se simultaneamente como uma ameaça e desafio.

CAPÍTULO 4. PROCESSOS IMPLÍCITOS E EXPLÍCITOS DE EXCLUSÃO DA COMUNIDADE CIGANA NA RAM, ASSIMETRIAS, PERCEÇÕES E META-EXPECTATIVAS - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Servindo-nos de ponte com os capítulos anteriormente trabalhados, e chegando ao cerne do nosso estudo empírico, enquanto etnógrafos, urge o envolvimento da investigação que estamos a desenvolver, assim, em jeito de um cânone moderno, vamos conversar e dar voz às identidades vivas dos entrevistados e conferir um momento de reflexão conjunto.

Então, neste eixo discorreremos acerca das entrevistas realizadas com os participantes desta investigação, que se apresentam devidamente transcritas na forma individual, analisadas na forma singular e compiladas conjuntamente para observação e agora interpretadas.

A realização destas entrevistas teve como mote fundamental veicular a identificação e compreensão do processo inclusivo dos ciganos, e que impacto a mediação intercultural traduz neste, com finalidade de construir uma oportunidade de conferir visibilidade e voz a intervenção direcionada e centrada para uma comunidade que territorialmente no espaço designado, tem fraca, ou nula representação. Constituiu-se um momento de reflexão e descoberta.

Analisamos e debatemos, dentro das limitações que um estudo etnográfico comporta, a perspetiva da comunidade cigana, instituições e cidadãos compradores de mercadorias ciganas.

Na sequência do que temos vindo a desfiar e refletir, para tratamento do fenómeno em estudo, utilizou-se a análise de conteúdo de informação com expressividade nas narrativas às questões colocadas aos entrevistados, pela riqueza interpretativa dos dados. Assim,

consideramos este o capítulo o âmago da identidade e significações da comunidade cigana na RAM, onde ganham voz e visibilidade.

Alicerçados nos pressupostos de Vala (1986), Guerra (2006) e Bardin (2008), edificou-se um sistema categorial, com a informação proveniente dos inquiridos, composto por unidades de análise designadas de categorias e subcategorias, o equivalente ao que Fortin (2009) classifica de unidades de significação que “consiste em subdividir o texto em unidades de significação naturais, as quais são partes do texto que ilustram factos ligados ao fenómeno” (p.316).

Conforme fomos produzindo a análise e devido aos múltiplos critérios que foram emergindo, conduziu-nos a um procedimento exploratório-indutivo, que Vala (1986) significa como uma mistura entre a construção *a priori* e *a posteriori*.

No que respeita à catalogação das entrevistas, foram identificadas com M1, M2, M3, M4, M5, M6, C1, C2, P1, P2, respetivamente, aludindo a membro⁵¹, comprador e presidente sendo que foram transcritas nos apêndices que dispomos no capítulo análogo identificado e usamos as reticências e o parêntesis para assinalar os cortes que foram emergindo nos discursos dos entrevistados.

Apresentamos abaixo a caracterização sociodemográfica (modelo construído para caracterizar o género, a idade, a naturalidade, o estado civil, as habilitações literárias e a profissão) dos nossos dez inquiridos, os seis elementos da comunidade cigana residente na RAM, as duas presidentes de instituições que trabalham com a comunidade cigana e dois cidadãos que compram mercadorias na comunidade cigana na feira, outros elementos de caracterização foram surgindo ao longo das conversas, bem como as questões que pretendíamos aprofundar sobre os processos de inclusão e exclusão da comunidade cigana residente na RAM e as plurirepercussões que estes processos encerram em si.

Apresentação:M1, do género feminino com 58 anos, residente no bairro da Nazaré, natural do concelho de Estremoz, solteira, doméstica e com habilitações literárias ao nível da

⁵¹ Membro da comunidade cigana, leia-se.

frequência no primeiro ano do primeiro ciclo do ensino básico, mas sem conclusão. Vive há mais de 50 anos na ilha da Madeira onde se fixou, após um período extremamente conturbado da vida e constituiu família.

No que concerne ao M2, do género feminino com 45 anos, residente no bairro da Nazaré, natural de uma freguesia situada no concelho de Lisboa, solteira, vendedora ambulante desempregada pelo contexto de crise pandémica, com o segundo ciclo do ensino básico. Vive há mais de 30 anos na ilha da Madeira onde se fixou, e constituiu família.

O M3, pertence ao género masculino com 31 anos, residente no bairro da Nazaré, natural da Madeira, casado, empregado de mesa, com o terceiro ciclo do ensino básico. Nasceu da ilha da Madeira e constituiu família.

No que remete para o M4, do género masculino com 58 anos, natural do concelho de Lisboa, vendedor ambulante desempregado, solteiro e com o terceiro ano do primeiro ciclo do ensino básico e formou família na ilha.

Quanto a M5, cidadã de 18 anos, natural do concelho de Lisboa, solteira, desempregada e com habilitações ao nível do quinto ano do segundo ciclo do ensino básico.

O M6, é um cidadão de 38 anos, com o segundo ciclo do ensino básico completo, solteiro, natural do concelho do Funchal, e é vendedor ambulante.

Dentro do quadro de interpretação, somos a afirmar que a entrevista como forma de aprofundamento das narrativas dos intervenientes permitiu clarificar algumas ideias sobre a problemática, abaixo discorremos sobre o que Quivy (1998) percebe como os pontos referências para melhor interpretar e distribuir os resultados obtidos.

PERCEÇÕES SOBRE EXCLUSÃO SOCIAL DA COMUNIDADE CIGANA NA RAM

De modo a congregarmos as multivisões que fomos recolhendo, abaixo discorremos sobre os discursos infra, tentando enlaçar as vozes de modo perceptível ao leitor e com um encadeamento pelas categorias que consideramos mais adequadas pôr em evidência, no entanto, recomendamos que não se invalide a entrevista integral de todos os membros, exposta nos apêndices, pela incomensurabilidade de material etnográfico que consideramos possuir.

MITOS E PRECONCEÇÕES

No que respeita a mitos e preconceções, fatores que induzem a processos de exclusão social, quimeras e estórias são relatadas pelos membros que apesar de se dividirem em eixos diferentes de apreciação, representam a condição a que estão muitas vezes expostos é nesse sentido que M1 vocifera na entrevista “*Sabe o que antes os brancos diziam as crianças, quando se portavam mal? Que vinha um cigano e metia-os num saco e os roubava, que os levava, que os comia, sei lá*” (apêndice A2), para M5 o grande obstáculo para além do mito é o facto de existir depreciação no discurso e conduta ainda muito presente na sociedade maioritária “[...] *falam mal de nós*”, *mas isso não é verdade porque nós trabalhamos. E ser incluído não é isso*” (apêndice E2). Na visão do M2 há um problema que radica em “[...] *mas há muitas histórias de ciganos que ajudam a que ainda hoje estejamos assim, do lado de fora*”, na visão de M3 a sociedade tende a perspetivar que “*Ah é cigano, é ladrão, vigarista, eles só querem roubar e enganar as pessoas*” (apêndice B2). De acordo com M6 “[...] *levantam tantas mentiras acerca de nós...Desafio seria os senhores nos respeitarem e vice-versa*”(apêndice F2), afirma.

SEGREGAÇÃO

Seja pela condição voluntária ou involuntária, a segregação produz isolamento de áreas ou de grupos sociais com *handicaps* particulares o que para M6 perspetiva como “*Cultura, religião e tradições e é sempre um caminho de dois sentidos, tanto aproxima como afasta e sempre será assim*” (apêndice F2), no entanto M4 defende que “*Não nos pusessem de*

parte” (apêndice D2), visão que enlaça com as ideias de M5 “ [...] *deixam-nos de parte por sermos ciganos. Nem todos são iguais, mas há uns que nos põem de parte*”. Referindo ainda nesta sequência que a convivência com pessoas de origem não cigana “*Na generalidade é boa, mas não é relação é só mesmo separação, vós para lá e nós para cá, não há mistura*” (apêndice E2). Para M1 a questão é simples “ [...] *ninguém se mete com a gente, nem a gente se mete com ninguém. “Estamos assim. Só frequento o bairro, tenho tudo aqui*” (apêndice A2).

DISCRIMINAÇÃO

Tendo em consideração que a discriminação já é punível por lei⁵² em Portugal, pelos atos ou omissões no trato diferenciado a cidadãos em razão sua pertença a origem étnica, nacionalidade, identidade entre outros determinantes, e tendo em conta que estes comportamentos ou atos omissos ocorrem em pluriespaços, para M5 os contextos multiplicam-se entre a escola e os círculos sociais “*Na escola, por ser cigana, deixavam de falar comigo, ponham-me a parte nalguma brincadeira ou nalgum jogo, ponham-me de parte ou deixavam-me para a última a ser escolhida*” (apêndice E2). M6 também reflete a questão do território escola e infere sobre as questões do mercado de trabalho “*Os meus filhos mais era na escola, mas eu...Eu trabalhava e depois quando souberam que eu era cigano, não me quiseram mais*” (apêndice F2).

M2 também já experienciou discriminação, “*Já senti, mas essas pessoas que fazem diferenças, são pessoas que não tem capacidades, não são pessoas integradas, quem faz esses gestos, não são pessoas com mentalidades abertas, são pessoas retraídas, são pessoas problemáticas e o problema delas não afeta a mim*” (apêndice B2).

No entanto M1 aponta que seria positivo “*Se não houvesse racismo contra nós, se olhassem para nós sem pensamentos antigos de que somos isto e aquilo, isso era bom*” (apêndice A2), rebatendo esta ideia M5 refere que os comentários e situações são vários,

⁵² Disponível em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis&so_miolo=

mas “ [...] com o tempo também vamos aprendendo a não fazer caso, a ignorar, porque senão andamos sempre tristes e a brigar” (apêndice E2).

EMPREGABILIDADE

No que concerne ao pilar que proporciona aos cidadãos um padrão de vida normativo e o acesso a “uma atividade profissional” que suporta a economia familiar-empregabilidade, M4 é taxativo “Ninguém dá nada de trabalho, se souberem que somos ciganos, garantidamente!” (apêndice D2), situação que M2 expõe “Estou inscrita no centro de emprego, há uns vinte anos também. Fui chamada para uma oferta de emprego, quando ele viu que eu era cigana. Tinham pânico e pavor de me dizerem que não havia oferta nenhuma” e prossegue:

Conheço duas ou três pessoas que trabalham por conta de outros, mas que no início e não sei mesmo agora, se os patrões sequer imaginam que são ciganos. Não se vestem como nós, isso ia denunciar, vestem-se como os brancos e isso (apêndice B2).

Conforme fomos diluindo nos discursos acima, o eixo empregabilidade é aquele que reúne consenso integral por parte dos membros da comunidade a face mais expressiva da exclusão social é no mercado de emprego formal, “no emprego, acho que é lá que quase ninguém nos aceita” afirma M5 e repisa ainda,

Não sei explicar, mas nos trabalhos deixam de nos dar emprego porque somos ciganos, eles não dizem, mas é por isso, pela forma como nos falamos já as pessoas percebem que somos ciganos e automaticamente já não há vagas nenhuma (apêndice E2).

M3 desenha uma perspectiva clara no tocante a este tópico “ [...] ao princípio quando eu fui para a entrevista de trabalho como eu não tenho aqueles traços, aquela cor, eles pensaram que eu não era cigano e deram-me o trabalho” (apêndice C2).

M1 intimamente conhecedora da realidade de M3 afirma viemente que *“Se ele lhes tivesse dito, a bem que nunca tinha ficado lá a trabalhar, não, não [...] só disse agora”*, reiterando ainda que *“ninguém nos quer sequer para lavar escadas”* (apêndice A2).

M6 indignado refere que,

[...] eu estava a trabalhar num programa de emprego e trabalhava como pintor e até o encarregado da obra gostava de mim e estava tudo bem, até disse eu que eu era rápido e isso e depois descobriram que eu era cigano e pronto, mandaram-me embora (apêndice F2).

M1 ainda questiona assertivamente *“já viu alguém dar trabalho aos cianos? Sabendo que são pessoas de etnia? Nunca vi”* (apêndice A2).

Relativamente o impacto da invisibilidade da comunidade cigana na Região Autónoma da Madeira, o relato do M2 assevera *“não sei explicar, mas é assim, é como se não existíssemos e essa inexistência é o que nos mantém afastados de muitos acessos”* (apêndice B2), já para M5 apesar de não ter participado em nenhum projeto social nem estar inserida em contexto escolar afirma *“ [...] gostava de me sentir útil em alguma coisa, ajudar e trabalhar, que me vissem”* (apêndice E2), ainda na esteira da fraca visibilidade da comunidade cigana, M6 sustenta que,

os comentários de quem não nos conhece são sempre a mesma coisa, que somos trapaceiros e ladrões e isso. Tantas vezes, mas é porque as pessoas não nos conhecem, então ficam com medo de nós e fazem comentários que não correspondem a verdade, não é por mal, creio, é por desconhecimento das nossas tradições e isso (apêndice F2)

Sabedores que a segregação tem relação íntima com a rejeição, a diversidade e a diferença multicultural bem como as delimitações (ainda que simbólicas) de espaços comuns, M5 corrobora a visão anterior manifestando que *“ [...] deixam-nos de parte por sermos ciganos. Nem todos são iguais, mas há uns que nos põem de parte”* (apêndice E2).

Para M4 a solução mais simples seria “*É preciso olhar de outra maneira*” (apêndice D2).

O que nos leva a refletir sobre a especial condição de ser cigano, que amplia em larga escala os riscos de discriminação no caso de M1 maximiza ainda a escala ao atentado sobre a sua identidade, “*Nunca sou a XX, sou sempre a cigana, e o cigano é mal visto, tem fama de ladrão e mentiroso*”, ressaltando ainda com grande efusividade que são mais que muitas as vezes que ouve discursos de

[...] é a cigana que é manhosa e que vai roubar e isto e aquilo. Eu não sou bicho, e eu tenho nome, mas para os brancos, vocês, sou sempre a cigana. Agora já nem me importo, porque sou cigana portuguesa da Madeira, mas temos de aprender a fazer orelhas moucas a isso (apêndice A2).

M3 alarga a visão ao contexto ambiente de trabalho

Sofri discriminação e racismo no meu local de trabalho. [...] houve uma altura que quando eles souberam que eu era da etnia cigana puseram-me um bocadinho de parte. Não sei explicar, eles ficaram um bocadinho apreensivos, pensavam outra coisa de mim, entretanto viram que a minha personalidade é completamente diferente daquela que eles achavam(apêndice C2).

Nesta sequência, as palavras de M2 inferem,

Já senti, mas essas pessoas que fazem diferenças, são pessoas que não tem capacidades, não são pessoas integradas, quem faz esses gestos, não são pessoas com mentalidades abertas, são pessoas retraídas, são pessoas problemáticas e o problema delas não afeta a mim (apêndice B2),

no entanto acrescenta que em muitos sítios é discriminada deliberadamente, mas o que mais a impressiona é quando a discriminação é infligida aos filhos “*em vários sítios, mas é como lhe digo, custou-me muito a situação da minha filha, mas eu como não sabia, não pude procurar outra escola para ela*” (apêndice B2).

M5 também alude as situações em que se sentiu discriminada e aponta o território social como espaço voraz para situações de discriminação “[...] nos cafés, por exemplo, eu entrei num café para pedir um copo com água e a senhora não me quis dar por eu ser cigana” (apêndice E2).

No entanto, para M6 é na escola e no trabalho que maioritariamente experiencia cenários de discriminação “os meus filhos mais era na escola, mas eu [...] eu trabalhava e depois quando souberam que eu era cigano, não me quiseram mais” (apêndice F2).

No tocante a rendimentos económicos e repensamos se deveríamos inserir ou não esta categoria em debate neste eixo da exclusão social, mas note-se que os membros entrevistados obedecem maioritariamente ao regime de subsistência precário em grande parte conferido pelo estado, assim, e por forma de angariar algumas receitas extras, M2 desenlaça sem rodeios “[...] a nossa situação económica é um bocadinho reles, só que isto, vamos sobrevivendo. Vendemos umas coisas, vivemos do RSI, temos o apoio do estado” (apêndice B2), Para M1 a situação resume-se a “[...] tenho a doutora e ao RSI” (apêndice A2).

M5 refere que a vida que a comunidade leva na Região Autónoma da Madeira obedece a “De vez em quando temos dinheiro, as vezes não. É difícil, é difícil, as vezes não temos para as coisas básicas e é difícil viver assim” (apêndice E2).

No circuito do fenómeno exclusão social que abordamos com a comunidade cigana na Ilha da Madeira, vários aspetos foram possíveis observar, sobretudo o processo de consciencialização e legitimação que os membros estão implicados a encetar em prol da erradicação do daltonismo cultural.

PERCEÇÕES SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL – COMUNIDADE CIGANA

Acerca da percepção sobre o processo de inclusão social da comunidade na RAM, M1 é concludente a afirmar que *“está, eu acho que sim, ninguém se mete com a gente, nem a gente se mete com ninguém”* (apêndice A2), já para o M5 *a perspectiva é outra “não, porque muitas das vezes, deixam-nos de parte por sermos ciganos”* (apêndice E2), por sua vez, o M6 aquando questionado, reflete *“ nós estamos cá e conseguimos viver, mas não sei se estamos incluídos, porque a verdade é que os nossos círculos e também quem sabe por nossa conta, são os mesmos* (apêndice F2) ”.

No que concerne a relações de confiança social com predominância na livre cidadania, as visões ganham multifaces surgindo narrativas como o de M3 *“Tem que haver mais um bocadinho de compreensão da nossa parte e as pessoas as vezes não querem compreender a nossa parte e então excluem-nos”* (apêndice C2), na visão de M5 *“Se as pessoas não ciganas entendessem que nós também somos pessoas e precisamos de comer e também precisamos de trabalho e da confiança deles para termos melhorias nas nossas vidas, para comer e sobreviver”* (apêndice E2). Para M2 a solução passa por *“Nós queremos viver em sociedade, mas não tem sido fácil. Precisamos de um incentivo, duma pessoa que fosse por nós, mas não um de nós. Uma pessoa com autoridade e prestígio”* (apêndice B2).

DA AUTORREPRESENTAÇÃO E VISIBILIDADE DA VOZ ATIVA

E prossegue M2 no discurso,

[...] uma voz com autoridade é uma pessoa que tenha maior capacidade, porque nós temos as nossas capacidades, mas as vezes não sabemos atingir os nossos objetivos

e tendo uma pessoa que estudou para isso, que tem capacidade de ir mais além, de nos ensinar, de nos dar mais incentivo, então nós teremos uma voz”. E continua “Não sei explicar, mas é assim, é como se não existíssemos e essa inexistência é o que nos mantém afastados de muitos acessos” (apêndice B2).

Para M3 a resposta é simples [...] *nunca ninguém se chegou à frente, agora sim, estamos a ver alguns progressos, mas nunca tivemos nenhuma ajuda*” (apêndice C2). Nos registos que fomos recolhendo, M6 infere que “*Se tivéssemos alguém com prestígio que nos advogasse, que nos instruisse acerca dos assuntos da vida corrente, não aquilo de ir a escola e aprender a fazer contas com números e letras, isso ajuda-nos?*” (apêndice F2). Já para M5, aponta concisamente que a resolução para a falta de visibilidade passa por,

[...] uma associação para nos ajudar, para mostrarmos força e união, para que quando venham as dificuldades, alguém nos apoie, que nos ajude a formar para o que nos temos de bom, para o que temos de nosso, comidas, roupas, costumes, ia-nos ajudar (apêndice E2).

M4 com o olhar vago, reflete lentamente que “*A comunidade cigana tem falta de tudo...é trabalho [...], falta de alguém que fale por nós. Assim não vamos lá, falta alguém que faça a gente se compreender*” (apêndice D2). Para M1 “*Necessidade de algum espaço onde a gente possa fazer alguma coisa, onde haja oportunidades. Necessidades de oportunidades de trabalho, de alguém que nos ajude a falar*” (apêndice A2).

M6 efusivamente refere “*Só consigo desejar a associação para nos ocupar e representar e nos garantir peso na sociedade, isso seria nos valorizar*” (apêndice F2).

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

No que concerne à educação é passível de se perceber no discurso de M1 que nem sempre se valorizou a educação, mas esse também é um dogma que está a ser trabalhado por mãos invisíveis quase que assentes nas premissas da intervenção mínima na comunidade “*Eu não*

fui muito à escola, tenho poucos estudos, mas é importante. Agora é diferente, já se vai mais a escola”, e prossegue no discurso proferindo que é importante ir a escola “Para saberem ler e escrever, os meus filhos já foram a escola e até acabaram o 9.º ano (apêndice A2).

Para M5 ir à escola é condição “[...] para termos um futuro melhor e sermos integrados na comunidade. Fui até o quinto ano. É muito importante e se fosse agora eu iria novamente” e persevera que “Se eu tiver filhos quero que vão a escola e que possam ter um futuro bom, quero que trabalhem por isso. A mim trataram-me mal, quando falei com os meus pais, deixei de ir à escola” (apêndice E2).

Na visão de M6 também há uma conformidade com o discorrido dos outros membros, “Tenho o 6º ano. É importante ir à escola. [...] foi preciso também ensinar [na escola] que somos gente, limpos e que somos diferentes nas tradições, mas não na pele e osso”, no entanto salienta que “[...] mas na minha idade eu já não quero voltar para a escola normal, gostava dum curso assim como os do Instituto que nos ensina a fazer, fazendo...pensando...Isso é mais interessante e fica mais na cabeça” (apêndice F2).

Discurso este que é também reiterado por M2 “ [...] eu agora já prefiro coisas mais...diferentes, estudar de outras formas como fizemos no instituto. Sou mediadora social” (apêndice B2).

HABITAÇÃO E SAÚDE

M2 refere que “no início foi diferente, mas agora já nos conhecem e pronto, corre bem” (apêndice B2), referindo-se ao tratamento que recebiam nos serviços públicos de saúde, M5 verbaliza que “O atendimento é bom, mas demora muito a ter consulta [...] ” (apêndice E2), o que corrobora com a ideia de M3 quando fortifica que “[...] os centros de saúde, nós vamos para marcar uma consulta e demora bastante tempo para sermos atendidos” (apêndice C2), o que para M6 é preocupante porque “[...] há situações complicadas de transplantes e isso que aqui não são possíveis de fazer e ficamos um bocado por nossa conta, mas pronto” (apêndice F2).

Não obstante todos os membros da comunidade cigana inscritos nesta investigação, detêm inscrição nos serviços públicos de saúde e inclusive, médico de família designado.

No tocante a habitação, os membros mostram-se abrangidos por várias modalidades M2 refere que “ [...] *vivemos quase todos no bairro da Nazaré, mas há um ou dois que compraram casa, e outros que vivem de arrendamentos, mas também para isso, no início também é difícil conseguir. Não nos querem alugar*” (apêndice B2), M6 expressa que o espaço geográfico onde há maior incidência de pessoas de origem cigana é

Grande parte na Nazaré, mas há aí uns que casaram com não ciganos e foram viver para outras partes da ilha e ainda há outros que são ciganos, mas não são dos nossos, vêm aí uns meses “à venda” e vão embora (apêndice F2)

Sem dúvidas, M3 assevera que “*Na Nazaré, vem muitos de fora e espalham por aqui e por ali, mas é só para fazerem vendas e depois voltam para os sítios deles, os originais vivem na Nazaré, no bairro*” (apêndice C2).

No entanto, a atribuição de habitação social pelas estruturas públicas com tutela na matéria, movimenta outro tipo de discurso que M4 não consegue esquecer quando foi beneficiado com a sua habitação “ [...] *primeiro quando o governo deu uma casa a gente, os brancos: “há, eles têm uma casa e a gente não tem*” (apêndice D2) discurso comungado por M1 “ [...] *os ciganos que não são da Madeira já têm casas e nós que somos daqui não temos, mas nós não temos culpa, fizemos inscrição e depois deram-nos uma casa*” (apêndice A2).

MEMBROS COM FORMAÇÃO EM MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Apesar do foco deste trabalho não objetivar as perceções sobre formas de mediação intercultural, mas, uma vez que dois membros dos seis envolvidos detêm formação de mediação social conferida pelo Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal, com o qual temos relação estreita, inclusive na partilha de conteúdo programático, só para fins ilustrativos iremos retratar aquela que é a visão destes enquanto mediadores o ante e o pós curso.

Para estes dois membros aquando questões como -se já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas - respondem forma entusiasmada

Sou mediadora social. Tinha tantas pessoas diferentes no projeto que eu entrei, só tive pena de não ter continuado, mas neste momento e graças a isso, há muita coisa que eu consigo diferenciar e estou feliz porque consegui chegar a objetivos que eu nem sabia que tinha. Fez-me bem a mim e a minha família. Tivemos lá dois ou três meses e eu queria mais, muito mais, mas infelizmente não foi possível. Mas isso abriu muito a minha mente, fez-me conviver com pessoas da sociedade e não era nada a ideia que eu tinha, porque há forma de conviver, com respeito nós conseguimos conviver com tanta gente diferente e correu bem (apêndice A2).

Para outro membro

Com o maior orgulho sou mediador social, formado pelo Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal e foi um grande salto a partir daí. Eu queria que todos os membros da associação, pelo menos os fundadores fossem mediadores sociais ou da cultura como dizem, seria muito bom para começar as nossas atividades, começar a andar pelos nossos próprios pés (apêndice F2).

Enfatizam ainda que se sentiram acolhidos *“Desde que lá entrei. Fizemos uma reunião inicial onde comemos e bebemos e conhecemo-nos uns aos outros e foi muito bom, o que mais fizemos foi nos conhecer”* (apêndice B2).

O outro membro envolvido no curso refere para a mesma questão do acolhimento que

Senti, pois. Foi uma experiência diferente e que gostei muito, eu não me cansava se fossem todas as semanas. Era um aprender por nós quase, com aqueles teatros que fazíamos e com as trocas de papéis e os argumentos, eu fiquei cheio de confiança na

altura, mas, entretanto, as coisas não evoluíram e fiquei desanimado, mas ainda bem que há quem não desanime e sempre nos una (apêndice F2).

No que concerne a participação ativa *“Eu fui mediadora várias vezes, em todas as atividades eu tive de dar opinião e obrigou-me a ganhar confiança em mim e a pensar e perceber que afinal, eu também consigo lá chegar”* (apêndice B2).

Já para o outro membro,

Era difícil, as vezes tinha de ser eu a decidir e isso é muita responsabilidade. Mas por outro lado, eu ficava vaidoso, porque o que eu fazia e dizia, era tido como importante e válido. Era difícil e delicioso ao mesmo tempo (apêndice F2).

Representações que achamos interessantes lançar neste documento como formas de co-construção de um plano inclusivo de futuro.

PERCEPÇÕES SOBRE EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL À LUZ DE DOIS COMPRADORES DE MERCADORIAS VENDIDAS POR MEMBROS DA COMUNIDADE CIGANA.

Partindo dos pressupostos anteriormente explanados neste documento, que numa forma simples (mas nunca simplista) a integração é um dos degraus da (grande) escada da inclusão social, baseada na normalização das condições objetivas de vida da comunidade cigana, com o intuito maior na abrangência da valorização e do reconhecimento das diversidades como condição e Direito Humano, assim e por preciosa indicação do orientador desta investigação, termos também aquela que é a visão de dois compradores de mercadorias vendidas por pessoas de origem cigana, é esse o retrato que fazemos abaixo.

Para C1 os ciganos que vivem na RAM estão *“muito bem integrados na sociedade madeirense”*, bisando ainda que *“[...] por serem uma comunidade menos numerosa em relação a outras comunidades do mesmo género, noutras zonas do país”* (apêndice H2).

C2 mostra-se incisivo na resposta *“Os ciganos são reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa como cidadãos de pleno direito. Como tal, a valorização da comunidade cigana é uma transformação social necessária no nosso quotidiano”* (apêndice I2).

No tocante a discriminação e preconceito, a resposta é unanime entre os inquiridos que *“sim”*, que existem, mas C1 avança ainda que *“Sim, em parte devido a cultura que defendem”* (apêndice H2).

Quisemos ainda perceber qual a perceção que estes dois compradores tinham relativamente a frequência na escola por parte da comunidade e para C1 *“Talvez não com a assiduidade necessária para terem aproveitamento escolar”*, mas rebate que *“A educação é uma forma de envolvimento com outras comunidades”*.

Nesta linha C2 apregoa que,

Sim vão à escola. Mas os membros mais antigos da comunidade cigana (anciãos) julgo que continuam a apresentar alguma resistência quanto à escolaridade, sobretudo das raparigas. Julgo que continua a existir uma tendência para as raparigas abandonarem mais cedo o sistema de ensino em detrimento de tarefas de lides domésticas (apêndice I2).

Quando questionados os compradores acerca das condições económicas da população cigana na Madeira, os manifestos assemelham-se na resposta, para C1 *“Por normalmente serem famílias numerosas, acredito que não seja suficiente”* (apêndice H2), o que ratifica com a visão de C2 quando refere que *“Não creio. Até porque as feiras realizam-se somente aos fins-de-semana”* (apêndice I2).

Foi do nosso interesse conhecer a motivação dos inquiridos para comprarem mercadorias aos ciganos e C2 verbaliza-nos que,

Há determinados produtos como lençóis, edredons que vendem a um preço consideravelmente inferior do que o praticado por superfícies comerciais. As desvantagens da insularidade fazem-se sentir também na pouca oferta e variedade de artigos e na inflação de preços também na oferta de produtos (apêndice I2).

C2 mostra-se conciso e refere que compra *“Por serem produtos negociáveis e consequentemente mais baratos”* (apêndice H2).

Referem ainda os inquiridos que as maiores necessidades do povo cigano na Madeira são *“Oportunidades sociais e profissionais”* C1 (apêndice H2), o que mais uma vez coaduna com a visão de C2 quando menciona que faltam *“Oportunidades de inserção profissional seja em entidades públicas ou em privadas”* (apêndice I2).

Nesta esteira questionamos a estes cidadãos que outras atividades e apoios sociais esta comunidade teria para subsistir e recebemos respostas como a de C2 *“Os que conheço exercem atividade de feirantes”* asseverando ainda que *“apoios formais do Estado: o*

Instituto de Segurança Social da Madeira” (apêndice I2). C1 aponta que quem apoia a comunidade é “*Estado e as associações*”, repisando que outras atividades que tenham a comunidade cigana são “*Normalmente em feiras e por conta própria*” (apêndice H2).

Questionou-se ainda sobre os desafios que esta comunidade enfrenta, e C2 reage no imediato e explana que “*Atualmente assiste-se a uma maior integração embora sejamos honestos, continua a existir discriminação referente à etnia cigana sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho*”, acrescentando ainda que “*A integração no Mercado de trabalho. Julgo que os ciganos que não queiram manter a prática de feirantes experienciam algum sentimento de desconfiança por parte das entidades empregadoras quando apresentam a sua etnia*” (apêndice I2). Para C1 a resposta é curta e simples na articulação, os desafios são “*Os mesmos que os restantes residentes numa região insular*” (apêndice H2).

Mas para que a inclusão aconteça, C2 avança que,

É necessária uma intervenção articulada junto da comunidade: instituições locais públicas e privadas, junto da comunidade educativa. É necessária uma sensibilização para a história, costumes e tradições do povo cigano e para as suas especificidades. Não se pode compreender o presente sem ter em conta o passado daquele povo. O sentimento de desconfiança, de estranheza, o julgamento rápido do que é diferente tem de ser trabalhado. O preconceito dificulta a aproximação. Relativamente aos ciganos penso que poderiam trabalhar mais a sua resistência. Fazem uma clara distinção entre o “nós” e os “outros”. Isolam-se. São muito protetores dos eu clã e dificilmente/raramente se abrem a elementos exteriores (apêndice I2).

Já para C1, considera que “*Evitar fazer juízos sem fundamentos de forma a não permitir a discriminação, porem a comunidade cigana deveria possibilitar uma evolução/mudança da*

sua cultura”, pode ser fulcral no combate. Mencionando ainda que para a valorização desta comunidade sejam necessários valores como *” Integração social e cultural”* (apêndice H2).

No enalço da exclusão e inclusão social, e porque já fomos reunindo conhecimento que o mercado de trabalho formal é o eixo que demonstra maior fragilidade, questionamos se estes compradores ofereceriam uma oportunidade de trabalho a pessoas de origem cigana e a resposta foi consensual e positiva, C1 *”Sim, se reunir as condições necessárias para o trabalho a desempenhar”* (apêndice H2).

A perguntas como, onde está e o que faz comunidade durante a semana (uma vez que a única feira onde a comunidade cigana faz as vendas, exclusivamente se realiza ao domingo) recolhemos respostas unificadas como *”desconheço”* (apêndice H2 e I2).

Para categorias de questões sobre a residência e o acesso a serviço público de saúde, as respostas de C1 foram *”A sua maioria em habitações sociais”* e *”Claro que sim, como todos os outros cidadãos”* (apêndice H2).

C2 refere que a residência dos ciganos está *”centralizada em bairros, residem em blocos de apartamentos e são comunidades mais organizadas do ponto de vista do ordenamento do território”* e que *”Podem. São cidadãos de pleno direito legitimado pela CRP”* no acesso ao SESARAM⁵³ (apêndice I2).

No tocante a conhecimento sobre instituições que operem diretamente com a comunidade, C1 *”Tenho conhecimento que existem”* (apêndice H2) e inclusive refere que faria parte de uma atividade que incluísse pessoas de origem cigana e C2 *”Conheço o IPMF”* e *”já fiz inclusive”* (apêndice I2) parte de alguma atividade que englobasse pessoas de origem cigana.

Elaborado o retrato das perceções dos compradores de mercadorias vendidas por pessoas de origem cigana, abaixo desferimos sobre aquelas que são as visões das duas presidentes de

⁵³ Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.

instituições que trabalham direta e estreitamente com a comunidade cigana na Região Autónoma da Madeira e das quais, orgulhosamente fazemos parte.

PERCEPÇÕES SOBRE EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL – PRESIDENTE INSTITUTO PORTUGUÊS DE MEDIAÇÃO FAMILIAR DO FUNCHAL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PRESENÇA FEMININA

Para que este documento ganhasse ainda mais consistência no descortinar de pontos cegos de investigação na Região Autónoma da Madeira no que concerne às temáticas relacionadas com a comunidade cigana, surgiu ainda a ideia de conhecermos a visão das presidentes das instituições que trabalham directamente e estreitamente com a comunidade cigana, o Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal (IPMFF) em parceria com a Associação Presença Feminina (FEM).

Assim, convidamos as presidentes destas entidades a participarem neste estudo mostrando as suas perspetivas relativamente a várias dimensões de modo a permitir um quadro de multisaberes e plurivisões.

Iniciamos uma conversa amena, de muito debate onde fomos pondo ao dispor as questões que nos faziam sentido trazer a estudo, dentro do processo metodológico de diagnóstico social institucional imperou saber o porque destas instituições encetarem projetos com a comunidade cigana e recebemos relatos como o de P2,

[...] sendo uma instituição pública de solidariedade social que tem como missão a cultura de paz através da mediação, não pode ficar indiferente a situações de discriminação. A comunidade cigana madeirense, constitui-se, fundamentalmente, uma comunidade de vendedores ambulantes, alegando dificuldades de subsistência, pela escassez de trabalho e ou negócio. Queixam-se que são marginalizados pela comunidade maioritária e referem o forte estigma social que impregna todos os contextos onde vivem, trabalham ou estudam (apêndice M).

Avançando ainda que *“É este o contexto que situa a mediação face à comunidade cigana e dá fundamento aos projetos elaborados”* (apêndice M).

Para P1 a resposta incidiu pela

constatação da necessidade de ultrapassar o sentimento de desconfiança mútua existente entre a comunidade maioritária e a comunidade cigana minoritária, criando laços de respeito mútuo e de apreço mútuo. E isso só se consegue se houver oportunidades para que a maioria da população conheça/aceite as tradições e os valores da comunidade cigana (apêndice L).

Relativamente aos processos de inclusão, os discursos das mulheres do leme destas associações, aproximam-se na sua conceção, para P1

Pessoas da Comunidade Cigana e os seus representantes dizem-se perfeitamente inseridos/integrados no bairro onde vive a maioria das famílias e não propriamente na sociedade madeirense em geral [...] Considero também que estão integrados (enquanto cidadãos/cidadãs portugueses no pleno gozo dos seus direitos) mas não incluídos” (apêndice L).

O conhecimento empírico de P2 leva-a a crer que *“Podemos dizer que a comunidade cigana é reconhecida na sociedade madeirense, mas não é suficiente para se falar em inclusão”*, sustentando ainda que,

Naturalmente a inclusão não implica apenas o lado que acolhe, implica também o que é acolhido. Os ciganos também precisam de se deixarem conhecer e cativar, revelando qual o seu contributo para a sociedade maioritária. Como disse no início desta conversa, muitas vezes o que precisam é de ajustar às narrativas, ouvirem e fazerem-se ouvir (apêndice M).

No tocante as políticas sociais que regulamentam os processos de inclusão, P2 adianta que o maior interventor no desempenho de medidas de propostas pelo governo “*diria que é a segurança social, contudo [...] receio que esta comunidade se torne mais vulnerável às exigências impostas pela pandemia e a marginalização se acentue e origine mais discriminação social*” (apêndice M), já para P1 refere que as instituições “*Duma maneira geral não estão atentos [...] pois, que seja do meu conhecimento, não há projetos ou atividades direcionadas ou com participação da comunidade Cigana*”, avançando ainda que “*Não tenho conhecimento de nenhuma medida implementada a nível Institucional/ Governo Regional, ou por outras Instituições/Associações a nível Regional*”, bem como “*Não conheço nenhum estudo de âmbito regional, nem nenhuma aplicação a nível regional da Estratégia Nacional (1º Plano Nacional)*” (apêndice L).

Empenhadas em conferir oportunidades de inclusão aos membros da comunidade cigana da RAM, P2 refere que

Identificamos como área prioritária de intervenção a Mediação intercultural e a autorrepresentação como distinto e decisivo desafio de inclusão em nome do progresso e dos direitos humanos da comunidade cigana e como ato de aceitação e combate à discriminação junto da opinião pública (apêndice M).

e para cumprimento deste eixo (MI) *[...] já usufruímos do apoio financeiro da Câmara Municipal do Funchal para a formação de Mediadores Sociais. Curso que habilitou dois ciganos, uma mulher e um homem, com as competências de mediador social* (apêndice M).

No caso de P1, refere que,

Criando oportunidades para que a comunidade Cigana se sinta integrada – igualdade de direitos/oportunidades. Cumprimento de deveres na sua condição de cidadãos/cidadãs [...] oportunidades de verem os seus valores/usos e costumes reconhecidos, valorizados e aplicados/seguidos pela comunidade maioritária. [...] e não só que envolvem os Ciganos da Madeira mais inclusive que se possam criar

intercâmbios/cooperação com outras comunidades Ciganas do país/outros países”
(apêndice L).

Salienta ainda P2 nesta esteira que “[...] a medida que menos funciona é o associativismo. Os ciganos que integram os nossos projetos reivindicam a existência de uma associação que os proteja, acompanhe os seus interesses e lhes dê voz” (apêndice M).

As duas presidentes apontam como principais desafios a inclusão, sendo que P1 incide,

Os projetos que queríamos/queremos desenvolver em conjunto seriam/são muito importantes para a inclusão da comunidade Cigana, inclusive para a resolução de conflitos entre elementos da própria comunidade Cigana, através da criação de mediadores Ciganos, com competência para apoiarem a resolução de conflitos diversos (de bairro, familiares, vizinhos, outros) ” (apêndice L)

Verbaliza P2 que

São projetos que apelam então à parceria à cooperação e à comunicação efetiva. As parcerias reunidas, comprometidas num trabalho de rede e, formalizadas com um estabelecimento de protocolo interparcerias, fomenta uma conjugação de sinergias e articulação de esforços, a fim de sensibilizar a comunidade madeirense para o flagelo que é a discriminação de minorias étnicas no contexto regional, desconstruir mitos, representações e estereótipos acerca da comunidade cigana bem como promover e sensibilizar a opinião pública sobre a história e cultura Romani (apêndice M).

Apresentado o conhecimento que se recolheu da empiria, permite-nos no próximo capítulo apresentamos aquelas que são as considerações finais, fazendo as pontes aos objetivos inicialmente propostos por este estudo.

CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES, CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPETIVAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

Feita a revisão integrativa da bibliografia sobre aqueles que foram os conceitos norteadores deste estudo, onde se tentou expor de forma clara várias abordagens promotoras de debate e expansão do nosso campo investigativo, com especial perfusão no contributo da mediação intercultural como estratégia de transformação social na comunidade cigana da Região Autónoma da Madeira, com disseminação de alto impacto na sociedade maioritária, fomos investigar no terreno.

Uma vez que esta investigação se assume de carácter etnográfico de natureza interpretativa da empiria foi nossa pretensão confrontar a triangulação de perspetivas que incrementamos neste estudo, de modo a escamotear os registos de propriedade da comunidade cigana relativamente aos seus processos de exclusão e inclusão social, as suas retumbâncias e conhecer também aquelas que são as visões dos compradores e das presidentes das instituições com mesclagem e interesse maior no conhecimento do estado da arte.

Um olhar atento e informado dir-me-ia ao início deste ciclo que muito dos discursos assumiriam matizes bifurcadas e o que não me causaria nenhum espanto pela complexidade e subjetividade nas/das interpretações, assim, e dando resposta aquele que era nosso objetivo geral de **veicular a identificação, conhecimento e compreensão dos processos de inclusão e exclusão social da comunidade cigana na Região Autónoma da Madeira (RAM)** e que **impacto a mediação intercultural** traduz neste.

Assim, às questões sobre confiança social e relações sociais onde se pretendia conhecer o exercício da cidadania, obtivemos respostas que põem em evidência que o povo cigano é cravado pela categorização na conceptualização dos valores sociais que universaliza a cultura, consequentemente se edificam barreiras criando espaços de diferenciação étnica.

É na conceção de estereótipos elaborados com base em representações coletivas, experienciadas por indivíduos de diferentes tradições culturais ao longo de séculos em

contacto que movimenta faltas de (re)conhecimento, gerando desconfiança e tensões agudizadas na convivialidade entre os diferentes.

É o fraco apreço e a desconfiança sistematizada que existe entre a comunidade cigana e a sociedade (proclamada) maioritária que fundam muitas das atitudes repressoras da relação vinculativa e impede processos de afiliação, aumentando a desigualdade social reprimindo o exercício da cidadania como expressão de dignidade social. Note-se neste encadeamento que quando se percebe uma comunidade como oponente, inevitavelmente se traduz num campo de tensões que retira qualquer dimensão culposa dos atos consumados contra aquela.

Podemos concluir também dos registos de propriedade que fomos recolhendo que há uma clara consciencialização da exclusão social, e que paira sobre a comunidade cigana o argumento de autoexclusão que serve muitas vezes de mote para responsabilizar a comunidade pelo seu fechamento, etnocentrismo e resistência à integração, cenário agudizado pelos *media* e por signatários extremistas que recorrem a doutrinas e imposições como forma de negação de direitos indisponíveis bloqueando o processo de diálogo intercultural, desembocando assim por parte das comunidades afetadas formas de proteção e minimização dos danos psico-socio-afetivos que processos de exclusão traduzem em si, numa patologização da diferença (Vieira. R, & Vieira, A, 2011).

Faísca e Jesuíno (2006), nos seus estudos demonstram exatamente o lado oposto em que a intervenção deve assentar, em modelos de proximidade que reduzem consideravelmente a perceção negativa os ciganos revelam da sociedade maioritária e por outro lado o acolhimento da sociedade é mais efetivo.

No que respeita às questões de verificação de inclusão social no eixo da educação, apesar de existir uma tendência secular para o afastamento dos ciganos dos territórios escolares, os dados recolhidos induzem-nos para um quadro de total sensibilização por parte da comunidade para a escolarização, o que não apresenta *per si*, como condição de frequência e êxito.

Há efetivamente nas respostas dos membros, uma consciência que a educação assume-se como um vetor de especial importância para a inclusão, e que esses ganhos obtidos através

da formação são conseguidos ao nível da participação, legitimação e reconhecimento da interculturalidade no território escola, por ser meio privilegiado de muitas interações e espaço de aprendizagens formais e informais.

Acontece que, no encontro cultural no território escolar e na ocultação desta interculturalidade inúmeras vezes este ambiente rico (com dupla face) permite que emergjam tensões devido a pluralidade de perceções inscrita naquele meio, não podemos esquecer que “ (...) a escola contém o social em si (...) a escola é um microcosmos da sociedade (...) ela própria é uma instituição da sociedade” (Vieira, 2013), e se por um lado podemos pensar com Vieira (2013) que “as tensões são o tempero das relações”, por outro, se não cuidadas estas, a macropaisagem humana, degrada-se e escala.

Os membros são *quasi*-unânimes que é na escola, na proximidade social e em cenários de ocultação cultural da etnicidade, que se gera o distanciamento e a psicologia de gueto ideários pré-concebidos com disseminação em larga escala. Se por um lado compreendem que a educação é princípio basilar de inclusão e que a ausência desta representa um espaço vazio de voz ativa das minorias, também conhecem múltiplas faces da naturalização do estigma e separação e por tal, oferecem resistência, abandono e absentismo.

Das respostas é possível também observar um ponto curioso que se baliza em duas ideias liquidificadas mas que um olhar atento pode traduzir, os ciganos da Madeira valorizam a educação, mas, expressam em massa que o uso de “novas” metodologias de aprendizagem (ainda que não lhe chamem assim), com alicerce nos postulados da pedagogia moderna assente em modelos de educação informal, num projeto criado à medida dos interesses e das escolhas pessoais dos membros integrantes a partir de formas «*learning by doing e roma models*», interagem no/com ambiente mais facilmente e se adaptariam a aprender e (re) descobrirem potencialidades assumindo-se como cidadãos com valor.

Através da bibliografia largamente difundida por (Wilkinson e Pickett (2010) nos seus estudos correlacionais é seguro afirmar que sociedades com níveis de escolarização elevados se traduzem em consequências positivas na redução das desigualdades sociais, o que em Portugal e no caso especial da Ilha da Madeira, ainda não se observa em absoluto.

Em relação ao eixo da autorrepresentação que incluímos na categoria de inclusão social, obtivemos respostas dos membros que nos permite pensar que o não pleno exercício da cidadania como expressão de dignidade destes sujeitos, os empurrava para índices de pobreza, não participação, invisibilidade e fraca (ou nula) representação cívica e política. Traduzindo-se numa verdadeira questão de Direitos Humanos alienados.

A verbalização da consciência da não representação que incorre em invisibilidade, privando-os do direito do uso da palavra, marginalizando-se assim o exercício da *advocacy*, demonstrando que é uma área primordial de intervenção para que o uso do *empowerment* (Fazenda, 2008) ganhe base de consistência na maximização e (re)descoberta de poderes individuais que congregados se manifeste num coeso coletivo.

Há também uma ideia instalada na maior parte dos membros que se houvesse um/a representante que exercesse funções (ainda que) transitórias de representação da comunidade, seria mais fácil alcançar prestígio e consagrar espaço nos debates das suas próprias questões, o que nos leva a pensar que há uma mudança de paradigma que a própria comunidade vai operando, e tendem a ser co-construtores de uma terceira margem do rio, da qual emergem os/as trânsfuga(s) intercultruais (Vieira, 2014), num apelo aquele que é a tradução de significados, que para nós entendemos (orgulhosamente) como a essência da mediação intercultural.

Na sequência do quadro dos pilares que sustentam a inclusão social, e que estão devidamente consagrados na CRP⁵⁴, como direitos sociais, é a garantia habitacional para os seus concidadãos, e com firmeza podemos alegar que a comunidade cigana da Madeira, é na sua totalidade sedentária o que demonstra transmutação ao nível das suas transações sociais, maioritariamente residente em bairros sociais e demonstra que as políticas sociais com operância nesta matéria se mostram dentro de padrões razoáveis no materializar do direito a habitação assumindo-se como um instrumento fundamental ao combate a pobreza e exclusão social, no entanto, podemos também pensar dos discursos que fomos recolhendo que a prevalência da maior parte dos membros ter sido adstrita a uma aérea geográfica

54

quase na sua totalidade, poderá construir um quadro bifurcado, por um lado instigar redes de confiança social e capital social (Putnam, 1997) bem como relações fortificadas de vizinhança, mas por outro, fundar o gregarismo não voluntário que sedimenta efeitos segregatórios.

Foi possível também compreender que a maioria dos ciganos vive em comunidade, não necessariamente em aglomerados ou na mesma habitação, mas estão sempre juntos, perpetuando e fortalecendo o sentimento de pertença étnica que os caracteriza.

Considerou-se fazer algumas questões para alusão ao campo da saúde e o acesso a este, e recebemos testemunhos unânimes dos membros da sua integração no Serviço Regional de Saúde-SESARAM, onde detêm inscrição ativa, condição fulcral para o acesso, e referem que as primeiras aproximações nem sempre foram cordiais e atribuem o tratamento desigual nessa altura, às conceções negativas, mas completamente ultrapassadas à data.

Abordam ainda a transversalidade dos *timings* (na receção do pedido de atendimento e na resposta), validando-os como os danos colaterais da não cobertura total e atempada do serviço de saúde.

Finalmente, nesta construção de perceções da comunidade cigana acerca da inclusão social, voltamo-nos para a empregabilidade, eixo que maior impacto ganhou neste estudo, onde foi possível apurar um quadro diversificado de situações, mas que os multicenários não são prenúncios positivos. Assim, recolhemos atestados de *inaccessus* ao mercado formal de emprego em causa da condição étnica, e aquando deste acesso a par é também elaborado um processo de ocultação, despersonificação e descaracterização étnica de modo a não se exporem a estigmas e discriminação e aconteça o *terminus* das funções ou inviabilize o próprio acesso.

Sabemos que o acesso e permanência saudável n“uma atividade profissional, impede uma situação de exclusão social [...], proporcionando ao indivíduo um contexto de vida normativo (Margarido et al., 2011), o que nos leva a afirmar com garantias que o bloqueio e inflexibilidade ao acesso de oportunidades de trabalho por parte de membros da comunidade cigana é uma das principais repercussões fragilizantes que sentem os grupos

sociais com menor estabilidade económico-social, abismando-os num processo de exclusão social com diferentes configurações, tido como problema social (Paugman, 2003; Diogo et al., 2015).

Na moldura da exclusão social, podemos iniciar por enfatizar as repercussões dos mitos e invisibilidades que acompanham a história dos ciganos, muito embora já anteriormente fomos pincelando alguns eixos, aqui analisamos com margem do conhecimento mais centrado nestes polos.

No que respeita a mitos, facto que se agiganta muito pelas próprias histórias mágicas que os ciganos contam de si, por outro, a sociedade que os vê chegar, não se apresenta como -e com- lugares de hospitalidade (Baptista, 2008), perpetuando o desconhecimento e o preconceito.

Há uma clara negação da semelhança e do reconhecimento do “outro” quando se fala dos ciganos. São comuns os estereótipos consumados e reiterados mesmo na sabedoria popular que vão concorrendo para que os cenários de exclusão se vão perpetuando e exacerbando, que não é mais do que o enraizamento de um processo discriminatório construído sob o imaginário popular com fortes influências dos padrões sociais normativos que desembocam em estigmatização, destradicionalização cultural, marginalização.

Apontam os membros que a falta de legitimação da sua cultura, das suas crenças e da sua essência só pode ser combatida com poder de informação, com poder do associativismo com força incidente na desconstrução de ódios e rótulos infundados e de generalizações que não podem ganhar substância.

Muito embora já tenhamos aberto o debate das conclusões no que respeita a segregação, indutora direta de exclusão social, mas uma vez que foi no enalço da condição geoespacial, enfatizamos neste ponto o distanciamento e fragmentação social subtilmente imposto que ainda impera, há ainda um desequilíbrio no domínio territorial, é certo, mas que a intervenção social deve radicar na promoção de todo o território, dos seus equipamentos sociais e habitações. Promover o distanciamento dos “ditos diferentes” irá produzir a guetização da diferença e (in)comunicações entre diferenças e “indiferença ás

diferenças” (Vieira, R, & Vieira, A, 2016), o que nos parece um cenário perigoso no campo das relações de convivialidade.

Como não há linhas divisórias que atestem os limites da segregação e se iniciem os da discriminação, para que a exclusão social seja erradicada da história da comunidade cigana na RAM, os membros contam com o abandono de ideias préconceitualizadas que ganham grande expressão e tensão nas separações e nos processos de marginalização. Verbalizam, ainda que de forma contida, que o fechamento da sociedade majoritária invalida trocas interculturais e que este anulamento não é neutro, é produtor de estigma e rótulo às diversidades.

Acreditam que as leituras malsinadas da realidade analítica da comunidade cigana fomentam julgamentos prematuros e infundados incorrendo em práticas discriminatórias como distinção, exclusão, restrição, ou preferência em função de ascendência e origem.

De acordo com o que fomos elencando ao longo da exposição de dados, tomamos por opção conceptualizar na categoria de exclusão social os rendimentos familiares das pessoas de origem cigana que entrevistamos uma vez que os relatos induzem a condições estruturais do ponto de vista económico que não se mostram passíveis de acompanhar as evoluções sociais, tecnocientíficas e políticas. Assim, dos testemunhos conseguimos apurar que há uma perpetuação do limiar da pobreza e do apoio do estado nas garantias básicas de subsistência. A estabilidade aconteceria maioritariamente através da inserção em mercado formal de emprego com políticas socioeconómicas a favor da inclusão social como meio privilegiadamente formador e preventivo, lógica de intervenção concertada entre a comunidade em associação e os órgãos de governança dos vários sectores.

No que respeita a visão dos membros com formação em mediação intercultural, há uma clara tendência para interpretar a mediação intercultural como a pedagogia social da convivência e como estratégia de transformação social da sociedade, uma vez que permite aos intervenientes duplicidade de papéis de formação e transmutação das suas visões concorrendo para o (re)conhecimento e respeito pelo outro. Consideram um forte veículo da paz social, pelas tomadas de consciência de si e dos diferentes-iguais por via da participação ativa que culmina em postulados democráticos. Referem que o acolhimento após conhecimento transmuta as relações de convivência e confiança social.

Trazendo agora aquela que é tida neste documento como uma das visões da nossa triangulação, é possível atestar dos testemunhos dos compradores que em razão da sua minoria (de quantificação) consideram que a comunidade cigana está integrada na sociedade madeirense, mas consideram que a não igualdade de oportunidades é uma realidade que conseguem observar.

Assim, perspetivam que os rendimentos económicos que os ciganos auferem para fazer face à sustentabilidade das condições básicas e objetivas de vida são insuficientes, mas que as transações que efetivam nas feiras, são profícuas para a interação dos diferentes-iguais no que concerne a relações sociais.

Consideram ainda que os desafios são perpendiculares e transversais pela especial condição de serem insulares e não por serem membros da comunidade cigana e inferem sobre a possibilidade da comunidade evoluir e até mudar as suas raízes culturais, mesmo que para tal fosse necessário um trabalho em rede assente em postulados de mediação sociopedagógica balizada no reconhecimento e validação do “outro diferente”.

Consideram que a defesa e o fechamento das condições e crenças étnicas é um ponto assente e beligerante para na produção estigma e na resistência à interface com os demais. Apresentam o Estado como principal movimentador de políticas de combate a exclusão social e referem que a aposta deverá incidir na criação de condições de igualdade de acesso ao mercado de trabalho e desconstruir sentimentos de incerteza e desconfiança em razão de etnia. Validam ainda que o combate e o desafio aos processos de exclusão e inclusão social é feito através da educação.

Na visão das duas presidentes entrevistadas e com matéria de registo pela proximidade que detêm a comunidade, são ambas coesas quando referem que podemos pensar que a comunidade cigana está integrada, mas incluída socialmente ainda é uma utopia, uma vez que a bilateralidade do acolhimento não é efetiva.

Referem num discurso uno que o diálogo, a educação e a mediação intercultural são apostas de boas práticas na promoção de ambientes salutógenicos de convivência e que enquanto instituições comprometidas com a questão cigana, reúnem condição para implementação desta medida com as devidas articulações sociopolíticas.

Ainda nesta sequência, mencionam que urge um fortalecimento interinstitucional com base de participações democráticas e consertadas que permitam a cooperação, para o desenvolvimento de políticas reconhecidas, mas não implementadas.

Apontam a mediação intercultural como estratégia de transformação social, referindo que a sensibilização e transações de promoção de diálogos feita através desta, junto da sociedade maioritária desconstrói muros e cria pontes e “lugares comuns”, constituindo-se num forte contributo na prevenção e educação para a paz cultural.

Argumentam ainda que as redes formais de *background* como o associativismo para disseminar através de um projeto estruturado campanhas de (in)formação, garantindo o direito a identidade de cada um.

Assim, concluímos que nesta investigação que processos de exclusão social resultam em não legitimação da cultura e crenças do povo cigano residente na Região Autónoma da Madeira, retirando-lhes a essência e mantendo-os cativos da sua especial condição étnica.

Verificamos também que a força de preconceções de natureza negativa e estereótipos fundados pelo desconhecimento são fatores indutores da normalização e protelação de processos de discriminação, segregação e conseqüente exclusão social nas suas multifaces.

Se por um lado podíamos admitir que alguma força motriz fosse veiculada pelas próprias perceções e atitudes que a comunidade possa de si disseminar como forma de proteção, pensemos no caso de histórias mágicas e/ou artimanhas de subtração de materiais ou outros, por outro, a sociedade maioritária não se apresenta na sua completude como -e com- lugares de hospitalidade, perpetuando o desconhecimento e o preconceito.

Existem imensos pontos cegos na investigação da comunidade cigana no território madeirense, espero que este documento sirva de mote e início de muitas investigações e movimentos pró-paz social.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

(Marthin Luther King)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Vítor, (2010). *O Mediador sociocultural em contexto escolar – contributos para a compreensão da sua função social*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Amado, João, (2013) *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amiguinho, Abílio (1999), *Educação/Formação dos Ciganos: um desafio à mudança da Escola*, in Montenegro, Mirna (Org.), *Ciganos e Educação*, Cadernos ICE nº5, Setúbal: ICE.
- Amiguinho, Abílio (1993), *Caracterização sócio-demográfica e cultural das comunidades cigana no Alentejo*, Centro Regional de Segurança Social do Alentejo. FSE/Iniciativa Horizon.
- Arista, M, (2013). *Gestión Positiva de conflictos y mediación en contextos educativos*. Madrid: Reus.
- Baptista, Isabel, (2008) *Hospitalidade e eleição intersubjectiva: sobre o espírito que guarda os lugares*. Revista Hospitalidade. São Paulo, ano V, n. 2, jul.- dez.
- Baptista, Isabel, (2008) *Pedagogia Social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação*. Cadernos de Pedagogia Social. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Baptista, Isabel, (2012) *Pedagogia Social: um campo plural de investigação e intervenção*. Cadernos de Pedagogia Social. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Bardin, L, (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70, Lda.

Berry, J, (1997) *Immigration, Acculturation and Adaptation*. *Applied Psychology: an International Review*, v. 46.

Disponível

http://www.cultureresearch.org/sites/default/files/berry_1997.pdf

Berry, J. (2013) *Intercultural Relations in Plural Societies: Research Derived from Multiculturalism Policy*. *Acta de Investigación Psicológica*, Ciudad de México, v. 3, n. 2.

Disponível

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-48322013000200006

Berry, J. (2016) *Comparative analysis of Canadian Multiculturalism policy and the multiculturalism policies of other countries*. *Psychology in Russia: State of the Art*, Moscow, v. 9, march.

Berry, J. W. (1984). *Cultural relations in plural societies: Alternatives to segregation and their sociopsychological implications*. In N. Miller & M. B. Brewer (Eds.), *Groups in contact*. New York: Academic Press.

Boavida, João e Amado, João. (2006) *Ciências da Educação: Epistemologia, Identidade e Perspectivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bourdieu, Pierre. (2005) *Esboço para uma Auto-análise*. Lisboa: Edições 70.

- Burguess, R. (1997). *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Canário Rui; Alves Natália; & Rolo, Clara (2001) *Escola e exclusão social*. Lisboa: Educa.
- Capul, M. e Lemay, M. (2003) *Da educação á intervenção social*, Vol. I e II. Porto: Porto Editora
- Caria, Telmo (2003) (Org.). *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Caride, José António. (2005). *Las Fronteras de la Pedagogia Social. Perspectivas Científica e Histórica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Carvalho, Adalberto Dias e Baptista Isabel (2004). *Educação Social. Fundamentos e Estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, Elisabete (2018). *As Perceções dos Professores sobre a Unidade de Ensino Especializado numa Escola de 2º e 3º Ciclo no Funchal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Casa-Nova, Maria José (1999). *Etnicidade género e escolaridade – Estudo em torno da socialização do género feminino numa comunidade cigana de um bairro periférico da cidade do Porto*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
- Casa-Nova, Maria José (2008). *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com Ciganos*. Lisboa: ACIDI- Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, 2008 (forthcoming)

Disponível

https://www.obcig.acm.gov.pt/documents/58622/202406/olhares_8.pdf/b951107e-4ff2-4dae-98fa-07a18a2c6f11

Castel, R. (1955). *Les Métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard.

Castells, M. (1983). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Costa, A. B. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Escorel, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Faísca, L.; Jesuíno, J. (2006). *Representações sociais da comunidade cigana na sociedade portuguesa*. Lisboa: ACIME, 2006

Fortin, Marie-Fabienne (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures, Lusociência.

Fortin, Marie-Fabienne (2009). *O Processo de Investigação*. Loures, Lusociência.

Galino, L. (2005). *Dicionário de Sociologia*. São Paulo: Paulus.

Geertz, Clifford. (1964). *Ideology as a cultural system*. In: David Apter (ed.), *Ideology and discontent*, Nova York, The Free Press.

Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais, Príncípa.

Hagette, Teresa Maria Frota. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5a edição.

Petrópolis: Vozes.

Jares, X. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições

Kaplan, A. (1980). *A conduta na pesquisa*. S. Paulo: EDUS.

LaFromboise, T., Coleman, H. L. K., & Gerton, J. (1993). *Psychological impact of biculturalism: Evidence and theory*. *Psychological Bulletin*.

Lainé, Alex (2000). *L'histoire de vie, un processus de «métaformation», Les Histoires de Vie. Théories et pratiques*. Arcueil : Education Permanente nº142.

Magano, Olga; Mendes, Maria Manuela (2014) – Ciganos e políticas sociais em Portugal
Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número
temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais.

Disponível

<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12941.pdf>

Margarido, C., Grilo, P., Vieira, R. e Costa, R. (Eds.) (2011). *A dinâmica das Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social no Distrito de Leiria*. Leiria: Folheto, EAPN Portugal/Núcleo Distrital de Leiria e CIID-IPL

Monjas, M^a. I. (2011) (Dir.). *Cómo promover la convivencia: Programa de Asertividad y Habilidades Sociales (PAHS)*. Madrid: CEPE.(1^a ed.,9^aimp.)

Montenegro, Mirna (2003). *Aprendendo com ciganos: Processos de ecoformação*. Educação, Lisboa.

Morin, E. (1999). *La Tête bien faite: repenser la réforme, réformer la pensée*. Paris: Seuil,

Morin, E. (2001) *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Disponível

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5645321/mod_resource/content/1/MORIN%20A%20Cabec%CC%A7a%20Bem-feita%20PAG%20105.pdf

Pais, J. M. (2005). *Jovens e Cidadania*. In Sociologia, Problemas e Práticas (nº 49)

Pais, J. M. (2006). *Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas*. Porto: Âmbar.

Putnam, R. D. (1997). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Rodrigues, D. (2003) *Educação Inclusiva: as boas e as más notícias*. In: Rodrigues, David (org.) *Perspectivas sobre a inclusão; da educação à sociedade*. Porto: Porto.

Rutherford, F. J. e Ahlgren, A. (1995). *Ciência para todos*, Lisboa: Gradiva.

Sampaio, Daniel. (2014). *O tribunal é o réu. As questões do divórcio*. Alfragide: Editorial Caminho

- Sampieri, R., Collado, C. & Lúcio, P. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo, McGraw-Hill.
- Santos, B.D.S., (1997). «*Por uma concepção multicultural de direitos humanos*», Revista Crítica de Ciências Sociais, 48.
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Shepard, M., (s/d). *Social work and social exclusion: the idea of practice*. Aldershot: Ashgate,
- Lefebvre, H. (1983). *La revolución urbana*. Madri: Alianza.
- Silva, P. (2009). «*Ethnography: a method on the razor's edge*», Problemy Wczesnej Edukacji / Issues in Early Education, 2 (10), 46-64.
- Silva, Pedro et al., (2010) *Mediação Sociopedagógica na Escola: conceitos e contextos*, in Peres, Américo Nunes e Vieira, Ricardo (Orgs.). *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Chaves e Leiria: APAP e CIID-IPL.
- Stoer, S. e Magalhães, A. (2005). *A diferença Somos Nós – A Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais*. Porto: Edições Afrontamento
- Taguieff, P. A. (1987). *La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: éditions La Découverte.

Teixeira, Cristina. (2005) *Educação e inclusão social? Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea*. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia.

Vala, J. (1986). *A análise de conteúdo* in Pinto, José Madureira [et al]. 1986. *Metodologia das Ciências Sociais*. Lisboa, Edições Afrontamento, 11ª edição.

Vieira, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições.

Vieira, A. & Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans) formações*. Porto: Profedições.

Vieira, A. & Vieira R. (2011) Territórios Educativos e Mecanismos de Lidar com a Diferença na Escola, Actas do II Encontro de Sociologia da FLUP – Educação, Territórios e Desigualdades. Porto: FLUP, p. 317-335.

Vieira, A. (2011) *Educação e Mediação Sociocultural: a emergência de novos papéis sociais na escola*, tese de doutoramento, Vila Real: UTAD.

Disponível

<https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/2221>

Vieira, A. (2013) *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições.

Vieira, R. & Vieira, A. (2017). *Construindo pontes e travessias: das mediações sociais à mediação intercultural*. Revista Medi@ções, 5 (1). Disponível <http://mediacoes.es.e.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/150>

- Vieira, R. (2009). *Identidades Pessoais: interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Vieira, R. (2011). *Educação e Diversidade Cultural- Notas de Antropologia da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A. & Margarido, C. (Orgs.) (2020), *Migrações, minorias étnicas, políticas sociais e (trans)formações: Mediação intercultural e intervenção social*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A. & Margarido, C. (Orgs.) (2018). *Da mediação intercultural à mediação comunitária: Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A. & Margarido, C. (Orgs.) (2016). *Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R. (2003). *Vidas revividas: etnografia, biografias e a descoberta de novos sentidos*, in Caria, Telmo (Org.). *Metodologias Etnográficas em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Vieira, A. e Vieira, R., (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans) formações*. Porto: Profedições.
- Vilelas, J. (2009). *O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa, Edições Sílabo
- Wilkison, R. G. & Picket, K. (2010). *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger*, New York, Berlin, London, Bloomsbury Press

APÊNDICE 1 – CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

CONSENTIMENTO INFORMADO ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDOS DE INVESTIGAÇÃO

O atual trabalho de investigação, intitulado “PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL NA COMUNIDADE CIGANA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA: CONTRIBUTOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL”, insere-se num estudo que decorre no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da autoria da discente Bárbara Rubina Caires Dória Gonçalves, ministrado pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria, sob a orientação científica do Professor Doutor Ricardo Vieira. e tem como principal objetivo veicular a identificação e compreensão do processo inclusivo dos ciganos, e que impacto a mediação intercultural traduz neste.

Pretendemos contribuir para um melhor conhecimento sobre este tema, sendo necessário, para tal, incluir neste estudo a sua participação enquanto membro da comunidade cigana com registo de propriedade na matéria em estudo, o que muito contribuirá para o conhecimento e compreensão da investigação.

A sua colaboração é fundamental.

O resultado da investigação, será apresentado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria no decorrer do ano 2022 podendo, se desejar, contactar a sua autora para se inteirar dos resultados obtidos.

Este estudo não lhe trará nenhuma despesa ou risco. As informações recolhidas serão efetuadas através de um questionário sociodemográfico e de uma pequena entrevista que deverão ser gravados para permitir uma melhor compreensão dos factos.

Qualquer informação pessoal será confidencial e não será revelada a terceiros, nem publicada.

A sua participação neste estudo é voluntária e pode retirar-se a qualquer altura, ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si.

Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação.

Assinatura: _____ Data: _____

N.B: O mesmo documento foi usado para todos os entrevistados.

APÊNDICE A1 – GUIÃO DE ENTREVISTA AO MEMBRO (1) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada ao **M1** - Membro comunidade cigana residente na RAM

Data: 11 de agosto de 2020

Local: Bairro da Nazaré

Duração: 14:00-15:30 1h:30

- 1 Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão; descendentes; tempo de permanência na RAM.
- 2 Experiências de inclusão/exclusão social
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?
 - Considera uma triste sina ser cigano?
 - Qual a situação económica dos ciganos na RAM?
 - Quem ajuda os ciganos?
 - Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?
 - Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?
 - Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?
 - Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?
 - Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

- Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?
- Sentiu-se incluído?
- Participou e teve palavra no delinear dessas atividades?
- Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?
- Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

1. Participação cívica, saúde, educação, habitação, sistema de proteção social.

- Costuma votar nas eleições?
- Prestou serviço militar? Pq?
- Recorre ao SESARAM quando necessita?
- Como considera o atendimento?
- Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?
- Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?
- Gostaria de frequentar a escola? Pq?
- Considera importantes os seus filhos irem a escola? Pq?
- Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?
- Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família? Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?
- Qual a sua atividade laboral?
- Está inscrito no IEM?
- Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?
- Como considera o atendimento?
- Quem dá trabalho aos ciganos?
- Onde vivem os ciganos?
- Como considera o atendimento?

- Tem acesso aos serviços que a segurança social presta?
- Quais?
- Adufre de algum apoio da segurança social?
- Como considera o atendimento?

2. Lazer, Cultura, Religião, Relações Sociais

- Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?
- Quais os sítios que não frequenta? Pq?
- Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?
- O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
- Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?
- Como é viver ao meio de duas culturas?
- Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?
- As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?
- Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?
- Onde fazem o culto?
- Quem são os seus amigos?
- E os amigos dos seus filhos?
- Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?
- Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?
- Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

Muito Grata pela sua disponibilidade em colaborar!

APÊNDICE A2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO MEMBRO (1) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevistada/o: M1 Membro da comunidade cigana RAM

Idade: 58 anos

Género: Feminino

[Breve contextualização do estudo e os seus objetivos.]

BDG: Considera que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique

M1: Tá, eu acho que sim, ninguém se mete com a gente, nem a gente se mete com ninguém. Estamos assim.

BDG: Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?

M1: Já, tantas...ui

Mas essas pessoas que fazem isso, não são boas da cabeça. Ai, os ciganos isto, e os ciganos aquilo, que são mentirosos e ...

Sabe o que antes os brancos diziam as crianças, quando se portavam mal? Que vinha um cigano e metia-os num saco e os roubava, que os levava, que os comia, sei lá.

Histórias antigas, já vim para a Madeira com os meus pais, vim com 12 anos, veja lá. Os meus pais já morreram...

Eu sou cigana na tradição, e na etnia, mas sou madeirense, sou do continente, mas sou mesmo, mesmo é da Madeira.

E por isso as pessoas as vezes dizem há e tal, os ciganos que não são da Madeira já têm casas e nós que somos daqui não temos, mas nós não temos culpa, fizemos inscrição e depois deram-nos uma casa.

Eu lá agora tenho culpa senhora doutora?

E depois é sempre a cigana, a cigana isto, a cigana aquilo, mas eu tenho escrito na testa que sou cigana?

Olhe lá p´ra mim e diga, tenho?

Eu sei que as minhas roupas são assim, mas as crianças já não.

Ah e os meus filhos foram a escola e tiveram sempre amigos e as professoras sempre foram amigas deles, não posso reclamar. Toda a gente os tratavam bem, até as vezes os convidavam para irem partir bolos na escola. Mas, eles não quiseram estudar e quiseram procurar vida noutras coisas e tenho um filho que trabalha no (xxxxx) e tá com contrato de trabalho.

No trabalho, agora já sabem que ele é cigano. Mas antes não, nem ele lhes disse, porque ser cigano, é um problema. Se ele lhes tivesse dito, a bem que nunca tinha ficado lá a trabalhar, não, não (...) só disse agora.

Já viu alguém dar trabalho aos cianos? Sabendo que são pessoas de etnia? Nunca vi. Agora gostam dele e ele gosta de lá trabalhar, mas teve de ser assim escondido no início quando ele foi a entrevista. Ito de ser cigano... (suspiro, silêncio).

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

M1: Têm de saber que nós somos de carne e osso e que não somos bichos. E a gente também tem de se deixar de estar assim, a pensar que todos os brancos são racistas e aproximar-se.

BDG: Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?

M1: Sim, muitas vezes, é a tal coisa, é a cigana que é manhosa e que vai roubar e isto e aquilo. Eu não sou bicho, e eu tenho nome, mas para os brancos, vocês, sou sempre a cigana. Agora já nem me importo, porque sou cigana portuguesa da Madeira, mas temos de aprender a fazer orelhas moucas a isso. Nunca sou a AR, sou sempre a cigana, e o cigano é mal visto, tem fama de ladrão e mentiroso.

BDG: Considera uma triste sina ser cigano?

M1: Eu tenho orgulho de ser cigana, cigana é a minha tradição, mas sou uma pessoa de carne e osso como a senhora também. Olhe, toque lá a ver se não sou (risos).

BDG: Qual a situação económica dos ciganos na RAM?

M1: Má, dá para comer, mas é má. Só temos o RSI Ninguém nos quer sequer para lavar escadas. Como é que fazemos? Dá para o básico, não cresce nada.

BDG: Quem ajuda os ciganos?

M1: A segurança social com o RSI, mais ninguém. Bem você. E também a semana passada deram-se seis pacotes de leite, 3 pacotes de bolacha e um cabaz, e ela a doutora disse que a partir de agora vão-me ajudar sempre, mas não é verdade...não sei (silêncio).

BDG: Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?

M1: O governo, a senhora. Alguém tem de olhar por nós, porque nós sabemos falar pouco, não temos muita escola, é isso (...).

BDG: Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?

M1: Já, tanto, mas já aprendi a não fazer caso.

BDG: Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?

M1: Na parte do trabalho, nunca nos chamam. Vamos perguntar se há trabalho e nem para as limpezas se nos querem. Sem trabalho, não há pão.

BDG: Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?

M1: Necessidade de algum espaço onde a gente possa fazer alguma coisa, onde haja oportunidades. Necessidades de oportunidades de trabalho, de alguém que nos ajude a falar.

BDG: Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

M1: Diz que as há, eu nunca lá fui.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?

M1: Eu nunca lá fui, mas a AB e o F, vão as vezes para lá, diz que são doutoras que ajudam a criar uma associação e ajudam em outras coisas de escola e assim.

BDG: Sentiu-se incluído?

M1: Não.

BDG: Participou e teve palavra no delinear dessas atividades?

M1: Não se aplica.

BDG: Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?

M1: Não, não me parece ou já se tinha feito alguma coisa.

BDG: Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

M1: Se não houvesse racismo contra nós, se olhassem para nós sem pensamentos antigos de que somos isto e aquilo, isso era bom.

BDG: Costuma votar nas eleições?

M1: Voto sempre.

BDG: Prestou serviço militar? Pq?

M1: Não se aplica

BDG: Recorre ao SESARAM quando necessita?

M1: Sim, vou ao centro de saúde com a médica de família.

BDG: Como considera o atendimento?

M1: Todos me tratam bem, já me trataram mal, mas eu acho que é porque achavam que eu era mal-educada ou suja. Agora já não, já sou igual.

BDG: Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?

M1: Temos doenças como os brancos e os pretos, porque somos todos de carne e osso, todos!

BDG: Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?

M1: Eu não fui muito a escola, tenho poucos estudos, mas é importante. Agora é diferente, já se vai mais a escola.

BDG: Gostaria de frequentar a escola? Pq?

M1: Com a minha idade, não. Não tenho paciência.

BDG: Considera importantes os seus filhos irem a escola? Pq?

M1: Para saberem ler e escrever, os meus filhos já foram a escola e até acabaram o 9º ano.

BDG: Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?

M1: O meu filho foi até o 9º ano, as minhas filhas foram menos, mas porque já não era muito bem visto e podiam acontecer coisas e não foram mais.

BDG: Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família?

M1: Davam os livros e materiais na altura, e continuam porque já ouvi conversas dessas.

BDG: Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?

M1: A mim tratavam bem, aos filhos também, penso.

BDG: Qual a sua atividade laboral?

M1: Eu não trabalho, vivo do RSI.

BDG: Está inscrito no IEM?

M1: Há uns 20 anos.

BDG: Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?

M1: Para nenhuma que me lembre.

BDG: Como considera o atendimento?

M1: Bom, mas nunca há trabalho.

BDG: Quem dá trabalho aos ciganos?

M1: Poucos ou nenhuns.

BDG: Onde vivem os ciganos?

M1: A maior parte no bairro da Nazaré, outros em arrendamentos, mas poucos tem casa própria.

BDG: Como considera o atendimento no serviço tutela da habitação social na Madeira?

M1: É bom.

BDG: Tem acesso aos serviços que a segurança social presta? Quais? Aufere de algum apoio da segurança social?

M1: Sim, tenho a doutora e ao RSI.

BDG: Como considera o atendimento?

M1: É bom, eu não chateio.

BDG: Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?

M1: Só frequento o bairro, tenho tudo aqui.

BDG: Quais os sítios que não frequenta? Pq?

M1: Não sou muito de sair, fico por aqui.

BDG: Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?

M1: Nas ruas, supermercados e hospital, ai encontramos-nos todos.

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

M1: Eu achava que se devia fazer um projeto para isso ficar forte.

BDG: Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?

M1: Há, também não é simples. Mas tanto que apanhamos que agora já ficamos também de pé atrás.

BDG: Como é viver ao meio de duas culturas?

M1: Agora é fácil, já sei o que gostam e não, e assim fica mais fácil. Já vou conheço.

BDG: Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?

M1: Os costumes, a família. E claro que por ser diferente deve causar impressão, não sei.

BDG: As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?

M1: Olhe, isso é tudo mentira delas, para não irem estudar. Muitas tentam fugir da escola com essa desculpa, mas não é.

BDG: Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?

M1: Essas que a AB e o FS falam, ajudam a criar uma associação. Oxalá se consiga.

BDG: Onde fazem o culto?

M1: No bairro de Santo Amaro, na nossa igreja.

BDG: Quem são os seus amigos?

M1: São a minha família e assim, não sou de muitos amigos.

BDG: E os amigos dos seus filhos?

M1: Eles tem muitos amigos, ciganos e não ciganos.

BDG: Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?

M1: Não, encontram-se em cafés e por aí nas ruas, não vamos a casa de ninguém.

BDG: Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?

M1: Na altura que os meus filhos estavam na escola, eu conhecia e eles a mim, mas nunca fomos muito de falar.

BDG: Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

M1: Boa se ninguém faltar o respeito a ninguém.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE A3 – SINOPSE ENTREVISTA M1

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Confiança social/Relações Sociais (cidadania)	<p><i>“Não, encontram-se em cafés e por ai nas ruas, não vamos a casa de ninguém”.</i></p> <p><i>“(…) é a cigana que é manhosa e que vai roubar e isto e aquilo. Eu não sou bicho, e eu tenho nome, mas para os brancos, vocês, sou sempre a cigana. Agora já nem me importo, porque sou cigana portuguesa da Madeira, mas temos de aprender a fazer orelhas moucas a isso. Nunca sou a XX, sou sempre a cigana, e o cigano é mal visto, tem fama de ladrão e mentiroso”.</i></p>	<p>A falta de (re)conhecimento movimenta desconfiança e abala a convivialidade entre os diferentes entre si.</p> <p>Estereótipos elaborados com base em representações coletivas, experienciadas por indivíduos de diferentes tradições culturais ao longo de séculos em contacto</p>
	Educação	<p><i>“Eu não fui muito a escola, tenho poucos estudos, mas é importante. Agora é diferente, já se vai mais a escola”.</i></p> <p><i>“Para saberem ler e escrever, os meus filhos já foram a escola e até acabaram o 9º ano”.</i></p>	<p>Sensibilização de que a educação é um vetor importante na inclusão.</p>
	(Auto) representação/ Voz ativa	<p><i>“O governo, a senhora. Alguém tem de olhar por nós, porque nós sabemos falar pouco, não temos muita escola, é isso (...)”.</i></p> <p><i>“Necessidade de algum espaço onde a gente possa fazer alguma coisa, onde haja oportunidades. Necessidades de oportunidades de trabalho, de alguém que nos</i></p>	<p>Ausência de estrutura de representação e de voz ativa entre os membros da comunidade.</p>

EXCLUSÃO		<i>ajude a falar”.</i>	
	Habitação	<i>“ (...) os ciganos que não são da Madeira já têm casas e nós que somos daqui não temos, mas nós não temos culpa, fizemos inscrição e depois deram-nos uma casa”.</i>	A comunidade cigana na Madeira é na sua totalidade sedentária, abandonando ideais de nomadismo.
	Saúde	<i>“Todos me tratam bem, já me trataram mal, mas eu acho que é porque achavam que eu era mal-educada ou suja. Agora já não, já sou igual”.</i>	Tratamento desigual alicerçado em ideais preconcebidos.
	Empregabilidade	<i>“Se ele lhes tivesse dito, a bem que nunca tinha ficado lá a trabalhar, não, não (...) só disse agora”.</i> <i>“Já viu alguém dar trabalho aos cianos? Sabendo que são pessoas de etnia? Nunca vi. Agora gostam dele e ele gosta de lá trabalhar, mas teve de ser assim escondido no início quando ele foi a entrevista. Isto de ser cigano”.</i> <i>“Ninguém nos quer sequer para lavar escadas”.</i>	Despersonificação, descaracterização de modo a não se exporem a estigmas e discriminação.
	Mitos/Invisibilidade	<i>“Sabe o que antes os brancos diziam as crianças, quando se portavam mal? Que vinha um cigano e metia-os num saco e os roubava, que os levava, que os comia, sei lá”.</i>	Atribuí-se este facto às próprias histórias mágicas que os ciganos contam de si, por outro, a sociedade que os vê chegar, não se apresenta como -e com- lugares de hospitalidade, perpetuando o desconhecimento e o preconceito.

	Segregação	<p>“ (...) <i>ninguém se mete com a gente, nem a gente se mete com ninguém. Estamos assim</i>”.</p> <p>“Só frequento o bairro, tenho tudo aqui”.</p>	<p>Fragmentação da sociedade.</p> <p>Distanciamento e separação dos “ditos diferentes”.</p>
	Discriminação	“Se não houvesse racismo contra nós, se olhassem para nós sem pensamentos antigos de que somos isto e aquilo, isso era bom”.	Necessidade de abandonar ideologias de exclusão.
	Rendimentos Familiares	“ (...) tenho a doutora e ao RSI”.	Sem estrutura para acompanhar a transformação e evolução político-económica

APÊNDICE B1 – GUIÃO DE ENTREVISTA AO MEMBRO (2) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada ao **M2** - Membro comunidade cigana residente na RAM

Data: 11 de agosto de 2020

Local: Bairro da Nazaré

Duração: 15:45-17:15 1h:30

1. Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão; descendentes; tempo de permanência na RAM. Elaborado através de questionário *Google Forms*
2. Experiencias de inclusão/exclusão social
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?
 - Considera uma triste sina ser cigano?
 - Qual a situação económica dos ciganos na RAM?
 - Quem ajuda os ciganos?
 - Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?
 - Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?
 - Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?
 - Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?
 - Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

- Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas actividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?
- Sentiu-se incluído?
- Participou e teve palavra no delinear dessas actividades?
- Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?
- Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

3. Participação cívica, saúde, educação, habitação, sistema de protecção social.

- Costuma votar nas eleições?
- Prestou serviço militar? Pq?
- Recorre ao SESARAM quando necessita?
- Como considera o atendimento?
- Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?
- Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?
- Gostaria de frequentar a escola? Pq?
- Considera importantes os seus filhos irem a escola? Pq?
- Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?
- Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família? Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?
- Qual a sua actividade laboral?
- Está inscrito no IEM?
- Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?
- Como considera o atendimento?
- Quem dá trabalho aos ciganos?
- Onde vivem os ciganos?
- Como considera o atendimento?
- Tem acesso aos serviços que a segurança social presta?

- Quais?
- Aufer de algum apoio da segurança social?
- Como considera o atendimento?
-

4. Lazer, Cultura, Religião, Relações Sociais

- Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?
- Quais os sítios que não frequenta? Pq?
- Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?
- O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
- Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?
- Como é viver ao meio de duas culturas?
- Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?
- As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?
- Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?
- Onde fazem o culto?
- Quem são os seus amigos?
- E os amigos dos seus filhos?
- Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?
- Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?
- Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

Muito Grata pela sua disponibilidade em colaborar!

APÊNDICE B2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO MEMBRO (2) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevistada/o: M1 Membro da comunidade cigana RAM

Idade: 44 anos

Género: Feminino

BDG: Considera que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique

M2: Tá um pouco, tá...Mas havia de haver mais verbas, e mais aproximação, tipo, vamos apanhar num projeto, vamos por aqui isto, vamos fazer aquilo, haver um incentivo, porque nós queremos, nós não temos vozes e tendo uma voz com mais autoridade (...). Para mim, uma voz com autoridade é uma pessoa que tenha maior capacidade, porque nós temos as nossas capacidades, mas as vezes não sabemos atingir os nossos objetivos e tendo uma pessoa que estudou para isso, que tem capacidade de ir mais além, de nos ensinar, de nos dar mais incentivo, então nós teremos uma voz.

BDG: Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?

M2: Um pouco. Olhe no centro de emprego. Estou inscrita no centro de emprego, há uns vinte anos também. Fui chamada para uma oferta de emprego, quando ele viu que eu era cigana, tinham pânico e pavor de me dizerem que não havia oferta nenhuma. E eu dizia: "se há eu aceito, mas não tem problema, que se não arranjar agora hei-de arranjar num futuro, hei-de arranjar, mas esteja em paz. Tinham medo de me dizer que havia, mas já estava ocupado ou não queriam pessoas de etnia cigana, por causa da reação, mas eu só tinha de aceitar".

E também tive uma situação na escola da minha filha que quando eu a fui deixar pela primeira vez para ir para a primeira classe, perguntei se era naquela sala que estava a (XX) e a professora ficou alterada comigo e mesmo no falar. Mas a minha filha não me disse tudo, diz-me hoje em dia.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

M2: Já senti, mas essas pessoas que fazem diferenças, são pessoas que não tem capacidades, não são pessoas integradas, quem faz esses gestos, não são pessoas com mentalidades abertas, são pessoas retraídas, são pessoas problemáticas e o problema delas não afeta a mim. Sou portuguesa, nascida e criada e tenho o sexto ano e pronto, graças a Deus, sempre vivi integrada na sociedade e tenho muitos amigos sem serem ciganos e isso não me afeta em nada, porque cada um tem a sua maneira de viver, respeitando uns aos outros, principalmente, mas há muitas histórias de ciganos que ajudam a que ainda hoje estejamos assim, do lado de fora. O respeito tem de ser de parte a parte, só isso.

BDG: Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?

M2: Em vários sítios, mas é como lhe digo, custou-me muito a situação da minha filha, mas eu como não sabia, não pude procurar outra escola para ela.

BDG: Considera uma triste sina ser cigano?

M2: Não, porque é mesmo isto, eu tenho orgulho de ser cigana. Ser cigana não está escrito na testa. Porque é assim, nós temos a nossa etnia, nos temos os nossos costumes, mas não é isso que nos dá o pão nosso de cada dia, nós não vivemos disso, porque eu vivo atualmente em sociedade, preciso de me inserir.

BDG: Qual a situação económica dos ciganos na RAM?

M2: É assim, a nossa situação económica é um bocadinho reles, só que isto, vamos sobrevivendo. Vendemos umas coisas, vivemos do RSI, temos o apoio do estado, graças a Deus, por isso, se eu arranjasse um emprego, eu não me importava de ir trabalhar. Tenho dois filhos pequenos que precisam muito de mim. Por enquanto estamos a viver do RSI, mas espero no futuro ter um emprego e viver das minhas próprias economias, do meu trabalho.

BDG: Quem ajuda os ciganos?

M2: Nós mesmo assim temos ajudas, a segurança social ajuda com o RSI, na escola também temos direito a algumas coisas e pronto, vamos nos governando.

BDG: Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?

M2: Haver um incentivo, porque nós queremos, mas nós não temos vozes e precisamos de ajuda de uma voz com autoridade, que saiba falar e falar por nós, que nos ensine e ajude.

BDG: Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?

M2: Algumas pessoas não são educadas, então dizem coisas acerca de nós, mas nós

também não podemos ligar a tudo.

BDG: Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?

M2: Olhe eu acho que ainda é em tudo, mas, mais é meso no trabalho. Conhece muitos ciganos a trabalhar com brancos?

BDG: Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?

M2: Temos necessidades em tudo, claro. Se estamos com a alimentação, a saúde e a educação mais ou menos, por outro lado, o trabalho e a comunidade maior é ainda muito distante. Não sei explicar, mas é assim, é como se não existíssemos e essa inexistência é o que nos mantém afastados de muitos acessos.

BDG: Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

M2: Há pois, graças a Deus. O IPMFF e a FEM, e claro que os projetos que desenvolvem é que nos tem ajudado a criar a associação e a termos alguma “vista”, Já vão sabendo que estamos a nos unir para criar alguma coisa.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?

M2: Já, já trabalhei consigo e adorei. Sou mediadora social. Tinha tantas pessoas diferentes no projeto que eu entrei, só tive pena de não ter continuado, mas neste momento e graças a isso, há muita coisa que eu consigo diferenciar e estou feliz porque consegui chegar a objetivos que eu nem sabia que tinha. Fez-me bem a mim e a minha família. Tivemos lá dois ou três meses e eu queria mais, muito mais, mas infelizmente não foi possível. Mas isso abriu muito a minha mente, fez-me conviver com pessoas da sociedade e não era nada a ideia que eu tinha, porque há forma de conviver, com respeito nós conseguimos conviver com tanta gente diferente e correu bem.

BDG: Sentiu-se incluído?

M2: Desde que lá entrei. Fizemos uma reunião inicial onde comemos e bebemos e conhecemo-nos uns aos outros e foi muito bom, o que mais fizemos foi nos conhecer.

BDG: Participou e teve palavra no delinear dessas atividades?

M2: Eu fui mediadora várias vezes, em todas as atividades eu tive de dar opinião e obrigou-me a ganhar confiança em mim e a pensar e perceber que afinal, eu também consigo lá chegar.

BDG: Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?

M2: Vocês estavam, mas nós sabemos que não há apoios e por isso acabou. Mas pelo menos sempre que precisamos a doutora está connosco.

BDG: Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

M2: Nós queremos viver em sociedade, mas não tem sido fácil. Precisamos de um incentivo, duma pessoa que fosse por nós, mas não um de nós. Uma pessoa com autoridade e prestígio.

BDG: Costuma votar nas eleições?

M2: Sim, voto sempre.

BDG: Prestou serviço militar? Pq?

M2: Não se aplica

BDG: Recorre ao SESARAM quando necessita?

M2: Tenho diabetes e sou seguida no centro de saúde, no início foi diferente, mas agora já nos conhecem e pronto, corre bem.

BDG: Como considera o atendimento?

M2: É bom, agora é bom.

BDG: Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?

M2: Não sei ao certo, mas todos temos doenças, ou filhos que podem ter isto ou aquilo, mas sempre vamos ao centro de saúde ou ao hospital.

BDG: Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?

M2: Tenho o sexto ano, e na altura gostava de ter ido mais além, mas não foi possível.

BDG: Gostaria de frequentar a escola? Pq?

M2: Agora também já não tenho cabeça, eu não me sinto inferior, mas vejo que houve pessoas que seguiram, eu agora já prefiro coisas mais...diferentes, estudar de outras formas como fizemos no instituto.

BDG: Considera importante os seus filhos irem a escola? Pq?

M2: Ah sim, eu quero que os meus filhos estudem para ter uma boa profissão.

BDG: Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?

M2: Eles podem ir até que ano quiserem, se a minha filha quiser pode também estudar em casa, na altura vamos ver o que é melhor, mas estudar é importante.

BDG: Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família?

M2: A escola dá livros, conforme o escalão as refeições e lanches ficam mais baratas, pagamos algumas coisas, mas a maior parte é a escola que dá.

BDG: Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?

M2: Agora tratam bem, já nos conhecem e até chamam por nós, mas no início foi complicado. Nem quero me lembrar.

BDG: Qual a sua atividade laboral?

M2: Não trabalho, vivo do RSI e de algumas vendas, mas que não são suficientes.

BDG: Está inscrito no IEM?

M2: Há mais de 20 anos também, mas...

BDG: Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?

M2: Aquela vez que lhe contei da proposta, daí até agora nunca mais.

BDG: Como considera o atendimento?

M2: Na altura não foi bom, mas agora é, apesar de não haver propostas para nós.

BDG: Quem dá trabalho aos ciganos?

M2: Conheço duas ou três pessoas que trabalham por conta de outros, mas que no início e não sei mesmo agora, se os patrões sequer imaginam que são ciganos. Não se vestem como nós, isso ia denunciar, vestem-se como os brancos e isso.

BDG: Onde vivem os ciganos?

M2: Que eu saiba, vivemos quase todos no bairro da Nazaré, mas há um ou dois que compraram casa, e outros tantos que vivem de arrendamentos, mas também para isso, no início também é difícil conseguir. Não nos querem alugar, penso que devem ter medo que não lhes paguemos ou que vamos deixar a casa suja, não sei. O antigo pastor, uma vez alugou uma casa no Caniçal, por telefone tratou de tudo, depois ele foi um dia lá apanhar a chave e umas três horas depois ligaram a dizer que não podiam alugar, que a casa tinha um problema e tal. Depois que viram que era cigano, já não alugaram. E era para pagar.

BDG: Como considera o atendimento no serviço tutela da habitação social na Madeira?

M2: Agora é bom, lá está, já sabem que somos respeitadores, que não provocamos confusão e que queremos só viver a nossa vida em paz. Agora é muito bom o tratamento.

BDG: Tem acesso aos serviços que a segurança social presta? Quais? Aufere de algum apoio da segurança social?

M2: Sim, vamos lá a segurança social. O RSI e alguma coisa que se precise num momento ou noutro, sempre nos ajudam se puderem.

BDG: Como considera o atendimento?

M2: A doutora é justa, se eu faço as coisas mal, ela já nos disse que há penalizações e fala connosco muito bem. É bom lá.

BDG: Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?

M2: Sítios ao ar livre, onde possa estar com os meus filhos e isso.

BDG: Quais os sítios que não frequenta? Pq?

M2: Nunca fui a uma discoteca, isso não.

BDG: Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?

M2: Nas ruas, nos sítios onde pode toda a gente andar, na feira, não sei. Em todos os lados. Mas cada um na sua vida, não são encontros para se estar juntos, isso não.

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

M2: Olhe, era continuar com o tal projeto onde se iria mostrar a nossa cultura, as nossas comidas, os lenços e a costura, isso é que era bom.

BDG: Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?

M2: Bem, nós somos assim fechados porque a nossa tradição é assim, mas claro que gostávamos de estar melhor “misturados”, e isso era bom para nós e para todos.

BDG: Como é viver ao meio de duas culturas?

M2: Tudo se aprende, é ir separando e misturando, é como fazer um bolo.

BDG: Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?

M2: Olhe somos diferentes porque não adoramos imagens, quando fazemos o nosso culto, rezamos e cantamos a Deus e não a imagens. As nossas roupas e as saias, as pessoas não entendem e como desconhecem, deve meter medo e isso afasta. Mas depois há outras coisas

que ajudam a ficar, ou melhor, somos unidos e os brancos não.

BDG: As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?

M2: Aqui não, e se alguma casa, é porque quer. Não sei, acho até que isso já não existe aqui.

BDG: Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?

M2: Sim, lá no bairro de santo amaro, vocês e a prof. Helena. É quem chama mais por nós.

BDG: Onde fazem o culto?

M2: Temos uma igreja no bairro de santo amaro, mas eu já não vou há muito tempo por problemas familiares.

BDG: Quem são os seus amigos?

M2: Tenho amigos ciganos e não ciganos e damo-nos bem.

BDG: E os amigos dos seus filhos?

M2: Também tem os seus amigos, claro que na maior parte são ciganos, também porque aqui no bairro vivemos mais, não sei.

BDG: Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?

M2: Não temos o costume de nos juntar em casa deste ou daquele, falamos nas ruas, nos cafés e assim...

BDG: Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?

M2: Sim, sim, e até falam comigo e são simpáticos.

BDG: Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

M2: Olhe, é boa, nós pra cá e eles pra lá. Assim esta cada um no seu canto e pronto, estamos bem.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE B3 – SINOPSE ENTREVISTA M2

CATEGORIAS EM ANÁLISE	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Confiança social/Relações Sociais (cidadania)	<p><i>“(…) mais aproximação, tipo, vamos apanhar num projeto, vamos por aqui isto, vamos fazer aquilo, haver um incentivo, porque nós queremos, nós não temos vozes e tendo uma voz com mais autoridade (...).</i></p> <p><i>“(…) nós somos assim fechados porque a nossa tradição é assim, mas claro que gostávamos de estar melhor “misturados”, e isso era bom para nós e para todos.</i></p> <p><i>“Nós queremos viver em sociedade, mas não tem sido fácil. Precisamos de um incentivo, duma pessoa que fosse por nós, mas não um de nós. Uma pessoa com autoridade e prestígio”.</i></p>	<p>Não exercício de cidadania como expressão de dignidade</p> <p>Desafiliação, o que faz aumentar a desigualdade social.</p>
	Educação	<p><i>“(…) eu quero que os meus filhos estudem para ter uma boa profissão”.</i></p> <p><i>“(…) eu agora já prefiro coisas mais...diferentes, estudar de outras formas como fizemos no instituto”.</i></p> <p><i>“Sou mediadora social. Tinha tantas pessoas diferentes no projeto que eu entrei, só tive pena de não ter continuado, mas neste momento e graças a isso, há muita coisa que eu consigo diferenciar e estou feliz porque consegui chegar a objetivos que eu nem sabia que tinha. Fez-me bem a mim e a minha família. Tivemos lá dois ou três meses e eu queria mais, muito mais, mas infelizmente não foi possível. Mas isso abriu muito a</i></p>	<p>Reconhece o valor da educação na inclusão.</p> <p>Revê-se no papel de mediadora e com esta experiência, (re)descobre potencialidades e assume-se como</p>

minha mente, fez-me conviver com pessoas da sociedade e não era nada a ideia que eu tinha, porque há forma de conviver, com respeito nós conseguimos conviver com tanta gente diferente e correu bem”.

cidadã com valor.

Ganhos ao nível da participação, legitimação e reconhecimento da interculturalidade como pilar de inclusão.

(Auto)representação/
ativa

“(...) uma voz com autoridade é uma pessoa que tenha maior capacidade, porque nós temos as nossas capacidades, mas as vezes não sabemos atingir os nossos objetivos e tendo uma pessoa que estudou para isso, que tem capacidade de ir mais além, de nos ensinar, de nos dar mais incentivo, então nós teremos uma voz”.

Não participação, invisibilidade e fraca (ou nula) representação cívica e política, traduzindo-se numa verdadeira questão de Direitos Humanos alienados

Habitação

“(...) vivemos quase todos no bairro da Nazaré, mas há um ou dois que compraram casa, e outros tantos que vivem de arrendamentos, mas também para isso, no início também é difícil conseguir. Não nos querem alugar”.

O direito a habitação assume-se como um instrumento fundamental ao combate a pobreza e exclusão social.

Gregarismo não voluntário, que produz

EXCLUSÃO			efeitos segregatórios.
	Saúde	<i>“Tenho diabetes e sou seguida no centro de saúde, no início foi diferente, mas agora já nos conhecem e pronto, corre bem”.</i>	Das patologias crónicas
	Empregabilidade	<i>“Estou inscrita no centro de emprego, há uns vinte anos também. Fui chamada para uma oferta de emprego, quando ele viu que eu era cigana, tinham pânico e pavor de me dizerem que não havia oferta nenhuma”.</i> <i>“Conheço duas ou três pessoas que trabalham por conta de outros, mas que no início e não sei mesmo agora, se os patrões sequer imaginam que são ciganos. Não se vestem como nós, isso ia denunciar, vestem-se como os brancos e isso”.</i>	<i>Inaccessus/</i> dificuldade ao mercado formal de emprego, gerador de exclusão.
	Mitos/Invisibilidade	<i>“Não sei explicar, mas é assim, é como se não existíssemos e essa inexistência é o que nos mantém afastados de muitos acessos”.</i> <i>“(…)mas há muitas histórias de ciganos que ajudam a que ainda hoje estejamos assim, do lado de fora”.</i>	Negação da semelhança e o reconhecimento do “outro”.
	Segregação	<i>“Olhe, é boa, nós pra cá e eles pra lá. Assim esta cada um no seu canto e pronto, estamos bem”.</i>	Guetização da diferença.
	Discriminação	<i>“Já senti, mas essas pessoas que fazem diferenças, são pessoas que não tem capacidades, não são pessoas integradas, quem faz esses gestos, não são pessoas com mentalidades abertas, são pessoas retraídas, são pessoas problemáticas e o problema delas não afecta a mim”.</i>	Desequilíbrio entre o tecido societal Processo de marginalização Grande expressão e tensão nas divisórias

“Em vários sítios, mas é como lhe digo, custou-me muito a situação da minha filha, mas eu como não sabia, não pude procurar outra escola para ela”.

Rendimentos Familiares

“(…) a nossa situação económica é um bocadinho reles, só que isto, vamos sobrevivendo. Vendemos umas coisas, vivemos do RSI, temos o apoio do estado”.

Sem estrutura para acompanhar a transformação e evolução político-económica

APÊNDICE C1 – GUIÃO DE ENTREVISTA AO MEMBRO (3) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada ao **M3** - Membro comunidade cigana residente na RAM

Data: 12 de agosto de 2020

Local: Bairro da Nazaré

Duração: 14:00-15:30 1h:30

1. Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão; descendentes; tempo de permanência na RAM.
2. Experiências de inclusão/exclusão social
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?
 - Considera uma triste sina ser cigano?
 - Qual a situação económica dos ciganos na RAM?
 - Quem ajuda os ciganos?
 - Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?
 - Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?
 - Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?
 - Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?
 - Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

- Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas actividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?
- Sentiu-se incluído?
- Participou e teve palavra no delinear dessas actividades?
- Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?
- Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

3. Participação cívica, saúde, educação, habitação, sistema de protecção social.

- Costuma votar nas eleições?
- Prestou serviço militar? Pq?
- Recorre ao SESARAM quando necessita?
- Como considera o atendimento?
- Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?
- Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?
- Gostaria de frequentar a escola? Pq?
- Considera importantes os seus filhos irem a escola? Pq?
- Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?
- Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família? Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?
- Qual a sua actividade laboral?
- Está inscrito no IEM?
- Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?
- Como considera o atendimento?
- Quem dá trabalho aos ciganos?
- Onde vivem os ciganos?
- Como considera o atendimento?
- Tem acesso aos serviços que a segurança social presta?

- Quais?
- Aufer de algum apoio da segurança social?
- Como considera o atendimento?

4. Lazer, Cultura, Religião, Relações Sociais

- Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?
- Quais os sítios que não frequenta? Pq?
- Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?
- O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
- Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?
- Como é viver ao meio de duas culturas?
- Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?
- As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?
- Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?
- Onde fazem o culto?
- Quem são os seus amigos?
- E os amigos dos seus filhos?
- Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?
- Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?
- Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

Muito Grata pela sua disponibilidade em colaborar!

APÊNDICE C2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO MEMBRO (3) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevistada/o: M3 Membro da comunidade cigana RAM

Idade: 31 anos

Género: Masculino

BDG: Considera que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique

M3: Sim, sim, agora deve estar.

BDG: Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?

M3: Sim, já. No meu trabalho houve uma altura que quando eles souberam que eu era da etnia cigana puseram-me um bocadinho de parte. Não sei explicar, eles ficaram um bocadinho apreensivos, pensavam outra coisa de mim, entretanto viram que a minha personalidade é completamente diferente daquela que eles achavam.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

M3: Tem que haver mais um bocadinho de compreensão da nossa parte e as pessoas as vezes não querem compreender a nossa parte e então excluem-nos. Eles pensam que somos todos iguais.. Todos iguais... Que um faz mal e todos são iguais, e entretanto é isso que eles têm na cabeça deles.

BDG: Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?

M3: Sofri discriminação e racismo no meu local de trabalho.

BDG: Considera uma triste sina ser cigano?

M3: Não, tenho muito orgulho em ser cigano.

BDG: Qual a situação económica dos ciganos na RAM?

M3: Alguns têm um bocadinho mais, outros melhores. Não, muitos poucos, só eu e mais nenhum, que eu conheça que trabalha por conta de patrão. Há mais um rapaz que trabalha, mas, é pintor e não é um trabalho fixo.

BDG: Quem ajuda os ciganos?

M3: A segurança social e algumas associações que oferecem comidas cabazes e essas coisas.

BDG: Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?

M3: Nós temos umas tradições, e temos coisas que as vezes na nossa tradição não permite e então. Nós temos umas tradições um bocadinho restritas, no qual a gente também não gosta muito de falar sobre essas situações, e entretanto há pessoas que pensam que nós as vezes estamos a fazer coisas por mal, mas não é, seguimos a nossa tradição.

BDG: Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?

M3: Já, já, mas também já ouvi-"Ah é cigano, é ladrão, vigarista, eles só querem roubar e enganar as pessoas", e às vezes não é isso, nós tentamos ganhar o nosso pão para sobreviver. Até quando arranjei esta namorada, é brasileira e não é cigana. Ao princípio ficaram um bocadinho apreensivos porque eu não segui a minha tradição, normalmente nós casamos com raparigas da etnia cigana, mas depois passou e agora tá tudo bem, tenho dois filhos e os meus pais adoram os netos, e isso é que é importante

BDG: Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?

M3: No emprego, acho que é lá que quase ninguém nos aceita.

BDG: Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?

M3: Criar uma associação onde as crianças pudessem estudar pelo computador, porque se for uma menina crescida (10-12 anos) os pais já ficam apreensivos devido à nossa tradição.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?

M3: Não, nunca ouvi falar de tal coisa, nunca ninguém se chegou à frente, agora sim, estamos a ver alguns progressos, mas nunca tivemos nenhuma ajuda.

BDG: Sentiu-se incluído?

M3: Não se aplica

BDG: Participou e teve palavra no delinear dessas atividades?

M3: Não se aplica

BDG: Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?

M3: As de santo amaro lá vão fazendo alguma coisa, mas...

BDG: Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

M3: Teria que haver mais aceitação por parte da população.

BDG: Costuma votar nas eleições?

M3: Sim, voto sempre.

BDG: Prestou serviço militar? Pq?

M3: Não, isso não, porque na minha altura já não foi obrigatório.

BDG: Recorre ao SESARAM quando necessita?

M3: Sim, sim, mas às vezes temos de marcar para daqui a dois meses, outras vezes daqui a três meses.

BDG: Como considera o atendimento?

M3: Às vezes é um bocadinho difícil sermos bem atendidos porque por um pagam todos, porque a nossa etnia tá um bocadinho queimada devido ao que se vê na televisão, que ciganos fazem isto, fazem aquilo e o outro, mas nem todos somos iguais, eu por exemplo trabalho, tenho os meus descontos e tenho dois filhos e já trabalho há cinco anos no meu trabalho, mas pronto as pessoas não compreendem que não somos todos iguais, podemos ser todos iguais por dentro e por fora mas temos pensamentos diferentes.

BDG: Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?

M3: Tem rapazes que são muito doentes, têm doenças assim um bocadinho difíceis, e depois como são pessoas que não têm posses para ir a uma clínica privada ou hospitais privados para pagar, e então ficam um bocadinho à parte. Se for preciso vão pedir uma receita e só para o mês que vem é que dão uma receita, quando as pessoas precisam da receita para o próprio dia, que já nem sequer têm os comprimidos para tomar, e os centros de saúde, nós vamos para marcar uma consulta e demora bastante tempo para sermos atendidos, eu vou-lhe dar um exemplo, eu tive um filho que nasceu no dia um, já tem um mês e doze dias e ainda não foi ao centro de saúde, eu tou à espera que a doutora me ligue e a doutora foi de férias e nem me ligou para fazer marcação nem nada.

BDG: Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?

M3: É o terceiro ciclo, o nono ano. Sim, é importante.

BDG: Gostaria de frequentar a escola? Pq?

M3: Agora já não quero. E o meu pai queria que eu fosse advogado, mas eu não fui, já passou, já não vou a tempo.

BDG: Considera importante, os seus filhos irem a escola? Pq?

M3: Com certeza, claro que sim. Sim, sim, tou de acordo que se os meus filhos quiserem ir até para a universidade.

BDG: Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?

M3: A que eles quiserem na altura, vamos ver.

BDG: Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família?

M3: Na minha altura davam livros e isso, hoje em dia já não sei bem, mas deve ser melhor.

BDG: Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?

M3: Na minha altura ainda era diferente, mas agora acho que já não é assim. Tratam bem.

BDG: Qual a sua actividade laboral?

M3: Empregado de mesa e balcão.

BDG: Está inscrito no IEM?

M3: Tive, tive e foi através do centro de emprego que consegui este trabalho.

BDG: Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?

M3: Bastantes, perdi a conta já, e só consegui por ser uma coisa que eles fazem de experiência jovem: Eu recebia trezentos e setenta e três euros e trabalhava seis horas por dia e quem me pagava era o centro de emprego, mas ao princípio foi muito difícil.

BDG: Como considera o atendimento?

M3: Foi bom, não sabiam que eu era cigano.

BDG: Quem dá trabalho aos ciganos?

M3: Os madeirenses, sim, sim, dão. Mas só que ao princípio quando eu fui para a entrevista de trabalho como eu não tenho aqueles traços, aquela cor, eles pensaram que eu não era cigano e deram-me o trabalho, mas no fim do contrato, dos seis meses eles ainda não sabiam que eu não era cigano. Nunca disse, nunca disse. Não me sentia à vontade para tar a falar da minha vida pessoal porque não tinha de falar disso tinha era que trabalhar e fazer a minha parte, de resto acho que não tinha de falar da minha privacidade, entretanto ao fim dos seis meses fizeram-me um contrato no qual eu tinha de ficar a efetivo na empresa e depois passado três meses veio um senhor da etnia cigana e cumprimentou-me, e então ao me cumprimentar, o meu patrão reparou que eu era cigano pela maneira como eu tava a falar com ele. Temos um bocadinho uma pronúncia as vezes um bocado fora do contexto, o nosso dialeto para podermos comunicar entre nós. Exatamente, e depois ao fim de três

meses o meu patrão soube que eu era de etnia cigana, quando o meu primeiro filho nasceu ele queria tentar me dissuadir, dar-me um dinheiro para eu ir-me embora da empresa e mandar-me para o centro de emprego novamente e pagar-me um X pelo tempo que eu tive a trabalhar, por eu ser cigano que ele queria me mandar embora. Entretanto também houve lá uma situação com o meu empregador sobre quando eu ia ao médico com os filhos e trazia a justificação e houve uma vez que recebi muito menos do que o suposto por ter ido ao médico, onde as justificações não tavam "direitas" perante a segurança social, e então quando a minha filha nasceu eu recebi trezentos e poucos euros quando eu podia ter recebido quinhentos ou seiscentos euros que era o meu ordenado e ele cortou-me essa parte porque não resolveu essa situação, recebeu várias cartas da segurança social mas não resolveu essa situação e continua igual na mesma.

Com o meu patrão tenho boa relação, mas com o empregador não, o empregador é um homem já mais de idade e uma pessoa que já não vai muito com a situação de eu ser de etnia cigana, e ele ficou apreensivo, desde que soube que eu era cigano e que até queria me mandar embora queria me dar, por exemplo, trabalhei um ano, um ano ou dois, ele queria me mandar embora, pagar-me dois mil euros para me ir embora e mandar para o centro de emprego, só pela situação.

E eu recusei porque eu tenho um filho e eu quero dar o melhor ao meu filho, e eu não vou então, largar uma coisa em qual eu tou efetivo que eu sei que tou bem, perto de casa. Fiquei um bocadinho revoltado e entristecido, porque sempre dei o meu melhor e no fim das contas não me deram o justo valor, mas isso é normal eu penso que em todos os trabalhos deve ser assim.

BDG: Onde vivem os ciganos?

M3: Na Nazaré, vem muitos de fora e espalham por aqui e por ali, mas é só para fazerem vendas e depois voltam para os sítios deles, os originais vivem na Nazaré.

BDG: Como considera o atendimento no serviço tutela da habitação social na Madeira?

M3: Penso que seja bom, não vou lá muito.

BDG: Tem acesso aos serviços que a segurança social presta? Quais? Aufere de algum apoio da segurança social?

M3: Tenho, já. Tenho mas cortaram-me os abonos dos bebés, não recebi a parentalidade da minha filha, já tem um ano e quatro meses e cortaram-me a parentalidade da minha filha,

não recebi nada, foi suspensa, pelo facto da minha esposa não ter o passaporte válido. Não, estamos a tratar, liguei para uma advogada no Porto e ela está a tentar resolver, já temos marcação para dia nove de setembro para fazer o passaporte e tenho de enviar os documentos para a doutora lá fazer o passaporte da minha esposa e entregar aqui no serviço de estrangeiros e fronteiras para poder ter a residência. Contactei o SEF e Fizeram-me uma multa, uma coima no valor de duzentos euros, mas só me dão a residência com um passaporte válido.

BDG: Como considera o atendimento?

M3: Olhe... (silêncio)

BDG: Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?

M3: Os que me sinto bem, aqui no bairro e pronto.

BDG: Quais os sítios que não frequenta? Pq?

M3: Há sítios que não vou porque não gosto, outros porque não tenho dinheiro, é assim...

BDG: Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?

M3: Não que eu saiba, assim para se estar juntos e isso, não conheço.

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

M3: É arranjar uma melhoria, tentar arranjar algo que nós possamos nos integrar mais na sociedade. Nós temos até na internet, temos bastante no YouTube, divulgações dos casamentos ciganos, festas. Antigamente eram sete dias de festa, hoje em dia já não, porque também a economia já não é o que era, e então hoje em dia já é uma festa mais pequenina, fazemos uma festa o casamento àquela hora, um dia e acabou, mas pronto tem a nossa tradição que a mulher tem de estar pura para o marido, e essas coisas...

BDG: Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?

M3: É não perceberem que somos assim, esta é a nossa tradição.

BDG: Como é viver ao meio de duas culturas?

M3: Para mim é uma coisa normal, tenho muitos amigos que não são ciganos, tenho muitos colegas que não são ciganos.

BDG: Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?

M3: Nós temos as nossas tradições que pronto, não são tradições como as das pessoas não

ciganas. Temos muitas coisas diferentes, no natal, no casamento. Isso incomoda muita gente, mas é assim.

BDG: As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?

M3: Não sei, é com cada um.

BDG: Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?

M3: Há aí algumas associações que dão cabazes e isso, mas é só de vez em quando e nem sei quem são.

BDG: Onde fazem o culto?

M3: Na igreja, lá em cima em Santo Amaro.

BDG: Quem são os seus amigos?

M3: Ciganos e não ciganos. Clientes e tudo, que perguntam por mim quando eu tava de férias ou quando estava de licença, uma coisa normalíssima.

BDG: E os amigos dos seus filhos?

M3: Hão-de ter também os deles, ciganos e não ciganos.

BDG: Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?

M3: Vou à casa deles, vou às festas deles, eles vão às minhas festas.e damos-nos bem.

BDG: Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?

M3: Não se aplica.

BDG: Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

M3: Com os amigos, é boa. Com aqueles que não são amigos é normal, eles na sua vida e nós na nossa.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE C3 – SINOPSE ENTREVISTA M3

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Confiança social/Relações Sociais (cidadania)	<p><i>“Tem que haver mais um bocadinho de compreensão da nossa parte e as pessoas as vezes não querem compreender a nossa parte e então excluem-nos”.</i></p> <p><i>“(…)tenho muitos amigos que não são ciganos, tenho muitos colegas que não são ciganos”.</i></p>	<p>O fraco apreço e a desconfiança que a comunidade maioritária -por sistematização- demonstram pela comunidade cigana, são atitudes repressoras da relação vinculativa</p>
	Educação	<p><i>“Com certeza, claro que sim. Sim, sim, tou de acordo que se os meus filhos quiserem ir até para a universidade.”</i></p> <p><i>“Tenho terceiro ciclo, o nono ano. Sim, é importante”.</i></p>	<p>Reconhecimento que a falta de habilitações literárias é condição primordial para situações de vulnerabilidade</p>

(Auto)representação/ Voz ativa	<p><i>“(...)nunca ninguém se chegou à frente, agora sim, estamos a ver alguns progressos, mas nunca tivemos nenhuma ajuda”.</i></p> <p><i>“É arranjar uma melhoria, tentar arranjar algo que nós possamos nos integrar mais na sociedade”.</i></p>	<p>O não exercício de cidadania como expressão de dignidade destes sujeitos, e os empurrava para índices de pobreza, não participação, invisibilidade e fraca (ou nula) representação cívica e política.</p>
Habitação	<p><i>“Na Nazaré, vem muitos de fora e espalham por aqui e por ali, mas é só para fazerem vendas e depois voltam para os sítios deles, os originais vivem na Nazaré, no bairro”.</i></p>	<p>A maioria dos ciganos vive em comunidade. Não necessariamente aglomerados, ou na mesma casa, mas sempre juntos.</p>
Saúde	<p><i>“(...)e os centros de saúde, nós vamos para marcar uma consulta e demora bastante tempo para sermos atendidos”.</i></p>	<p>Da transversalidade dos <i>timings</i> do SRS.</p>
Empregabilidade	<p><i>“No emprego, acho que é lá que quase ninguém nos aceita”.</i></p> <p><i>“ (...) ao princípio quando eu fui para a entrevista de trabalho como eu não tenho aqueles traços, aquela cor, eles pensaram que eu não era cigano e deram-me o trabalho”.</i></p>	<p>Uma atividade profissional, impede uma situação de exclusão social [...], proporcionando ao indivíduo um contexto</p>

de vida normativo

EXCLUSÃO	Mitos/Invisibilidade	<p><i>“Eles,(vocês, brancos) pensam que somos todos iguais.. Todos iguais... Que um faz mal e todos são iguais, e entretanto é isso que eles têm na cabeça deles”.</i></p> <p><i>-"Ah é cigano, é ladrão, vigarista, eles só querem roubar e enganar as pessoas".</i></p> <p><i>“Às vezes é um bocadinho difícil sermos bem atendidos porque por um pagam todos, porque a nossa etnia tá um bocadinho queimada devido ao que se vê na televisão, que ciganos fazem isto, fazem aquilo e o outro, mas nem todos somos iguais”.</i></p>	<p>O enraizamento de um processo discriminatório construído sob o imaginário popular com fortes influências dos padrões sociais normativos que desembocam em estigmatização, destradicionalização cultural, marginalização.</p>
	Segregação	<p><i>“Com aqueles que não são amigos é normal, eles na sua vida e nós na nossa”.</i></p> <p><i>“(…) os originais vivem na Nazaré”.</i></p>	<p>Domínio territorial, a intervenção social deve radicar na promoção de todo o território, dos seus equipamentos sociais e habitações.</p>
	Discriminação	<p><i>“No meu trabalho houve uma altura que quando eles souberam que eu era da etnia cigana puseram-me um bocadinho de parte. Não sei explicar, eles ficaram um bocadinho apreensivos, pensavam outra coisa de mim, entretanto viram que a minha personalidade é</i></p>	<p>Fechamento da sociedade maioritária e que invalidam trocas</p>

completamente diferente daquela que eles achavam”.

“Sofri discriminação e racismo no meu local de trabalho”.

interculturais, mas esta
invalidação não é
neutra, produz estigma
e rotulo às
diversidades.

Rendimentos

“(…)eu trabalho há cinco anos (…)”.

Estabilizar-se só
através da
empregabilidade de
um membro não é
possível, é necessário
o acompanhamento
das entidades da
governança.

Familiares

“A segurança social e algumas associações que oferecem comidas cabazes e essas coisas”.

APÊNDICE D1 – GUIÃO DE ENTREVISTA AO MEMBRO (4) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada ao **M4** - Membro comunidade cigana residente na RAM

Data: 12 de agosto de 2020

Local: Bairro da Nazaré

Duração: 16:00-17:30 1h:30

1. 1Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão; descendentes; tempo de permanência na RAM.
2. Experiencias de inclusão/exclusão social
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?
 - Considera uma triste sina ser cigano?
 - Qual a situação económica dos ciganos na RAM?
 - Quem ajuda os ciganos?
 - Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?
 - Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?
 - Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?
 - Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?
 - Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

- Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas actividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?
- Sentiu-se incluído?
- Participou e teve palavra no delinear dessas actividades?
- Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?
- Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

3. Participação cívica, saúde, educação, habitação, sistema de protecção social.

- Costuma votar nas eleições?
- Prestou serviço militar? Pq?
- Recorre ao SESARAM quando necessita?
- Como considera o atendimento?
- Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?
- Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?
- Gostaria de frequentar a escola? Pq?
- Considera importantes os seus filhos irem a escola? Pq?
- Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?
- Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família? Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?
- Qual a sua actividade laboral?
- Está inscrito no IEM?
- Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?
- Como considera o atendimento?
- Quem dá trabalho aos ciganos?
- Onde vivem os ciganos?
- Como considera o atendimento?

- Tem acesso aos serviços que a segurança social presta?
- Quais?
- Adufre de algum apoio da segurança social?
- Como considera o atendimento?

4. Lazer, Cultura, Religião, Relações Sociais

- Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?
- Quais os sítios que não frequenta? Pq?
- Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?
- O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
- Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?
- Como é viver ao meio de duas culturas?
- Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?
- As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?
- Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?
- Onde fazem o culto?
- Quem são os seus amigos?
- E os amigos dos seus filhos?
- Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?
- Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?
- Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

Muito Grata pela sua disponibilidade em colaborar!

APÊNDICE D2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO MEMBRO (4) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevistada/o: M4 Membro da comunidade cigana RAM

Idade: 58 anos

Género: Masculino

BDG: Considera que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique

M4: Neste momento. Mas teve aí uma fase que não, que eles olhavam para a gente ao contrário. Quanto a mim, aquilo era tudo racismo que eles olhavam para agente.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

M4: Aceitar, mais as pessoas que as pessoas não más para eles, são bem-educados. Se eles não têm formação, a gente também não tem, os nossos estudos também são poucos, mas eu penso que eles têm mais formação que a gente, e mesmo assim, tratam a gente a... A gente já mudamos um pouco, mudamos em tudo, em tudo...no aspecto de falar com as pessoas, de entrarmos aqui na sociedade com eles, e pronto, vivermos aqui no meio deles, já fomos aceites, e há aqui pessoas que aceitam bem, outros não aceitam, é como tudo...

BDG: Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?

M4: Sim, em vários pontos. A sociedade, aqui, não vou dizer que era A, B, C, D,...a sociedade. As pessoas que não eram de etnia cigana, sim.

Acontecia que as vezes a gente ia para o nosso negócio e eles as vezes tratavam a gente mal. Os ciganos são isto, são aquilo...roubam, matam, esfolam..., enquanto a gente não fazia nada disso. Já estamos aqui há 40, 50 anos na Madeira e não fazemos isso. A Madeira tem ciganos desde a altura do barquinho pequeno, a nau, já havia ciganos a vir de paquete.

BDG: Considera uma triste sina ser cigano?

M4: Não, tenho orgulho de ser esse. É a minha raça.

BDG: Qual a situação económica dos ciganos na RAM?

M4: Aqui é fraca, é. Dá para comer, e ter umas coisinhas velhas, nada de mais.

BDG: Quem ajuda os ciganos?

M4: Temos ajudas, da segurança social, daqui e tudo, é um cartãozinho que dão a gente para comprar os alimentos, as vezes vamos buscar a uma associação que dá, e é assim que vamos vivendo o dia-a-dia desses apoios.

Quem ajuda é a segurança social através do RSI e algumas associações que dão alguma coisinha que a gente vai buscar.

BDG: Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?

M4: O que é que quer que eu lhe diga? Era bom que houvesse uma maneira deles ajudarem mais a gente aqui, para a gente ter outra maneira de viver ou um negóciozinho próprio, ou outra coisa qualquer, mas ... Gostava de ter o meu negóciozinho, uma coisa que eu nunca tive e eu adorava.

BDG: Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?

M4: Há aí vários comentários, eles as vezes contavam como a gente recebe o rendimento mínimo, não devíamos receber, que não fazemos nada, mas, a gente não somos como eles. A gente gosta que as pessoas também recebam todas que tenham o seu bocadinho de pão de comer...Eles não gostam que as pessoas tenham nada. Mesmo aqui, primeiro quando o governo duma casa a gente, os brancos: “há, eles têm uma casa e a gente não tem” e eu disse: “olha, não fui eu, foi o governo que me deu e eu mereci também. Também estava numa situação que não era boa”.

BDG: Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?

M4: Penso que no trabalho e nas nossas tradições.

BDG: Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?

M4: A comunidade cigana tem falta de tudo...é trabalho, as vezes no lar que temos falta de umas coisinhas, porque não temos hipótese de comprar, e vamos vivendo assim. Falta de alguém que fale por nós.

BDG: Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

M4: Não, tem aqui um senhor que de vez em quando ajuda a gente com qualquer coisa, mas de resto...Importante era, mas não sei se existe.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas,

nomeadamente não ciganas?

M4: Assim de forma mais amiúde não, não sei.

BDG: Sentiu-se incluído?

M4: Não se aplica.

BDG: Participou e teve palavra no delinear dessas atividades?

M4: Não se aplica.

BDG: Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?

M4: Não, se quer que eu lhe diga a verdade, há aí muitas que não, não.

BDG: Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

M4: O fim do mundo (risos) ...Só assim é que eles olhavam para a gente de outra maneira. É preciso olhar de outra maneira. Exatamente. Não nos pusessem de parte.

BDG: Costuma votar nas eleições?

M4: Sim, sempre

BDG: Prestou serviço militar? Pq?

M4: Não, naquele tempo andávamos para trás e para a frente e...ninguém tinha paradeiro certo.

BDG: Recorre ao SESARAM quando necessita?

M4: Sim, sempre. E tenho médico de família, a Dra X.

BDG: Como considera o atendimento?

M4: É bom, no início...agora é bom.

BDG: Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?

M4: Bem acho que também morremos e temos doenças.

BDG: Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?

M4: terceira classe...eu pensava que sim, que era importante ir à escola.

BDG: Gostaria de frequentar a escola? Pq?

M4: Agora nesta idade...não. O que é que eu vou fazer para lá.

BDG: Considera importante os seus filhos irem a escola? Pq?

M4: Isso é essencial, sim, sim, sim!

BDG: Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?

M4: Foram até a idade que lhes deu na cabeça.

BDG: Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família?

M4: Eu neste momento não tenho ninguém na escola, mas há pessoas aí que tem e dizem bem. Quando tive os meus filhos na escola, não me lembro.

BDG: Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?

M4: Tratavam bem, tratavam bem porque não sabiam que eram de etnia cigana, há muita gente que não sabia na escola, agora...se soubessem era diferente. A reação era diferente.

BDG: Qual a sua atividade laboral?

M4: Vendedor, vendo umas coisinhas por aí.

BDG: Está inscrito no IEM?

M4: Estou.

BDG: Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?

M4: Sim, mas não fiquei.

BDG: Como considera o atendimento?

M4: É bom.

BDG: Quem dá trabalho aos ciganos?

M4: Aqui? Na Madeira? Ninguém dá nada de trabalho, se souberem que somos ciganos, garantidamente.

BDG: Onde vivem os ciganos?

M4: Vivem por aí, mas a maior parte é aqui na Nazaré.

BDG: Como considera o atendimento no serviço tutela da habitação social na Madeira?

M4: É bom, desde que a gente não chateie.

BDG: Tem acesso aos serviços que a segurança social presta? Quais? Aufere de algum apoio da segurança social?

M4: Sim, já lá vou há muito tempo.

BDG: Como considera o atendimento?

M4: É bom é. Tratam-me normal.

BDG: Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?

M4: Nenhum em especial, frequento tudo, desde que me sinta bem.

BDG: Quais os sítios que não frequenta? Pq?

M4: Frequento tudo, não maltrato ninguém e corre bem assim.

BDG: Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?

M4: Em todos, mas não é para fazer arraiais, é porque são de todos os sítios e todos podem lá ir.

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

M4: Eu acho que você fala bem é preciso valorizar os ciganos da Madeira. Porque nós estamos aqui, somos pessoas educadas, mas há algumas pessoas aqui que não são educadas para ninguém, lá porque nós somos ciganos.

BDG: Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?

M4: Olhe, isto tem de ser igual ou menos desgraçado do que é agora. Assim não vamos lá, falta alguém que faça a gente se compreender.

BDG: Como é viver ao meio de duas culturas?

M4: Temos de nos habituar, estamos com eles e temos de saber viver com eles. É um desafio todos os dias, ninguém ensina, vamos fazendo.

BDG: Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?

M4: Religião, tradições, mesmo a nível de escola, tudo é diferente e as pessoas como não sabem, acham que somos isto e aquilo, não sabem.

BDG: As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?

M4: Não, agora já não. Uma ou outra, mas já não.

BDG: Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?

M4: Neste momento não, há aqui tudo no bairro.

BDG: Onde fazem o culto?

M4: Numa pequena associação que nos emprestam, mas que não tem condições. Aquilo em Santo Amaro está como está e pronto...mas temos de arranjar alguém que se meta no meio para se falar disso e depois irmos lá para cima para termos o nosso culto.

BDG: Quem são os seus amigos?

M4: Muitos ciganas e não ciganos, sim, sim. Bastantes

BDG: E os amigos dos seus filhos?

M4: Também estão cheios.

BDG: Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?

M4: Vou, convidam-me. E as vezes também vem a minha casa, e mesmo noutros sítios a gente se encontra.

BDG: Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?

M4: Não me lembro, não ia lá muito.

BDG: Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

M4: Isso é que é, em alguns casos, boa, noutros não tão boa. Assim-assim.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE D3 – SINOPSE ENTREVISTA M4

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Confiança social/Relações Sociais (cidadania)	<p><i>“ (...) Teve aí uma fase que não, que eles olhavam para a gente ao contrário. Quanto a mim, aquilo era tudo racismo que eles olhavam para agente.</i></p> <p><i>“ (...) Vivemos aqui no meio deles, já fomos aceites, e há aqui pessoas que aceitam bem, outros não aceitam, é como tudo...”.</i></p> <p><i>“ (...) é preciso valorizar os ciganos da Madeira. Porque nós estamos aqui, somos pessoas educadas, mas há algumas pessoas aqui que não são educadas para ninguém, lá porque nós somos ciganos.</i></p>	<p>Historicamente, o povo cigano é cravado pela categorização na conceptualização dos valores</p> <p>sociais que universaliza a cultura, que edifica barreiras criando espaços de diferenciação étnica.</p> <p>São estes que se afiguram como os maiores impedimentos de integração das sociedades coletivas, retroalimentando a</p>

		estereotipação.
Educação	<p><i>“Isso é essencial, sim, sim, sim”!</i></p> <p><i>“ (...) terceira classe...eu pensava que sim, que era importante ir à escola”.</i></p> <p><i>“Tratavam bem, tratavam bem porque não sabiam que eram de etnia cigana, há muita gente que não sabia na escola, agora...se soubessem era diferente. A reação era diferente, era”.</i></p>	<p>Ocultação da etnia para não serem estigmatizados.</p> <p>Proximidade/distanciamento social alicerçado em ideários pré-concebidos.</p>
(Auto)representação/ Voz ativa	<p><i>“Era bom que houvesse uma maneira deles ajudarem mais a gente aqui, para a gente ter outra maneira de viver”</i></p> <p><i>“A comunidade cigana tem falta de tudo...é trabalho (...) falta de alguém que fale por nós”.</i></p> <p><i>“Assim não vamos lá, falta alguém que faça a gente se compreender”.</i></p>	<p>Verbalização e consciencialização da não representação que incorre em invisibilidade.</p>
Habitação	<p><i>“ (...) primeiro quando o governo dum casa a gente, os brancos: “há, eles têm uma casa e a gente não tem”</i></p> <p><i>“Vivem por aí, mas a maior parte é aqui na Nazaré”.</i></p>	<p>Sedentarização, o que demonstra que dentro da comunidade cigana, há comunidades ciganas com</p>

EXCLUSÃO			transmutação ao nível das suas transações sociais
	Saúde	<i>“ (...) tenho médico de família.</i>	Integração no SRS.
	Empregabilidade	<i>“Ninguém dá nada de trabalho, se souberem que somos ciganos, garantidamente”.</i>	Dificuldade no acesso ao mercado formal de emprego.
	Mitos/Invisibilidade	<i>“Os ciganos são isto, são aquilo...roubam, matam, esfolam..., enquanto a gente não fazia nada disso”.</i> <i>“Religião, tradições, mesmo a nível de escola, tudo é diferente e as pessoas como não sabem, acham que somos isto e aquilo, não sabem”.</i>	Existência de estereótipos e perceções negativas acerca do povo de origem cigana.
	Segregação	<i>“É preciso olhar de outra maneira. Exatamente. Não nos pusessem de parte”.</i>	Valorização de todos os atores sociais, independentemente das suas lógicas endógenas.
	Discriminação	<i>“ (...) eles as vezes contavam como a gente recebe o rendimento mínimo, não devíamos receber, que não fazemos nada, mas, a gente não somos como eles”.</i>	Leitura malsinada da realidade analítica da comunidade cigana.
	Rendimentos Familiares	<i>“Quem ajuda é a segurança social através do RSI e algumas associações que dão alguma coisinha que a gente vai buscar”.</i>	Perpetuação do limiar da pobreza e do assistencialismo.

APÊNDICE E1 – GUIÃO DE ENTREVISTA AO MEMBRO (5) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada ao **M5** - Membro comunidade cigana residente na RAM

Data: 13 de agosto de 2020

Local: Bairro da Nazaré

Duração: 14:00-16:30 1h:30

1. Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão; descendentes; tempo de permanência na RAM.
2. Experiências de inclusão/exclusão social
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?
 - Considera uma triste sina ser cigano?
 - Qual a situação económica dos ciganos na RAM?
 - Quem ajuda os ciganos?
 - Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?
 - Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?
 - Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?
 - Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?
 - Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

- Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas actividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?
- Sentiu-se incluído?
- Participou e teve palavra no delinear dessas actividades?
- Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?
- Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

3. Participação cívica, saúde, educação, habitação, sistema de protecção social.

- Costuma votar nas eleições?
- Prestou serviço militar? Pq?
- Recorre ao SESARAM quando necessita?
- Como considera o atendimento?
- Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?
- Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?
- Gostaria de frequentar a escola? Pq?
- Considera importantes os seus filhos irem a escola? Pq?
- Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?
- Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família? Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?
- Qual a sua actividade laboral?
- Está inscrito no IEM?
- Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?
- Como considera o atendimento?
- Quem dá trabalho aos ciganos?
- Onde vivem os ciganos?
- Como considera o atendimento?
- Tem acesso aos serviços que a segurança social presta?

- Quais?
- Aufer de algum apoio da segurança social?
- Como considera o atendimento?
-

4. Lazer, Cultura, Religião, Relações Sociais

- Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?
- Quais os sítios que não frequenta? Pq?
- Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?
- O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
- Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?
- Como é viver ao meio de duas culturas?
- Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?
- As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?
- Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?
- Onde fazem o culto?
- Quem são os seus amigos?
- E os amigos dos seus filhos?
- Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?
- Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?
- Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

Muito Grata pela sua disponibilidade em colaborar

APÊNDICE E2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO MEMBRO (5) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevistada/o: M5 Membro da comunidade cigana RAM

Idade: 18 anos

Género: Feminino

BDG: Considera que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique

M5: Não, porque muitas das vezes, deixam-nos de parte por sermos ciganos. Nem todos são iguais, mas há uns que nos põem de parte, outros são nossos amigos.

BDG: Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?

M5: Já, Na escola, por ser cigana, deixavam de falar comigo, ponham-me a parte nalguma brincadeira ou em algum jogo, ponham-me de parte ou deixavam-me para a última a ser escolhida. E também nos cafés, por exemplo, eu entrei num café para pedir um copo com água e a senhora não me quis dar por eu ser cigana.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

M5: Falar, temos de falar, e entenderem-se de uma parte e da outra e darem-se melhor, e que há diferenças mas somos todos gente.

BDG: Considera uma triste sina ser cigano?

M5: Não, das melhores coisas que eu tenho na vida é ser cigana. Porque somos alegres, quando há um problema unem-se todos e somos felizes. Eu gosto de ser cigana. É um orgulho.

BDG: Qual a situação económica dos ciganos na RAM?

M5: De vez em quando temos dinheiro, as vezes não. É difícil, é difícil, as vezes não temos para as coisas básicas e é difícil viver assim.

BDG: Quem ajuda os ciganos?

M5: Ninguém, ninguém nos ajuda, se não formos nós a fazermos por nós, ninguém nos ajuda.

BDG: Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?

M5: Como você está a fazer agora, uma associação para nos ajudar, para mostrarmos força e união, para que quando venham as dificuldades, alguém nos apoie, que nos ajude a formar para o que nos temos de bom, para o que temos de nosso, comidas, roupas, costumes, ia-nos ajudar.

BDG: Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?

M5: Já ouvi muitos, mas com o tempo também vamos aprendendo a não fazer caso, a ignorar, porque senão andamos sempre tristes e a brigar.

BDG: Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?

M5: Não sei explicar, mas nos trabalhos deixam de nos dar emprego porque somos ciganos, eles não dizem, mas é por isso, pela forma como nos falamos já as pessoas percebem que somos ciganos e automaticamente já não há vagas nenhuma. E as falas para nós são sempre que nós não trabalhamos e ...falam mal de nós. Mas isso não é verdade porque nós trabalhamos. E ser incluído não é isso.

BDG: Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?

M5: É a nível de trabalho, de confiança em nós. De nos conhecerem.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?

M5: Aqui não, acho que não existe, pois não? Bem, alguns vão ao bairro de Santo Amaro, mas não sei o que lá fazem.

BDG: Sentiu-se incluído?

M5: Não se aplica

BDG: Participou e teve palavra no delinear dessas atividades?

M5: Não participei, mas gostava de me sentir útil em alguma coisa, ajudar e trabalhar, que me vissem.

BDG: Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?

M5: Não estão nada. Nem sei se eles ligam que a gente está aqui.

BDG: Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

M5: Se as pessoas não ciganas entendessem que nós também somos pessoas e precisamos de comer e também precisamos de trabalho e da confiança deles para termos melhorias nas nossas vidas, para comer e sobreviver.

BDG: Costuma votar nas eleições?

M5: Nunca votei, mas vou.

BDG: Prestou serviço militar? Pq?

M5: Não se aplica

BDG: Recorre ao SESARAM quando necessita?

M5: Sim, ao centro de saúde da Nazaré.

BDG: Como considera o atendimento?

M5: O atendimento é bom, mas demora muito a ter consulta. Eu não podia ir a um particular, pedi dinheiro emprestado para ir e eu tive de por pingos nos olhos e isso...

BDG: Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?

M5: Não sei, sabemos dos de casa e pouco mais.

BDG: Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?

M5: Fui até o quinto ano. É muito importante e se fosse agora eu iria novamente.

BDG: Gostaria de frequentar a escola? Pq?

M5: Sim, para termos um futuro melhor e sermos integrados na comunidade.

BDG: Considera importante os seus filhos irem a escola? Pq?

M5: Se eu tiver filhos quero que vão a escola e que possam ter um futuro bom, quero que trabalhem por isso.

BDG: Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?

M5: Até a idade que quiserem.

BDG: Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família?

E5: Davam livros e os materiais, mas também me davam muitas dores de barriga e cabeça, preferi deixar de ir.

BDG: Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?

M5: A mim trataram-me mal, quando falei com os meus pais, deixei de ir a escola.

BDG: Qual a sua actividade laboral?

M5: Não trabalho nem estudo neste momento. Ajudo em casa

BDG: Está inscrito no IEM?

M5: Também não.

BDG: Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?

M5: Não se aplica

BDG: Como considera o atendimento?

M5: Já lá fui com a minha mãe e foi normal.

BDG: Quem dá trabalho aos ciganos?

M5: Ninguém, ninguém nos quer para trabalhar, por isso fazemos umas vendas e isso.

BDG: Onde vivem os ciganos?

M5: Vivemos no bairro da Nazaré.

BDG: Como considera o atendimento no serviço tutela da habitação social na Madeira?

M5: Agora nos serviços já toda a gente trata a gente de forma normal, mas antes não era assim, também já nos conhecem e pode ser por isso.

BDG: Tem acesso aos serviços que a segurança social presta? Quais? Aufere de algum apoio da segurança social?

M5: Não, não temos apoio porque há lá uma situação da família e não temos neste momento. Já lá fomos, mas não temos.

BDG: Como considera o atendimento?

M5: É bom, mas não tivemos nada.

BDG: Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?

M5: Eu gosto de por aqui andar, mas gostava de fazer mais qualquer coisa. Sair daqui...

BDG: Quais os sítios que não frequenta? Pq?

M5: Há alguns que não vamos porque sabemos que não são bons para nós e podem nos fazer coisas, então não vamos.

BDG: Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?

M5: Sim, no café da Dona Fátima.

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

M5: Porque somos humanos, precisamos do mesmo carinho que dão as outras pessoas que não são ciganas.

BDG: Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?

M5: Desafio é respeitarem-nos, porque nós somos educados para todos, mas nem todos nos respeitam, é isso.

BDG: Como é viver ao meio de duas culturas?

E5: É normal, eu gosto.

BDG: Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?

M5: Tem a ver com as nossas tradições, mas isso é nosso não é impedimento para não nos darmos bem.

BDG: As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?

M5: É conforme a vontade delas, mas muitas vezes os pais não deixam, não permitem, podem ter os seus namorados, não é bem namorados, nós chamamos de noivos, comprometidos, e elas quando querem casam, não casam, mas... Os pais, permitir, permitem, mas da vontade deles não casavam as filhas tão novas, entende? Hoje em dia podem casar com quem quiserem, os ciganos antigamente não permitiam que ciganas casassem com pessoas não ciganas, mas hoje em dia já é normal, eu acho.

BDG: Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?

M5: Não que eu saiba, não vejo ninguém interessado a nos ajudar.

BDG: Onde fazem o culto?

M5: Aqui num pequeno espaço, há confusões lá em cima.

BDG: Quem são os seus amigos?

M5: Tenho muitas amigas que não são ciganas e eu gosto. As vezes até gosto mais delas do que as minhas amigas ciganas, sei lá, é diferente.

BDG: E os amigos dos seus filhos?

M5: Vai ser igual, eles vão ter amigos ciganos e não ciganos,

BDG: Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?

M5: Vamos a casa delas e as vezes vem a nossa, é tudo igual.

BDG: Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?

M5: Conheço os pais das minhas amigas e elas conhecem os meus, porque entre nós, não há racismo nem essas coisas, somos iguais, somos miúdas, é isso.

BDG: Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

M5: Na generalidade é boa, mas não é relação é só mesmo separação, vós para lá e nós para cá, não há mistura.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE E3 – SINOPSE ENTREVISTA M5

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Confiança social/Relações Sociais (cidadania)	<p><i>“Falar, temos de falar, e entenderem-se de uma parte e da outra e darem-se melhor, e que há diferenças mas somos todos gente”.</i></p> <p><i>“É a nível de trabalho, de confiança em nós. De nos conhecerem”.</i></p> <p><i>“Se as pessoas não ciganas entendessem que nós também somos pessoas e precisamos de comer e também precisamos de trabalho e da confiança deles para termos melhorias nas nossas vidas, para comer e sobreviver”.</i></p>	Processo de aprendizagem mútuo, reconhecimento.
	Educação	<p><i>Sim, para termos um futuro melhor e sermos integrados na comunidade.</i></p> <p><i>Fui até o quinto ano. É muito importante e se fosse agora eu iria novamente.</i></p> <p><i>Se eu tiver filhos quero que vão a escola e que possam ter um futuro bom, quero que trabalhem por isso.</i></p> <p><i>A mim trataram-me mal, quando falei com os meus pais, deixei de ir a escola.</i></p>	Educação como pilar de inclusão. Validação da educação entre as minorias.
	(Auto) representação/ Voz ativa	<p><i>Como você está a fazer agora, uma associação para nos ajudar, para mostrarmos força e união, para que quando venham as dificuldades, alguém nos apoie, que nos ajude a formar para o que nos temos de bom, para o que temos de nosso,</i></p>	Do empowerment conferido através da cidadania ativa.

EXCLUSÃO		<i>comidas, roupas, costumes, ia-nos ajudar.</i>	
	Habitação	<i>“Vivemos no bairro da Nazaré”.</i>	Se por um lado induz a confiança social, por outro, segrega.
	Saúde	<i>“O atendimento é bom, mas demora muito a ter consulta. Eu não podia ir a um particular, pedi dinheiro emprestado para ir e eu tive de por pingos nos olhos e isso...”.</i>	Dos danos colaterais que o SRS apresenta.
	Empregabilidade	<i>Não sei explicar, mas nos trabalhos deixam de nos dar emprego porque somos ciganos, eles não dizem, mas é por isso, pela forma como nos falamos já as pessoas percebem que somos ciganos e automaticamente já não há vagas nenhuma”.</i>	Flexibilização da empregabilidade e do acesso ao mercado de trabalho.
	Mitos/Invisibilidade	<i>“ (...) e ...falam mal de nós. Mas isso não é verdade porque nós trabalhamos. E ser incluído não é isso”.</i> <i>“Não participei, mas gostava de me sentir útil em alguma coisa, ajudar e trabalhar, que me vissem”.</i>	Do poder do associativismo, na desconstrução de mitos e ideias pré-concebidas.
	Segregação	<i>“ (...)deixam-nos de parte por sermos ciganos. Nem todos são iguais, mas há uns que nos põem de parte”.</i> <i>“Na generalidade é boa, mas não é relação é só mesmo separação, vós para lá e nós para cá, não há mistura”.</i>	Do distanciamento subtilmente imposto que ainda perdura.
Discriminação	<i>“Na escola, por ser cigana, deixavam de falar comigo, ponham-me a parte</i>	Delimitação do	

nalguma brincadeira ou nalgum jogo, ponham-me de parte ou deixavam-me para a última a ser escolhida. E também nos cafés, por exemplo, eu entrei num café para pedir um copo com água e a senhora não me quis dar por eu ser cigana”.

microcosmos escola.

A fragmentação do que *per si* é espaço multidimensional.

“Já ouvi muitos, mas com o tempo também vamos aprendendo a não fazer caso, a ignorar, porque senão andamos sempre tristes e a brigar”.

Rendimentos

“De vez em quando temos dinheiro, as vezes não. É difícil, é difícil, as vezes não temos para as coisas básicas e é difícil viver assim”.

Políticas

Familiares

socioeconómicas de inclusão como meio preventivo e promotor de inclusão

APÊNDICE F1 – GUIÃO DE ENTREVISTA AO MEMBRO (6) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada ao **M6** - Membro comunidade cigana residente na RAM

Data: 12 de agosto de 2020

Local: Bairro da Nazaré

Duração: 16:00-17:30 1h:30

1. Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão; descendentes; tempo de permanência na RAM.
2. Experiencias de inclusão/exclusão social
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Já sofreu discriminação/racismo por ser cigano? Onde?
 - Considera uma triste sina ser cigano?
 - Qual a situação económica dos ciganos na RAM?
 - Quem ajuda os ciganos?
 - Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?
 - Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?
 - Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?
 - Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?
 - Há instituições na RAM que trabalhem com a comunidade cigana? Há projetos onde envolvam a comunidade? Considera importantes?

- Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas actividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?
- Sentiu-se incluído?
- Participou e teve palavra no delinear dessas actividades?
- Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?
- Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

3. Participação cívica, saúde, educação, habitação, sistema de protecção social.

- Costuma votar nas eleições?
- Prestou serviço militar? Pq?
- Recorre ao SESARAM quando necessita?
- Como considera o atendimento?
- Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?
- Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?
- Gostaria de frequentar a escola? Pq?
- Considera importantes os seus filhos irem a escola? Pq?
- Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?
- Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família? Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?
- Qual a sua actividade laboral?
- Está inscrito no IEM?
- Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?
- Como considera o atendimento?
- Quem dá trabalho aos ciganos?
- Onde vivem os ciganos?
- Como considera o atendimento?

- Tem acesso aos serviços que a segurança social presta?
- Quais?
- Adufre de algum apoio da segurança social?
- Como considera o atendimento?

4. Lazer, Cultura, Religião, Relações Sociais

- Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?
- Quais os sítios que não frequenta? Pq?
- Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?
- O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
- Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?
- Como é viver ao meio de duas culturas?
- Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?
- As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?
- Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?
- Onde fazem o culto?
- Quem são os seus amigos?
- E os amigos dos seus filhos?
- Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?
- Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?
- Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

Muito Grata pela sua disponibilidade em colaborar!

APÊNDICE F2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO MEMBRO (6) DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevistada/o: M6 Membro da comunidade cigana RAM

Idade: 39 anos

Género: Masculino

BDG: Considera que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique

M6: Nós estamos cá e conseguimos viver, mas não sei se estamos incluídos, porque a verdade é que os nossos círculos e também quem sabe por nossa conta, são os mesmos. É como vê, se a Dra nos acompanha é tudo diferente, entende?

BDG: Já teve alguma situação em que se sentiu excluído? Quais? E os seus filhos?

M6: Já tive várias e os meus infelizmente, também já passaram por isso. Os meus filhos mais era na escola, mas eu...Eu trabalhava e depois quando souberam que eu era cigano, não me quiseram mais.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

M6: O que estamos a fazer, nos juntar e começar um verdadeiro trabalho de informação com a ajuda de todas as entidades que nos queiram apoiar.

BDG: Considera uma triste sina ser cigano?

M6: Não, pode ser difícil algumas vezes, mas é um orgulho.

BDG: Qual a situação económica dos ciganos na RAM?

M6: A segurança social dá-nos o RSI e nós fazemos algumas vendas, ainda que o negócio não esteja bom, lá vamos vivendo.

BDG: Quem ajuda os ciganos?

M6: Ajuda a segurança social, mais mais que isso, ajuda-nos o Instituto e a prof Helena, temos de ser sinceros.

BDG: Como e quem poderia ajudar os ciganos a obterem uma melhor situação?

M6: Já estamos com a associação em vias de ser uma realidade, graças aos projetos do IPMFF e da FEM, então acho que a partir de agora só podemos esperar uma melhora de situação, quer a todos os níveis. Foram vocês, quem mais e melhor nos ajudaram.

BDG: Já ouviu algum comentário que gostou, por ser cigano? E que não gostou?

M6: Os comentários de quem não nos conhece são sempre a mesma coisa, que somos trapaceiros e ladrões e isso. Tantas vezes, mas é porque as pessoas não nos conhecem, então ficam com medo de nós e fazem comentários que não correspondem a verdade, não é por mal, creio, é por desconhecimento das nossas tradições e isso. Aqui há dias uma senhora não me deixava entrar num negócio porque depois iríamos entrar por lá adentro a cavalo, eu ri-me.

BDG: Onde é mais visível a exclusão dos ciganos na RAM?

M6: Olhe, aquela história de eu estar a trabalhar num programa de emprego e trabalhava como pintor e até o encarregado da obre gostava de mim e estava tudo bem, até disse eu que eu era rápido e isso e depois descobriram que eu era cigano e pronto, mandaram-me embora.

BDG: Quais são as maiores necessidades dos ciganos da RAM?

M6: No trabalho, são poucos os ciganos que trabalham na RAM, porque quando o patrão se apercebe que somos ciganos, inexplicavelmente nos mandam embora ou nem nos contratam. Inexplicavelmente que é como quem diz...cigano, ideia errada.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas.

M6: Com o maior orgulho sou mediador social, formado pelo Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal e foi um grande salto a partir daí. Eu queria que todos os membros da associação, pelo menos os fundadores fossem mediadores sociais ou da cultura como dizem, seria muito bom para começar as nossas atividades, começar a andar pelos nossos próprios pés.

BDG: Sentiu-se incluído?

M6: Senti, pois. Foi uma experiência diferente e que gostei muito, eu não me cansava se fossem todas as semanas. Era um aprender por nós quase, com aqueles teatros que fazíamos e com as trocas de papéis e os argumentos, eu fiquei cheio de confiança na altura, mas

entretanto as coisas não evoluíram e fiquei desanimado, mas ainda bem que há quem não desanime e sempre nos una.

BDG: Participou e teve palavra no delinear dessas atividades?

M6: Era difícil, as vezes tinha de ser eu a decidir e isso é muita responsabilidade. Mas por outro lado, eu ficava vaidoso, porque o que eu fazia e dizia, era tido como importante e válido. Era difícil e delicioso ao mesmo tempo.

BDG: Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana? Que vos acompanham proximamente e os apoiam?

M6: Não, vocês sim, mas outras não. Não interessa, porque temos o nome marcado pelo facto de sermos ciganos, quase ninguém nos chama...

BDG: Acha que a inclusão dos ciganos seria mais fácil se...

M6: Se tivéssemos alguém com prestígio que nos advogasse, que nos instrísse acerca dos assuntos da vida corrente, não aquilo de ir a escola e aprender a fazer contas com números e letras, isso ajuda-nos!

BDG: Costuma votar nas eleições?

M6: Claro, sempre

BDG: Prestou serviço militar? Pq?

M6: Não.

BDG: Recorre ao SESARAM quando necessita?

M6: Sim, sim. Isto dos diabetes é uma situação que tem de ter acompanhamento.

BDG: Como considera o atendimento?

M6: Bom, eu também sou respeitador e bom cidadão.

BDG: Qual a situação de saúde dos ciganos na RAM?

M6: Bem, todos têm doenças, mas há situações complicadas de transplantes e isso que aqui não são possíveis de fazer e ficamos um bocado por nossa conta, mas pronto...

BDG: Vai a escola? Quais as suas habilitações? / Frequentou a escola até que ano? É importante ir a escola? Pq?

M6: Não vou, mas já fui. Tenho o 6º ano. É importante ir a escola...

BDG: Gostaria de frequentar a escola? Pq?

M6: (...) mas na minha idade eu já não quero voltar para a escola normal, gostava dum

curso assim como os do Instituto que nos ensina a fazer, fazendo...pensando...Isso é mais interessante e fica mais na cabeça.

BDG: Considera importante os seus filhos irem a escola? Pq?

M6: Eu quero que os meus filhos tenham outras oportunidades que eu não aproveitei. Para lhes dar uma vida diferente, menos dura.

BDG: Os seus filhos podem continuar a ir a escola até que idade?

M6: Até a idade que eles queiram e se quiserem estudar em casa também podem. Gostava que a minha filha fosse advogada.

BDG: Quais os apoios que a escola dá aos seus filhos e a família?

M6: A minha mulher sabe bem, eu sei que é livros e materiais, mas não sei muito.

BDG: Como vos tratam na escola? E aos vossos filhos?

M6: Tratam bem, agora tratam bem. Mas foi preciso também ensinar que somos gente, limpos e que somos diferentes nas tradições, mas na pele e osso, não.

BDG: Qual a sua actividade laboral?

M6: Faço aí umas vendas, nada de muito.

BDG: Está inscrito no IEM?

M6: Tenho de estar, porque recebo o RSI.

BDG: Para quantas entrevistas de trabalho já foi chamado?

M6: Por acaso já fui a algumas, mas é como sabe, cada vez que se apercebem que sou cigano e a maneira de falar não engana, pronto, já não está a vaga em aberto porque foi preenchida, milagrosamente.

BDG: Como considera o atendimento?

M6: O atendimento é bom, mas nunca nos arranjam nada.

BDG: Quem dá trabalho aos ciganos?

M6: Ainda há quem dê, mas só pode descobrir depois que são de etnia os funcionários, porque antes, garantidamente não nos dão trabalho.

BDG: Onde vivem os ciganos?

M6: Grande parte na Nazaré, mas há ai uns que casaram com não ciganos e foram viver para outras partes da ilha e ainda há outros que são ciganos, mas não são dos nossos, vêm aí uns meses “à venda” e vão embora.

BDG: Como considera o atendimento no serviço tutela da habitação social na Madeira?

M6: É bom, e agora os que lá estão é que são mesmo bons, peço uma audiência com o Sr. Presidente e eles sempre me atendem ou mandam alguém dos de cima me atender, é bom.

BDG: Tem acesso aos serviços que a segurança social presta? Quais? Aufere de algum apoio da segurança social?

M6: Sim, vamos a segurança com a doutora e recebemos o RSI.

BDG: Como considera o atendimento?

M6: Muito bom, não posso apontar nada, é justo o atendimento.

BDG: Quais os sítios que prefere frequentar na RAM? Pq?

M6: Gosto de todos os lugares, principalmente os melhores para as vendas. O norte da ilha.

BDG: Quais os sítios que não frequenta? Pq?

M6: Não frequento , nem deixo de frequentar nenhum em especial, mas a igreja por causa dum problema de família, não vou.

BDG: Existe algum espaço/ambiente onde ciganos e não ciganos se encontrem na RAM?

M6: Encontramo-nos todos pela estrada da vida, mas não porque se combina, porque Deus nos põe no caminho uns dos outros. Cruzamos,

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

M6: Só consigo desejar a associação para nos ocupar e representar e nos garantir peso na sociedade, isso seria nos valorizar.

BDG: Quais os maiores desafios para se chegar a comunidade cigana?

M6: A barreira é a cultura, há coisas que não queremos partilhar, mas deveria estar tudo bem por isso, e as vezes é por isso que se levantam tantas mentiras acerca de nós...Desafio seria os senhores nos respeitarem e vice-versa.

BDG: Como é viver ao meio de duas culturas?

M6: Já nasci no meio disto, é como estar no meio duma corda, dum lado a comunidade e do outro a sociedade, não é difícil.

BDG: Quais as principais diferenças da comunidade cigana e da comunidade não cigana? Considera motivo de proximidade ou afastamento essas características?

M6: Cultura, religião e tradições e é sempre um caminho de dois sentidos, tanto aproxima como afasta e sempre será assim.

BDG: As meninas ciganas ainda casam na adolescência na RAM?

M6: Depende, mas por norma os pais já não deixam.

BDG: Além dos serviços que já referenciaram, há outras instituições que trabalham/apoiam os ciganos madeirenses? Que tipo de ajuda vos prestam?

M6: Não estou a ver...não me lembro

BDG: Onde fazem o culto?

M6: Na igreja em Santo Amaro

BDG: Quem são os seus amigos?

M6: Quer os nomes? São os que me ajudam e conversam comigo, tenho duns e doutros.

BDG: E os amigos dos seus filhos?

M6: Também é igual, tá tudo evoluído agora, já somos amigos de outros.

BDG: Onde se encontram? Na sua casa? Na casa deles?

M6: Tanto faz, depende.

BDG: Conhecem os pais dos amigos dos filhos? / Os teus pais conhecem os pais dos teus amigos? Já conversaram?

M6: Quando lá vamos a escola sim, conversamos e isso. Normal

BDG: Como é a relação os ciganos com os não ciganos?

M6: Já foi pior e isso é o bom da coisa.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE F3 – SINOPSE ENTREVISTA M6

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Confiança social/Relações Sociais (cidadania)	<p><i>“Nós estamos cá e conseguimos viver, mas não sei se estamos incluídos, porque a verdade é que os nossos círculos e também quem sabe por nossa conta, são os mesmos. É como vê, se a Dra nos acompanha é tudo diferente, entende?”.</i></p> <p><i>“O que estamos a fazer, nos juntar e começar um verdadeiro trabalho de informação com a ajuda de todas as entidades que nos queiram apoiar”.</i></p>	<p>Consciencialização da autoexclusão e da não inclusão.</p> <p>Necessidade de sensibilizar para o (re) conhecimento.</p>
	Educação	<p><i>“Tenho o 6º ano. É importante ir a escola”.</i></p> <p><i>“Tratam bem, agora tratam bem. Mas foi preciso também ensinar que somos gente, limpos e que somos diferentes nas tradições, mas na pele e osso”.</i></p> <p><i>“(…) mas na minha idade eu já não quero voltar para a escola normal, gostava dum curso assim como os do Instituto que nos ensina a fazer,</i></p>	<p>Resistência à escolarização que incorre em exclusão.</p> <p>Novas metodologias de ensino adaptadas ao perfil das escolhas</p>

	<i>fazendo...pensando...Isso é mais interessante e fica mais na cabeça”.</i>	<p>personais.</p> <p>Aportes da escola moderna e <i>roma models</i>.</p>
(Auto)representação/ Voz ativa	<i>“Se tivéssemos alguém com prestígio que nos advogasse, que nos instruisse acerca dos assuntos da vida corrente, não aquilo de ir a escola e aprender a fazer contas com números e letras, isso ajuda-nos?”.</i>	Advocacy e do prestígio que deve ter quem faz este processo mediativo.
Habitação	<i>“Grande parte na Nazaré, mas há aí uns que casaram com não ciganos e foram viver para outras partes da ilha e ainda há outros que são ciganos, mas não são dos nossos, vêm aí uns meses “à venda” e vão embora”.</i>	A proximidade gera confiança social e sentimento de pertença, mas por outro lado, segrega.
Saúde	<i>“Bem, todos têm doenças, mas há situações complicadas de transplantes e isso que aqui não são possíveis de fazer e ficamos um bocado por nossa conta, mas pronto”.</i>	Da não cobertura total e atempada do SRS.
Empregabilidade	<i>“ (...)eu estava a trabalhar num programa de emprego e trabalhava como pintor e até o encarregado da obra gostava de mim e estava tudo bem, até disse eu que eu era rápido e isso e depois descobriram que eu era cigano e pronto, mandaram-me embora”.</i>	Dificuldades de inserção no pilar com maior visibilidade de exclusão na comunidade cigana da RAM.
Mitos/Invisibilidade	<i>“A barreira é a cultura, há coisas que não queremos partilhar, mas deveria estar tudo bem por isso, e as vezes é por isso que se levantam tantas</i>	Da não legitimação da cultura, das crenças e da

EXCLUSÃO

mentiras acerca de nós...Desafio seria os senhores nos respeitarem e vice-versa”.

essência dos povos minoritários.

“Os comentários de quem não nos conhece são sempre a mesma coisa, que somos trapaceiros e ladrões e isso. Tantas vezes, mas é porque as pessoas não nos conhecem, então ficam com medo de nós e fazem comentários que não correspondem a verdade, não é por mal, creio, é por desconhecimento das nossas tradições e isso”.

Segregação

“Cultura, religião e tradições e é sempre um caminho de dois sentidos, tanto aproxima como afasta e sempre será assim”.

e (in)comunicações entre diferenças e “indiferença às diferenças”(Vieira e Vieira, 2016)

Discriminação

“Os meus filhos mais era na escola, mas eu...Eu trabalhava e depois quando souberam que eu era cigano, não me quiseram mais”.

Julgamento prematuro e infundado que muitas vezes se baseiam os perpetuadores de ideias erróneas, incorrendo em práticas discriminatórias como distinção, exclusão, restrição, ou preferência em função da cor, raça,

ascendência, origem nacional ou étnica é considerada discriminação racial

Rendimentos Familiares	<i>“A segurança social dá-nos o RSI e nós fazemos algumas vendas, ainda que o negócio não esteja bom, lá vamos vivendo”.</i>	Das políticas ativas do primeiro sector.
------------------------	--	--

APÊNDICE G -SINOPSE DIALÉTICA DOS MEMBROS

TEMÁTICAS	MEMBRO 1	MEMBRO 2	MEMBRO 3	MEMBRO 4	MEMBRO 5	MEMBRO 6	
INCLUSÃO SOCIAL	(...) eu acho que sim, ninguém se mete com a gente, nem a gente se mete com ninguém (...)	(...)Tá um pouco, tá...Mas havia de haver mais verbas, e mais aproximação, tipo, vamos apanhar num projeto, vamos por aqui isto, vamos fazer aquilo, haver um incentivo, porque nós queremos, nós não temos vozes e tendo uma voz com mais autoridade(...)	(...) Sim, sim. Agora sim.	(...) Neste momento. Mas teve aí uma fase que não”.	(...) Não, não está, muitas das vezes deixam-me de parte por ser cigana (...).	“Nós estamos cá e conseguimos viver, mas não sei se estamos incluídos, porque a verdade é que os nossos círculos e também quem sabe por nossa conta, são os mesmos (...)”.	
CONFIANÇA SOCIAL/RELAÇÕES SOCIAIS (CIDADANIA)							
EDUCAÇÃO	“Necessidade de algum espaço onde a gente possa fazer alguma coisa, onde haja oportunidades.						
(AUTO) REPRESENTAÇÃO/ VOZ ATIVA							
HABITAÇÃO	Necessidades de oportunidades de trabalho, de alguém que nos ajude a falar”.						
SAÚDE		“(...)Pra mim uma voz com autoridade é uma pessoa que tenha maior capacidade, porque	“É arranjar uma melhoria, tentar arranjar algo que nós possamos nos integrar mais na sociedade”.	alguns progressos, mas nunca tivemos nenhuma ajuda”.	“ (...) é preciso valorizar os ciganos da Madeira. Porque nós estamos aqui, somos pessoas educadas, mas há algumas pessoas aqui que não são educadas para ninguém, lá porque nós somos ciganos”.	“(...)nem todos são iguais, mas não estamos (...)”..	“(...)é preciso falarem mais, entenderem-me mais(...), conversarem, para entender que apesar de não sermos todos iguais, somos

	<p>“Todos me tratam bem, já me trataram mal, mas eu acho que é porque achavam</p> <p>nós temos a nossa capacidade, mas as vezes não sabemos atingir os nossos objetivos e tendo uma pessoa que(...), que tem capacidade de ir mais além, de nos ensinar, de nos dar mais incentivo, então nós temos uma voz(...)”.</p>	<p>tratavam bem porque não sabiam que eram de etnia cigana, há muita gente que não sabia na escola, agora...se soubessem era diferente. A reação era diferente, era”.</p> <p>“A comunidade cigana tem falta de tudo...é trabalho (...), falta de alguém que fale por nós”.</p> <p>“Assim não vamos lá, falta alguém que faça a gente se compreender”.</p>	<p>todos gente(...)”.</p> <p>“Se tivéssemos alguém com prestígio que nos advogasse, que nos instruisse acerca dos assuntos da vida corrente, não aquilo de ir a escola e aprender a fazer contas com números e letras, isso ajuda-nos?”.</p> <p>nos temos de bom, para o que temos de nosso, comidas, roupas, costumes, ia-nos ajudar(...)”.</p>
<p>EXCLUSÃO SOCIAL MITOS/INVIS</p>	<p>“E depois é sempre a cigana, a cigana isto, a cigana aquilo, mas eu tenho escrito na</p>	<p>“Estou inscrita no centro de emprego, há uns vinte anos também. Fui</p>	<p>“Ninguém dá nada de trabalho, se souberem que somos ciganos, comigo, ponham-me</p>

IBILIDADE**DISCRIMINAÇÃO****ESTIGMA****EMPREGABILIDADE**

<p>testa que sou cigana? Cigana aquilo, mas eu tenho escrito na testa que sou cigana”?</p> <p>“Já viu alguém dar trabalho aos cianos? Sabendo que são pessoas de etnia? Nunca vi. Agora gostam dele e ele gosta de lá trabalhar, mas teve de ser assim escondido no início quando ele foi a entrevista. Isto de ser cigano”.</p>	<p>chamada para uma oferta de emprego, quando ele viu que eu era cigana, tinham pânico e pavor de me dizerem que não havia oferta nenhuma”.</p> <p>“Não sei explicar, mas é assim, é como se não existíssemos e essa inexistência é o que nos mantém afastados de muitos acessos”.</p> <p>“(…)mas há muitas histórias de ciganos que ajudam a que ainda hoje estejamos assim, do lado de fora”.</p>	<p>“(…) ao princípio quando eu fui para a entrevista de trabalho como eu não tenho aqueles traços, aquela cor, eles pensaram que eu não era cigano e deram-me o trabalho”.</p> <p>“No meu trabalho houve uma altura que quando eles souberam que eu era da etnia cigana puseram-me um bocadinho de parte. Não sei explicar, eles ficaram um bocadinho apreensivos, pensavam outra</p>	<p>garantidamente”. a parte(…)”</p> <p>“Os ciganos são isto, são aquilo...roubam, matam, esfolam..., enquanto a gente não fazia nada disso”.</p> <p>“Religião, tradições, mesmo a nível de escola, tudo é diferente e as pessoas como não sabem, acham que somos isto e aquilo, não sabem”.</p> <p>“É preciso olhar de</p>	<p>“(…) Nalguma brincadeira ou nalgum jogo, ponham-me de parte ou deixavam- me para a última a ser escolhida “.</p> <p>“(…) Nos cafês, por exemplo, eu entrei num café para pedir um copo com água e não me deram, a senhora não me deu, por eu ser cigana”.</p>	<p>trabalhava como pintor e até o encarregado da obre gostava de mim e estava tudo bem, até disse eu que eu era rápido e isso e depois descobriram que eu era cigano e pronto, mandaram-me embora”.</p> <p>“A barreira é a cultura, há coisas que não queremos partilhar, mas deveria estar tudo bem por isso, e as vezes é por isso que se levantam tantas mentiras acerca de nós...Desafio seria</p>
--	---	---	--	--	--

coisa de mim, outra maneira.
entretanto viram que Exatamente. Não
a minha nos pusessem de
personalidade é parte”.
completamente
diferente daquela
que eles achavam”.

os senhores nos
respeitarem e vice-
versa”.

APÊNDICE H1 – GUIÃO DE ENTREVISTA A UM/A COMPRADOR/A

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada a **C1** – Comprador de mercadorias vendidas por membros da comunidade cigana

Data: 25 de setembro de 2020

Local: Camacha

Duração: 17:00-18:30 1h:30

1. Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão.
2. Compradores consideram que os ciganos estão incluídos, integrados ou excluídos na sociedade madeirense?
 - Quais os motivos de adquirir produtos aos ciganos?
 - O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Acha que o dinheiro que os ciganos realizam na feira é o suficiente para subsistirem?
 - Quem é que ajuda os ciganos?
 - Qual o maior desafio para os ciganos da RAM?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Considera que há discriminação, estigma, preconceito contra a comunidade cigana?
 - Como vê a situação dos ciganos na RAM?
 - Quais as maiores necessidades dos ciganos na RAM?
 - Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos?

- Faria parte de uma atividade que incluísse ciganos?

-

3. Visão acerca da cultura, educação, emprego

- Os ciganos vão a escola? Podem ir?
- É importante os ciganos irem à escola?
- Onde trabalham os ciganos?
- E noutros sítios?
- Daria emprego a uma pessoa de origem cigana?
- Onde estão os ciganos durante a semana? O que fazem?
- Os ciganos ficam doentes?
- Os ciganos podem usar o SESARAM?
- Onde vivem os ciganos?

APÊNDICE H2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO COMPRADOR/A DE MERCADORIAS VENDIDAS POR MEMBROS DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevistada/o: C1

Idade: 32 anos

Género: Masculino

[Breve Enquadramento]

BDG: Quais os motivos de adquirir produtos aos ciganos?

C1: Por serem produtos negociáveis e conseqüentemente mais baratos

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

C1: Integração social e cultural.

BDG: Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique

C1: Sim, por serem uma comunidade menos numerosa em relação a outras comunidades do mesmo género, noutras zonas do país.

BDG: Acha que o dinheiro que os ciganos realizam na feira é o suficiente para subsistirem?

C1: Por normalmente serem famílias numerosas, acredito que não seja suficiente.

BDG: Quem é que ajuda os ciganos?

C1: Estado e as associações.

BDG: Qual o maior desafio para os ciganos da RAM?

C1: Os mesmos que os restantes residentes numa região insular.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

C1: Evitar fazer juízos sem fundamentos de forma a não permitir a discriminação, porem a comunidade cigana deveria possibilitar uma evolução/mudança da sua cultura.

BDG: Considera que há discriminação, estigma, preconceito contra a comunidade cigana?

C1: Sim, em parte devido a cultura que defendem.

BDG: Como vê a situação dos ciganos na RAM?

C1: Acredito que muito bem integrados na sociedade madeirense.

BDG: Quais as maiores necessidades dos ciganos na RAM?

C1: Oportunidades sociais e profissionais

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos?

C1: Tenho conhecimento que existem.

BDG: Faria parte de uma atividade que incluísse ciganos?

C1: Sim.

BDG: Os ciganos vão a escola? Podem ir?

C1: Talvez não com a assiduidade necessária para terem aproveitamento escolar.

BDG: É importante os ciganos irem à escola?

C1: A educação é uma forma de envolvimento com outras comunidades.

BDG: Onde trabalham os ciganos?

C1: Normalmente em feiras e por conta própria.

BDG: E noutros sítios?

C1: Conheço assistentes operacionais e estafetas de aplicativos.

BDG: Daria emprego a uma pessoa de origem cigana?

C1: Sim, se reunir as condições necessárias para o trabalho a desempenhar.

BDG: Onde estão os ciganos durante a semana?

C1: Não faço ideia.

BDG: O que fazem?

C1: Desconheço.

BDG: Os ciganos ficam doentes?

C1: Sim.

BDG: Os ciganos podem usar o SESARAM?

C1: Claro que sim, como todos os outros cidadãos.

BDG: Onde vivem os ciganos?

C1: A sua maioria em habitações sociais.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE H3 – SINOPSE ENTREVISTA C1

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Integração	<p><i>“(…) por serem uma comunidade menos numerosa em relação a outras comunidades do mesmo género, noutras zonas do país.</i></p> <p><i>“Acredito que muito bem integrados na sociedade madeirense”.</i></p> <p><i>“Oportunidades sociais e profissionais”.</i></p>	<p>Em razão de quantificação da comunidade cigana.</p> <p>Visão de não igualdade de oportunidade</p>
	Condição económica	<p><i>“Por serem produtos negociáveis e consequentemente mais baratos”.</i></p> <p><i>“Por normalmente serem famílias numerosas, acredito que não seja suficiente”.</i></p> <p><i>“Normalmente em feiras e por conta própria”.</i></p>	<p>Perspetiva de insuficiente dos rendimentos económicos para sustentabilidade das condições básicas e objetivas de vida.</p>
	Desafios	<p><i>“Os mesmos que os restantes residentes numa região insular”.</i></p> <p><i>“Evitar fazer juízos sem fundamentos de forma a não permitir a discriminação, porem a comunidade cigana deveria possibilitar uma evolução/mudança da sua cultura”.</i></p>	<p>Consideram que os desafios são perpendiculares e transversais pela especial condição de serem insulares e não ciganos e inferem sobre a possibilidade da comunidade evoluir e até mudar as suas raízes culturais.</p>
EXCLUSÃO	Estigma	<p><i>“(.)em parte devido a cultura que defendem”.</i></p>	<p>Considera que a defesa das crenças étnicas é um ponto assente e beligerante para a</p>

Combate

“A educação é uma forma de envolvimento com outras comunidades”.

Desafios

emergência de estigma

Pela escassez de resposta interpretamos que o combate e o desafio pode ser a educação.

APÊNDICE II – GUIÃO DE ENTREVISTA A UM/A COMPRADOR/A

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada a **C2** – Comprador de mercadorias vendidas por membros da comunidade cigana

Data: 25 de setembro de 2020

Local: Camacha

Duração: 20:00-21:30 1h:30

1. Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão.
2. Compradores consideram que os ciganos estão incluídos, integrados ou excluídos na sociedade madeirense?
 - Quais os motivos de adquirir produtos aos ciganos?
 - O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Acha que o dinheiro que os ciganos realizam na feira é o suficiente para subsistirem?
 - Quem é que ajuda os ciganos?
 - Qual o maior desafio para os ciganos da RAM?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Considera que há discriminação, estigma, preconceito contra a comunidade cigana?
 - Como vê a situação dos ciganos na RAM?
 - Quais as maiores necessidades dos ciganos na RAM?
 - Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos?

- Faria parte de uma atividade que incluísse ciganos?

4. Visão acerca da cultura, educação, emprego

- Os ciganos vão a escola? Podem ir?
- É importante os ciganos irem à escola?
- Onde trabalham os ciganos?
- E noutros sítios?
- Daria emprego a uma pessoa de origem cigana?
- Onde estão os ciganos durante a semana? O que fazem?
- Os ciganos ficam doentes?
- Os ciganos podem usar o SESARAM?
- Onde vivem os ciganos?

APÊNDICE I2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO COMPRADOR/A DE MERCADORIAS VENDIDAS POR MEMBROS DA COMUNIDADE CIGANA

Entrevistada/o: C1

Idade: 30 anos

Género: Feminino

BDG: Quais os motivos de adquirir produtos aos ciganos?

C2: Há determinados produtos como lençóis, edredons que vendem a um preço consideravelmente inferior do que o praticado por superfícies comerciais. As desvantagens da insularidade fazem-se sentir também na pouca oferta e variedade de artigos e na inflação de preços também na oferta de produtos.

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

C2: Os ciganos são reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa como cidadãos de pleno direito. Como tal, a valorização da comunidade cigana é uma transformação social necessária no nosso quotidiano.

BDG: Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique

C2: Atualmente assiste-se a uma maior integração embora sejamos honestos, continua a existir discriminação referente à etnia cigana sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho

BDG: Acha que o dinheiro que os ciganos realizam na feira é o suficiente para subsistirem?

C2: Não creio. Até porque as feiras realizam-se somente aos fins de semana e no contexto pandémico estiveram suspensas.

BDG: Quem é que ajuda os ciganos?

C2: Em termos de apoios formais do Estado: o Instituto de Segurança Social da Madeira.

BDG: Qual o maior desafio para os ciganos da RAM?

C2:A integração no Mercado de trabalho. Julgo que os ciganos que não queiram manter a prática de feirantes experienciam algum sentimento de desconfiança por parte das entidades empregadoras quando apresentam a sua etnia.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

C2:É necessária uma intervenção articulada junto da comunidade: instituições locais públicas e privadas, junto da comunidade educativa. É necessária uma sensibilização para a história, costumes e tradições do povo cigano e para as suas especificidades. Não se pode compreender o presente sem ter em conta o passado daquele povo. O sentimento de desconfiança, de estranheza, o julgamento rápido do que é diferente tem de ser trabalhado. O preconceito dificulta a aproximação. Relativamente aos ciganos penso que poderiam trabalhar mais a sua resistência. Fazem uma clara distinção entre o “nós” e os “outros”. Isolam-se. São muito protetores dos eu clã e dificilmente/raramente se abrem a elementos exteriores.

BDG: Considera que há discriminação, estigma, preconceito contra a comunidade cigana?

C2:Sim, considero

BDG: Como vê a situação dos ciganos na RAM?

C2:Diferente da realidade do continente. No continente são em grande número muitos vivem em acampamentos e *roulottes*. Na RAM a comunidade é mais pequena, centralizada em bairros, residem em blocos de apartamentos e são comunidades mais organizadas do ponto de vista do ordenamento do território

BDG: Quais as maiores necessidades dos ciganos na RAM?

C2:Oportunidades de inserção profissional seja em entidades públicas ou em privadas.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos?

C2:Conheço o IPMF.

BDG: Faria parte de uma atividade que incluísse ciganos?

C2:Sim, já fiz inclusive.

BDG: Os ciganos vão a escola? Podem ir?

C2:Sim vão à escola. Mas os membros mais antigos da comunidade cigana (anciãos) julgo que continuam a apresentar alguma resistência quanto à escolaridade, sobretudo das

raparigas. Julgo que continua a existir uma tendência para as raparigas abandonarem mais cedo o sistema de ensino em detrimento de tarefas de lides domésticas.

BDG: É importante os ciganos irem à escola?

C2: Sim, é.

BDG: Onde trabalham os ciganos?

C2: Os que conheço exercem atividade de feirantes.

BDG: E noutros sítios?

C2: Não conheço, mas a realidade da RAM é pequena

BDG: Daria emprego a uma pessoa de origem cigana?

C2: Sim.

BDG: Onde estão os ciganos durante a semana?

C2: Desconheço

BDG: O que fazem?

C2: Julgo que o mesmo que nós. Levam os filhos à escola, realizam tarefas domésticas, desfrutam de momentos de lazer em comunidade.

BDG: Os ciganos ficam doentes?

C2: A doença pode atingir todos os grupos sociais de uma sociedade. Embora tenham uma ligação mais próxima com a Natureza acredito que recorram a cuidados de saúde em caso de necessidade.

BDG: Os ciganos podem usar o SESARAM?

C2: Podem. São cidadãos de pleno direito legitimado pela CRP.

BDG: Onde vivem os ciganos?

C2: Na RAM a comunidade está centralizada em bairros e blocos de apartamentos. Realidade diferente do continente.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE I3 – SINOPSE ENTREVISTA C1

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Integração	<p><i>“Há determinados produtos como lençóis, edredons que vendem a um preço consideravelmente inferior do que o praticado por superfícies comerciais”.</i></p> <p><i>“Os ciganos são reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa como cidadãos de pleno direito. Como tal, a valorização da comunidade cigana é uma transformação social necessária no nosso quotidiano”.</i></p>	<p>Perceção una de cidadãos sem handicap em razão da sua etnia, mas pela condição de pleno direito conferido pela CRP.</p> <p>Oportunidades de negócio mais acessível são condição de aproximação e interação.</p>
	Condição económica	<p><i>“Não creio. Até porque as feiras realizam-se somente aos fins-de-semana”.</i></p>	<p>Perceção de que transações económicas realizadas num único dia da semana, não se mostram suficiente.</p>
	Oportunidades	<p><i>“É necessária uma intervenção articulada junto da comunidade: instituições locais públicas e privadas, junto da comunidade educativa. É necessária uma sensibilização para a história, costumes e tradições do povo cigano e para as suas especificidades. Não se pode compreender o presente sem ter em conta o passado daquele povo. O sentimento de desconfiança, de estranheza, o julgamento rápido do que é diferente tem de ser trabalhado”.</i></p>	<p>Da necessidade do trabalho em rede para a mediação sociopedagógica balizada no reconhecimento e validação do “outro diferente”.</p>

EXCLUSÃO

Estigma	<i>“O preconceito dificulta a aproximação. Relativamente aos ciganos penso que poderiam trabalhar mais a sua resistência. Fazem uma clara distinção entre o “nós” e os “outros”. Isolam-se. São muito protetores dos eu clã e dificilmente/raramente se abrem a elementos exteriores”.</i>	Do fechamento que a condição cultural produz e na resistência a interface com os demais.
Combate	<i>“Em termos de apoios formais do Estado: o Instituto de Segurança Social da Madeira”.</i>	Apresenta o Estado como principal movimentador de políticas de combate a exclusão.
Desafios	<i>“Atualmente assiste-se a uma maior integração embora sejamos honestos, continua a existir discriminação referente à etnia cigana sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho”.</i> <i>“A integração no Mercado de trabalho. Julgo que os ciganos que não queiram manter a prática de feirantes experienciam algum sentimento de desconfiança por parte das entidades empregadoras quando apresentam a sua etnia”.</i>	Produzir condição de igualdade de acesso ao mercado de trabalho e desconstruir sentimentos de incerteza e desconfiança em razão de etnia.

APÊNDICES J - QUADRO DIALÉTICA COMPRADORES

Categorias a analisar	Subcategorias	Excertos da Entrevista
Inclusão	Integração	<p><i>“Os ciganos são reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa como cidadãos de pleno direito. Como tal, a valorização da comunidade cigana é uma transformação social necessária no nosso quotidiano”.</i></p> <p><i>“(…) por serem uma comunidade menos numerosa em relação a outras comunidades do mesmo género, noutras zonas do país.</i></p> <p><i>“Acredito que muito bem integrados na sociedade madeirense”.</i></p>
	Condição económica	<p><i>“Não creio. Até porque as feiras realizam-se somente aos fins-de-semana”.</i></p> <p><i>“Por serem produtos negociáveis e consequentemente mais baratos”.</i></p> <p><i>“Por normalmente serem famílias numerosas, acredito que não seja suficiente”.</i></p>
	Oportunidades	<p><i>“É necessária uma intervenção articulada junto da comunidade: instituições locais públicas e privadas, junto da comunidade educativa. É necessária uma sensibilização para a história, costumes e tradições do povo cigano e para as suas especificidades. Não se pode compreender o presente sem ter em conta o passado daquele povo. O sentimento de desconfiança, de estranheza, o julgamento rápido do que é diferente tem de ser trabalhado”.</i></p>

Exclusão	Estigma	<p><i>“O preconceito dificulta a aproximação. Relativamente aos ciganos penso que poderiam trabalhar mais a sua resistência. Fazem uma clara distinção entre o “nós” e os “outros”. Isolam-se. São muito protetores dos eu clã e dificilmente/raramente se abrem a elementos exteriores”.</i></p> <p><i>“(…)em parte devido a cultura que defendem”.</i></p>
	Combate	<p><i>“Em termos de apoios formais do Estado: o Instituto de Segurança Social da Madeira”.</i></p> <p><i>“A educação é uma forma de envolvimento com outras comunidades”.</i></p>
	Desafios	<p><i>“Atualmente assiste-se a uma maior integração embora sejamos honestos, continua a existir discriminação referente à etnia cigana sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho”.</i></p> <p><i>“A integração no Mercado de trabalho. Julgo que os ciganos que não queiram manter a prática de feirantes experienciam algum sentimento de desconfiança por parte das entidades empregadoras quando apresentam a sua etnia”.</i></p>

APÊNDICE L1 – GUIÃO DE ENTREVISTA PRESIDENTE FEM

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada

Data: 23 de julho de 2020

Local: Funchal

Duração: 16:00-17:00 1h

1. Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão.
2. De que forma o IPMFF e a FEM promovem o processo de inclusão social da comunidade cigana da RAM?
 - Quais os motivos que levam o IPMFF e a FEM a encetarem projetos com a comunidade cigana?
 - O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Quais as atividades que O IPMFF e a FEM têm desenvolvido para promover a inclusão da comunidade cigana na RAM?
 - Quais os meios que dispõem para apoio ao desenvolvimento destas medidas?
 - Consideram que existe articulação entre a Vossa Instituição e outras instituições presentes na sociedade que apoiem e se associem a vossa causa?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Considera importante que os projetos que o IPMFF, a FEM e a comunidade cigana desenvolvem em conjunto? Porquê?
 - Considera que há discriminação, estigma, preconceito contra a comunidade cigana?

- Admitem no futuro se envolverem em outros projetos que envolvam os ciganos da Madeira?
- Como consideram a situação dos ciganos na RAM? (saúde, educação, emprego, apoio social, habitação)
- Como é que os ciganos poderiam ser incluídos socialmente de forma mais eficaz?
- Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?
- Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana
- O comité consultivo do Conselho da Europa, no seu último parecer (ROMA INTEGRATION REPORT 2019), relatam que a comunidade cigana continua a viver “a margem da sociedade” com percentagens acima dos 50% para *deficits* nas dimensões como habitação, abandono escolar e desemprego. Que avaliação faz destes dados, adaptando para o contexto territorial da RAM?
- Nas recomendações que o Conselho da Europa lançou aos seus estados membros, vemos nascer em Portugal, através do ACM a estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas com data de execução entre 2013-2020. O grupo de trabalho envolvido, sentiu a necessidade de incluir um eixo transversal que engloba matérias como o conhecimento e acompanhamento das comunidades ciganas, a discriminação, a educação para a cidadania, história e cultura ciganas, igualdade de género, justiça e segurança, segurança social e mediação. Relativamente a RAM, e na sua perspetiva, qual a principal medida em funcionamento? Qual aquela que menos funciona?
 - **BDG:** Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE L2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA PRESIDENTE FEM

Entrevistada/o: Presidente FEM

Idade: 60 anos

Género: Feminino

BDG: Quais os motivos que levam o ~~IPMFF~~ e a FEM a encetarem projetos com a comunidade cigana?

P.FEM: A constatação da necessidade de ultrapassar o sentimento de desconfiança mútua existente entre a comunidade maioritária e a comunidade cigana minoritária, criando laços de respeito mútuo e de apreço mútuo. E isso só se consegue se houver oportunidades para que a maioria da população conheça/aceite as tradições e os valores da comunidade Cigana e esta aceite/ cumpra os princípios e deveres essenciais do estado de direito que lhes confere pleno gozo dos direitos que a cidadania portuguesa lhes atribui, tal como refere a resolução N.º.25/2013 do Conselho de Ministros

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

P.FEM: (Re)conhecer/valorizar as tradições e os principais valores da comunidade Cigana (culto da família/respeito pelas pessoas mais velhas, proteção das crianças).

Torná-los protagonistas da sua própria promoção.

Colaborar para contribuir, para fazer pontes e não muros.

Reconhecer os ciganos/as que são portugueses/madeirenses com os mesmos direitos/deveres cívicos, capazes de exercer/ocupar qualquer cargo/profissão, desde que devidamente habilitados para isso, com igualdade de oportunidades.

BDG: Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique.

P.FEM: Pessoas da Comunidade Cigana e os seus representantes dizem-se perfeitamente inseridos/integrados no bairro onde vive a maioria das famílias e não propriamente na sociedade madeirense em geral, mas sentem que ainda persistem estigmas em relação ao seu modo de vida e tradições culturais. (Reconhecer/valorizar essas tradições culturais, ser

capaz de as aceitar (sem preconceitos/discriminações/estigmas/marginalização) será uma forma de inclusão.

Considero também que estão integrados (enquanto cidadãos/cidadãs portugueses no pleno gozo dos seus direitos) mas não incluídos, precisamente pelas múltiplas desconfianças que persistem de parte a parte - comunidade maioritária por não conhecer/compreender os valores e tradições da comunidade cigana e estes por se sentirem discriminados/desvalorizados/marginalizados. (algumas vezes sem razão, por interpretações subjetivas da sua condição de discriminados/marginalizados) e por preconceitos dos ciganos/as mais velhos/as em relação à sua condição.

Por isso é preciso compreender, para bem acolher, para nos tornarmos próximos.

BDG: Quais as atividades que O IPMFF e a FEM têm desenvolvido para promover a inclusão da comunidade cigana na RAM?

P.FEM: Apoio social, jurídico e psicológico a famílias da comunidade Cigana.

- Atividades de promoção da cultura Cigana, Dia Nacional do Povo Cigano, Dia Mundial do Povo Cigano.
- Reunião com a comunidade a 30/04/2013 com o objetivo de fazer levantamento das necessidades e potencialidades da comunidade Cigana na Região Autónoma da Madeira.
- Em 2013 – Apoio à elaboração dos estatutos/outras formalidades para a constituição de uma Associação e pedido de espaço físico ao IHM para a sede da referida Associação.
- Em novembro de 2017 – assinatura de Protocolo de Cooperação entre o Instituto Português de Mediação Familiar, Associação Olho.te, Comunidade Cigana, Serviço de Igualdade de Género e Associação Presença Feminina-FEM.
- Em março de 2020 – Protocolo de Cooperação entre o Instituto Português de Mediação Familiar, a Comunidade Cigana e a Associação Presença Feminina-FEM com o objetivo de apresentação de candidatura ao Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE -2020/2021).

BDG: Quais os meios que dispõem para apoio ao desenvolvimento destas medidas?

P.FEM: Os mesmos que dispomos para todas as outras pessoas que solicitam apoio à Associação Presença Feminina – FEM: meios próprios da Associação, principalmente para apoio jurídico, psicológico e social.

Apoio da Câmara Municipal do Funchal para a organização das atividades de cariz cultural, no âmbito do Projeto “Muitos Povos...uma só Raça”.

BDG: Consideram que existe articulação entre a Vossa Instituição e outras instituições presentes na sociedade que apoiem e se associem a vossa causa?

P.FEM: Só com o Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal -IPMFF e a Comunidade Cigana.

Até à presente data não houve nenhuma articulação/parceria com outras Instituições no desenvolvimento de projetos/trabalho com a comunidade Cigana.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

P.FEM: Promover o diálogo Intercultural.

Ultrapassarem os sentimentos de desconfiança mútua já referidos anteriormente.

Criando oportunidades para que a comunidade Cigana se sinta integrada – igualdade de direitos/oportunidades. Cumprimento de deveres na sua condição de cidadãos/cidadãs portuguesas (Constituição de 1822 atribuiu a Cidadania Portuguesa dos Ciganos) que passam a ser reconhecidos como portugueses de pleno direito (quatro séculos depois da sua entrada em Portugal), e incluída – oportunidades de verem os seus valores/usos e costumes reconhecidos, valorizados e aplicados/seguidos pela comunidade maioritária.

BDG: Considera importante que os projetos que o IPMFF, a FEM e a comunidade cigana desenvolvem em conjunto? Porquê?

P.FEM: Os projetos que queríamos/queremos desenvolver em conjunto seriam/são muito importantes para a inclusão da comunidade Cigana, inclusive para a resolução de conflitos entre elementos da própria comunidade Cigana, através da criação de mediadores Ciganos, com competência para apoiarem a resolução de conflitos diversos (de bairro, familiares, vizinhos, outros).

BDG: Considera que há discriminação, estigma, preconceito contra a comunidade cigana?

P.FEM: Sim, principalmente pelo preconceito/estigma que se tem da comunidade/povo Cigano em geral. Porque relativamente à comunidade Cigana na Região Autónoma da Madeira, não há situações de conflito com a comunidade maioritária, que ponham em causa a segurança e a ordem social/ordem pública.

BDG: Admitem no futuro se envolverem em outros projetos que envolvam os ciganos da Madeira?

P.FEM: Sim, e não só que envolvem os Ciganos da Madeira mais inclusive que se possam criar intercâmbios/cooperação com outras comunidades Ciganas do país/outros países.

BDG: Como consideram a situação dos ciganos na RAM? (saúde, educação, emprego, apoio social, habitação)

P.FEM: Considero que como cidadãos portugueses/madeirenses gozam dos mesmos direitos dos outros cidadãos no acesso à saúde, educação, apoio social e habitação social. As pessoas com mais idade, a maioria com níveis de escolaridade baixos, terão dificuldades acrescidas na procura/obtenção de emprego. Essa dificuldade poderá ser motivada por situações de discriminação/preconceito em relação à condição de Cigano/a. Mas não tenho conhecimento de situações concretas de discriminação nestas áreas, pela condição de serem Ciganos/as.

BDG: Como é que os ciganos poderiam ser incluídos socialmente de forma mais eficaz?

P.FEM: Com Projetos estruturados e apoiados pelas entidades governamentais através de medidas concretas, como por exemplo a Estratégia Nacional para a integração das comunidades Ciganas.

Com a Comunicação Social a dar mais visibilidade à comunidade Cigana/dar voz às pessoas/às histórias de vida.

Com a promoção de eventos culturais conjuntos, com espaço físico para implementar uma Associação, em que a comunidade Cigana tivesse oportunidade de divulgar os seus costumes e tradições (muitos iguais ou semelhantes aos da comunidade/população portuguesa/madeirense em geral.)

Oportunidades de emprego/criação de Projetos de empreendedorismo, principalmente feminino, no sentido de esbater as grandes desigualdades de género/discriminações em relação às mulheres Ciganas.

Divulgação nas Escolas da região da cultura do povo Cigano.

Nas escolas frequentadas por alunos/as Ciganos/as melhorar o envolvimento parental na escola, criar medidas de prevenção de abandono escolar.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?

P.FEM: Como já referimos anteriormente realizámos comemoração de efemérides, apoio escolar (principalmente às meninas maiores de 12 anos), participação de outras crianças/pessoas não Ciganos.

Fizemos ainda recolha informal de dados em 2013, com objetivo de fazer levantamento das principais necessidades e potencialidades da comunidade Cigana na RAM.

Na Associação Presença Feminina FEM, têm apoio jurídico/psicológico/social.

Em novembro de 2017 foi elaborado um protocolo com o Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal e outras Instituições já referidas.

Em Março de 2020 – Protocolo de Cooperação entre o Instituto Português de Mediação Familiar, a Comunidade Cigana e a Associação Presença Feminina-FEM com o objetivo de apresentação de candidatura ao Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE -2020/2021). Candidatura que não foi aprovada.

BDG: Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana?

P.FEM: Duma maneira geral não estão atentos e muito menos comprometidos/as, pois, que seja do meu conhecimento, não há projetos ou atividades direcionadas ou com participação da comunidade Cigana.

BDG: O comité consultivo do Conselho da Europa, no seu último parecer (ROMA INTEGRATION REPORT 2019), relatam que a comunidade cigana continua a viver “a margem da sociedade” com percentagens acima dos 50% para *deficits* nas dimensões como habitação, abandono escolar e desemprego. Que avaliação faz destes dados, adaptando para o contexto territorial da RAM?

P.FEM: Não conheço nenhum estudo de âmbito regional, nem nenhuma aplicação a nível regional da Estratégia Nacional (1º Plano Nacional).

BDG: Nas recomendações que o Conselho da Europa lançou aos seus estados membros, vemos nascer em Portugal, através do ACM a estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas com data de execução entre 2013-2020. O grupo de trabalho envolvido, sentiu a necessidade de incluir um eixo transversal que engloba matérias como o

conhecimento e acompanhamento das comunidades ciganas, a discriminação, a educação para a cidadania, história e cultura ciganas, igualdade de gênero, justiça e segurança, segurança social e mediação. Relativamente a RAM, e na sua perspetiva, qual a principal medida em funcionamento? Qual aquela que menos funciona?

P.FEM: Não tenho conhecimento de nenhuma medida implementada a nível Institucional/ Governo Regional, ou por outras Instituições/Associações a nível Regional.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE L3 – SINOPSE ENTREVISTA PRESIDENTE FEM

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERDOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Diagnóstico social institucional	<p><i>“(…) necessidade de ultrapassar o sentimento de desconfiança mútua”</i></p> <p><i>(...)se houver oportunidades para que a maioria da população conheça/aceite as tradições e os valores da comunidade Cigana e esta aceite/ cumpra os princípios e deveres essenciais do estado de direito”.</i></p>	O reconhecimento na esteira da inclusão, derrubando estereótipos, construindo pontes
	Integração/Cidadania	<p><i>“Reconhecer os ciganos/as que são portugueses/madeirenses com os mesmos direitos/deveres cívicos, capazes de exercer/ocupar qualquer cargo/profissão, desde que devidamente habilitados para isso, com igualdade de oportunidades”.</i></p> <p><i>“Pessoas da Comunidade Cigana e os seus representantes dizem-se perfeitamente inseridos/integrados no bairro onde vive a maioria das famílias e não propriamente na sociedade madeirense em geral, mas sentem que ainda persistem estigmas em relação ao seu modo de vida e tradições culturais. Considero também que estão integrados (enquanto cidadãos/cidadãs portugueses no pleno gozo dos seus direitos) mas não incluídos”.</i></p> <p><i>“Os projetos que queríamos/queremos desenvolver em conjunto seriam/são muito importantes para a inclusão da comunidade Cigana, inclusive para a resolução de conflitos entre elementos da própria comunidade Cigana, através da criação de mediadores Ciganos, com competência para apoiarem a resolução de conflitos diversos (de bairro, familiares, vizinhos, outros”.</i></p>	Integração não é inclusão. Diálogo e educação intercultural

	Políticas sociais	<p><i>“Duma maneira geral não estão atentos e muito menos comprometidos/as, pois, que seja do meu conhecimento, não há projetos ou atividades direcionadas ou com participação da comunidade Cigana”.</i></p> <p><i>“Não conheço nenhum estudo de âmbito regional, nem nenhuma aplicação a nível regional da Estratégia Nacional (1º Plano Nacional)”.</i></p> <p><i>“Não tenho conhecimento de nenhuma medida implementada a nível Institucional/ Governo Regional, ou por outras Instituições/Associações a nível Regional”.</i></p>	<p>Instituir a participação na tomada de decisão e a cooperação interinstitucional.</p> <p>Políticas reconhecidas, mas não implementadas.</p>
EXCLUSÃO	Oportunidades	<p><i>“Criando oportunidades para que a comunidade Cigana se sinta integrada – igualdade de direitos/oportunidades. Cumprimento de deveres na sua condição de cidadãos/cidadãs (...) oportunidades de verem os seus valores/usos e costumes reconhecidos, valorizados e aplicados/seguidos pela comunidade maioritária”.</i></p> <p><i>(...) e não só que envolvem os Ciganos da Madeira mais inclusive que se possam criar intercâmbios/cooperação com outras comunidades Ciganas do país/outros países”.</i></p>	<p>Direito a sua identidade.</p> <p>Transações de promoção de diálogos interculturais.</p>
	Estigma	<p><i>“As pessoas com mais idade, a maioria com níveis de escolaridade baixos, terão dificuldades acrescidas na procura/obtenção de emprego. Essa dificuldade poderá ser motivada por situações de discriminação/preconceito em relação à condição de Cigano/a”.</i></p>	<p>Emprego como vulnerabilidade advindo das fracas habilitações.</p>
	Combate	<p><i>“Promover o diálogo intercultural”.</i></p> <p><i>“Com Projetos estruturados e apoiados pelas entidades governamentais através de medidas concretas, como por exemplo a Estratégia Nacional para a integração das comunidades Ciganas”.</i></p> <p><i>“Com a Comunicação Social a dar mais visibilidade à comunidade Cigana/dar voz às pessoas/às histórias de vida”.</i></p> <p><i>“Com a promoção de eventos culturais conjuntos, com espaço físico para implementar uma</i></p>	<p>Conservação social envolvendo todos os meios possíveis como sustentáculo de uma intervenção articulada e</p>

	<p><i>Associação, em que a comunidade Cigana tivesse oportunidade de divulgar os seus costumes e tradições (muitos iguais ou semelhantes aos da comunidade/população portuguesa/madeirense em geral) ”.</i></p> <p>“Oportunidades de emprego/criação de Projetos de empreendedorismo, principalmente feminino, no sentido de esbater as grandes desigualdades de género/discriminações em relação às mulheres Ciganas2.</p> <p>“Divulgação nas Escolas da região da cultura do povo Cigano”.</p> <p>“Nas escolas frequentadas por alunos/as Ciganos/as melhorar o envolvimento parental na escola, criar medidas de prevenção de abandono escolar”.</p>	<p>centrada na causa e nas consequências.</p> <p>Prevenção de ostracização cultural</p> <p>Promoção da convivialidade e da franca expansão da condição humana</p>
Desafios	<p><i>“Os projetos que queríamos/queremos desenvolver em conjunto seriam/são muito importantes para a inclusão da comunidade Cigana, inclusive para a resolução de conflitos entre elementos da própria comunidade Cigana, através da criação de mediadores Ciganos, com competência para apoiarem a resolução de conflitos diversos (de bairro, familiares, vizinhos, outros) ”.</i></p>	<p>Mediação intercultural</p>

APÊNDICE M 1 – GUIÃO DE ENTREVISTA PRESIDENTE IPMFF

Entrevista Semiestruturada

Entrevista efetuada

Data: 27 de julho de 2020

Local: Funchal

Duração: 19:00-20:00 1h

1. Enquadramento sociodemográfico -Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão.
2. De que forma o IPMFF e a FEM promovem o processo de inclusão social da comunidade cigana da RAM?
 - Quais os motivos que levam o IPMFF e a FEM a encetarem projetos com a comunidade cigana?
 - O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?
 - Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense? Justifique
 - Quais as atividades que O IPMFF e a FEM têm desenvolvido para promover a inclusão da comunidade cigana na RAM?
 - Quais os meios que dispõem para apoio ao desenvolvimento destas medidas?
 - Consideram que existe articulação entre a Vossa Instituição e outras instituições presentes na sociedade que apoiem e se associem a vossa causa?
 - O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça? E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?
 - Considera importante que os projetos que o IPMFF, a FEM e a comunidade cigana desenvolvem em conjunto? Porquê?
 - Considera que há discriminação, estigma, preconceito contra a comunidade cigana?

- Admitem no futuro se envolverem em outros projetos que envolvam os ciganos da Madeira?
- Como consideram a situação dos ciganos na RAM? (saúde, educação, emprego, apoio social, habitação)
- Como é que os ciganos poderiam ser incluídos socialmente de forma mais eficaz?
- Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos? Como foram essas atividades? Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?
- Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana
- O comité consultivo do Conselho da Europa, no seu último parecer (ROMA INTEGRATION REPORT 2019), relatam que a comunidade cigana continua a viver “a margem da sociedade” com percentagens acima dos 50% para *deficits* nas dimensões como habitação, abandono escolar e desemprego. Que avaliação faz destes dados, adaptando para o contexto territorial da RAM?
- Nas recomendações que o Conselho da Europa lançou aos seus estados membros, vemos nascer em Portugal, através do ACM a estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas com data de execução entre 2013-2020. O grupo de trabalho envolvido, sentiu a necessidade de incluir um eixo transversal que engloba matérias como o conhecimento e acompanhamento das comunidades ciganas, a discriminação, a educação para a cidadania, história e cultura ciganas, igualdade de género, justiça e segurança, segurança social e mediação. Relativamente a RAM, e na sua perspetiva, qual a principal medida em funcionamento? Qual aquela que menos funciona?
 - **BDG:** Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE M2- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA PRESIDENTE IPMFF

Entrevistada/o: Presidente IPMFF

Idade: 56 anos

Género: Feminino

BDG: Quais os motivos que levam o IPMFF ~~e a FEM~~ a encetarem projetos com a comunidade cigana?

P. IPMFF: O IPMFF sendo uma instituição pública de solidariedade social que tem como missão a cultura de paz através da mediação, não pode ficar indiferente a situações de discriminação. A comunidade cigana madeirense, constitui-se, fundamentalmente, uma comunidade de vendedores ambulantes, alegando dificuldades de subsistência, pela escassez de trabalho e ou negócio. Queixam-se que são marginalizados pela comunidade maioritária e referem o forte estigma social que impregna todos os contextos onde vivem, trabalham ou estudam.

É este o contexto que situa a mediação face à comunidade cigana e dá fundamento aos projetos elaborados.

Os desencontros culturais são na maior parte das situações motivos para a negociação de interesses comuns, para a criação de novas histórias sem mudar contextos ou, simplesmente, apelar para o reconhecimento mútuo e a legitimação com nenhuma outra base senão a boa vontade das partes envolvidas. As intervenções de cariz social, cultural e recreativo em prol das melhores respostas às necessidades contextuais apresentadas, justificam a necessidade de apostas na sensibilização e conhecimento sobre a vida e costumes da comunidade cigana residente na madeira.

Neste contexto, identificamos como área prioritária de intervenção a Mediação intercultural e a autorrepresentação como distinto e decisivo desafio de inclusão em nome do progresso e dos direitos humanos da comunidade cigana e como ato de aceitação e combate à discriminação junto da opinião pública.

BDG: O que lhe suscita quando se fala na valorização da comunidade cigana e dos ciganos?

P. IPMFF: Trata-se sem dúvida um assunto de defesa dos direitos humanos e cidadania.

BDG: Consideram que a comunidade cigana está incluída socialmente na sociedade madeirense?

P. IPMFF: Podemos dizer que a comunidade cigana é reconhecida na sociedade madeirense, mas não é suficiente para se falar em inclusão. Urge uma aprendizagem sustentada das práticas de acolhimento e integração, uma fomentação do diálogo intercultural numa perspetiva essencialmente preventiva e educativa, um necessário ajuste de políticas públicas e conseqüente adequação dos serviços, contribuindo assim para a cooperação e participação ativa desta comunidade na sociedade.

BDG: Quais as atividades que o IPMFF e a FEM têm desenvolvido para promover a inclusão da comunidade cigana na RAM?

P. IPMFF: O IPMFF atento aos fenómenos de discriminação identificados pela comunidade cigana existente na RAM elaborou o projeto (Des)senCig@-RAM, tendo como principais objetivos quebrar mitos sobre a comunidade cigana, conhecer a história de comunidade cigana na RAM, sensibilizar os jovens sobre a cultura romani e dar voz aos ciganos madeirenses.

Das atividades programadas salientam-se, de entre outras, os cursos de costura e culinária multicultural, onde os participantes têm a oportunidade de conhecer usos e costumes da comunidade cigana quer ao nível do vestuário quer ao nível da gastronomia, e as atividades de sensibilização nas Instituições de Ensino da Região, onde se dará a conhecer aos jovens a cultura romani, etc.

BDG: Quais os meios que dispõem para apoio ao desenvolvimento destas medidas?

P. IPMFF: Os meios são escassos. Damos o nosso trabalho, em sentido de voluntariado, mas precisamos de apoio financeiro para suportar muitas das ações.

Atuamos junto de outras entidades, solicitando apoios através de concursos públicos e vamos continuar a fazê-lo. Neste sentido já usufruímos do apoio financeiro da Câmara Municipal do Funchal para a formação de Mediadores Sociais. Curso que habilitou dois ciganos, uma mulher e um homem, com as competências de mediador social.

BDG: Consideram que existe articulação entre a Vossa Instituição e outras instituições presentes na sociedade que apoiem e se associem a vossa causa?

P. IPMFF: No nosso contexto, e atendendo aos procedimentos associados aos projetos que lideramos, estabelecemos articulação, ou melhor envolvemos nesta causa quatro instituições. Como já mencionei a Câmara Municipal do Funchal, através da vereadora do pelouro social e cidadania, a associação presença Feminina, a Associação Olho-te, o Gabinete de Inclusão e Cidadania do Governo Regional e a própria comunidade Cigana.

É ainda uma articulação incipiente, pelo que precisamos continuar a envolver e a articular. Esta é uma das nossas apostas atuais.

BDG: O que a sociedade maioritária tem de fazer para que a inclusão dos ciganos aconteça?

P. IPMFF: A sociedade maioritária, no meu entender precisa de conhecer mais a comunidade cigana, os seus usos e costumes. Incluir é também contar com o seu contributo e neste sentido há um intenso campo de trabalho. Da esfera social à política há toda uma envolvência que precisa de ajuste e equidade. Uma aposta na cooperação em vez da competição ou marginalização. Afinal todos somos diferentes e na coexistência desta diversidade é que emerge a plena cidadania.

BDG: E os ciganos, o que tem de fazer os ciganos?

P. IPMFF: Naturalmente a inclusão não implica apenas o lado que acolhe, implica também o que é acolhido. Os ciganos também precisam de se deixarem conhecer e cativar, revelando qual o seu contributo para a sociedade maioritária. Como disse no início desta conversa, muitas vezes o que precisam é de ajustar às narrativas, ouvirem e fazerem-se ouvir.

BDG: Considera importante que os projetos que o IPMFF, a FEM e a comunidade cigana desenvolvem em conjunto? Porquê?

P. IPMFF: Considero importante o desenvolvimento de projetos em conjunto, acima de tudo pelo sentido de cooperação que instituem.

Neste tipo de projetos o principal instrumento de trabalho são as pessoas. Não se trata de mudar outros, trata-se de um trabalho em conjunto em que todos ganham novos espaços. É efetivamente através de negociações cooperantes que conseguimos os melhores êxitos.

São projetos que apelam então à parceria à cooperação e à comunicação efetiva. As parcerias reunidas, comprometidas num trabalho de rede e, formalizadas com um estabelecimento de protocolo inter-parcerias, fomenta uma conjugação de sinergias e articulação de esforços, a fim de sensibilizar a comunidade madeirense para o flagelo que é a discriminação de minorias étnicas no contexto regional, desconstruir mitos, representações e estereótipos acerca da comunidade cigana bem como promover e sensibilizar a opinião pública sobre a história e cultura Romani.

BDG: Considera que há discriminação, estigma, preconceito contra a comunidade cigana?

P. IPMFF: Como já referi, há sim preconceitos que precisam ser reconstruídos. É neste sentido que suportamos o projeto (Des)senCig@-RAM. Desconstruir para construir de novo. Desconstruir mitos e ideias formados sobre os ciganos passa naturalmente pela sensibilização e conhecimento dos seus valores e crenças, através de um trabalho conjunto de vivências dos usos e costumes.

BDG: Admitem no futuro se envolverem em outros projetos que envolvam os ciganos da Madeira?

P. IPMFF: Sim, este é um trabalho que está no seu início. Pretendemos continuar.

BDG: Como consideram a situação dos ciganos na RAM? (saúde, educação, emprego, apoio social, habitação).

P. IPMFF: A situação dos ciganos na RAM é muitas vezes conectada com uma comunidade sem eira nem beira, dependente de subsídios e apoio social. A realidade Madeirense revela-nos uma população residente em bairros sociais e maioritariamente vendedores ambulantes. Têm acesso às escolas públicas e à saúde pública e naturalmente constituem-se contribuintes fiscais.

BDG: Como é que os ciganos poderiam ser incluídos socialmente de forma mais eficaz?

P. IPMFF: Na minha opinião a inclusão social mais efetiva está relacionada com o acesso a medidas sociais e políticas mais equitativas, nomeadamente acesso a empregos, habitações e escolas equiparados.

Hoje os ciganos não se diferenciam pelo modo de vestir, como era característica nos anos passados. Facilmente se “confundem” com os diferentes membros da sociedade, mas quando indicam que são ciganos tudo se transforma. Contava-me uma vez o ~~XXX~~, que certo dia o filho foi pedir emprego num supermercado, “eles precisavam muito de um

empregado para carregar mercadorias para o supermercado e ... “como o meu filho tinha um bom físico, eles foram simpáticos e elogiaram a sua presença” porém, segundo informou, no dia seguinte disseram que a vaga já estava ocupada. E dizia-me ele, “sabe porquê? ... porque era cigano”

Estes relatos precisam ser explorados. Naturalmente existem razões que ultrapassam a visão de apenas uma das partes ... mas naturalmente precisam ser estudadas.

BDG: Já trabalhou ou tem conhecimento de alguma instituição que promova a inclusão social dos ciganos?

P. IPMFF: Não tenho informação precisa. Tenho conhecimento que um dos gabinetes do Governo Regional, associado à Secretaria da Inclusão e cidadania está afeto a estas questões, mas não sei exatamente o que fazem.

Como já referi, este gabinete foi uma das instituições que entrou como parceira no projeto acima mencionado. Das atividades propostas ficaram com a responsabilidade, em particular, pela divulgação dos resultados das atividades desenvolvidas.

BDG: Como foram essas atividades?

P. IPMFF: O Projeto tem 3 eixos de ação e cada um deles com diversas atividades associadas. Para a concretização da ação, os parceiros de acordo com as suas áreas de maior afinidade, promoverão e desenvolverão as atividades correspondentes aos objetivos que o projeto almeja. Cada objetivo corresponde a uma unidade temática relacionada com as prioridades definidas na ENICC, e nos próprios objetivos do FAPE.

BDG: Havia participação de outras pessoas, nomeadamente não ciganas?

P. IPMFF: É um projeto com um enorme potencial de cooperação interinstitucional e comunitário.

A participação voluntária de cidadãos em geral é fomentada na etapa de preparação e divulgação do projeto, prevista para o primeiro trimestre da sua implementação. Bolsas de voluntários, cidadãos aderentes ao projeto e às suas medidas, de forma esclarecida podem participar nas atividades programadas facilitando a disseminação e implementação das mesmas.

A participação de instituições intervenientes, instituições onde serão desenvolvidas atividades do projeto, como por exemplo as entidades de Ensino, Juntas de Freguesia,

Centros Cívicos, Câmaras Municipais e outras organizações não-governamentais, será acertada por acordos de cooperação entre a entidade gestora e as mesmas.

BDG: Considera que a sociedade madeirense e as instituições da RAM estão atentas e comprometidas com a comunidade cigana.

P. IPMFF: Na minha opinião ainda há muito a fazer, em particular na sensibilização da sociedade Madeirense para a história e cultura Romani é uma necessidade. Daqui a pertinência de ações junto das comunidades académicas.

BDG: O comité consultivo do Conselho da Europa, no seu último parecer (ROMA INTEGRATION REPORT 2019), relatam que a comunidade cigana continua a viver “a margem da sociedade” com percentagens acima dos 50% para *deficits* nas dimensões como habitação, abandono escolar e desemprego. Que avaliação faz destes dados, adaptando para o contexto territorial da RAM?

P. IPMFF: Esta informação é um dos dados que estamos de momento a estudar para melhor caracterizar a comunidade cigana madeirense. Estou convicta, pelos relatos informais que detenho, que as áreas com maior défice são o emprego e a escola. Temos falta de fundamento científico para suportar este conhecimento, pelo que é de todo pertinente estudos desta natureza para tornar consistente este tipo de informação.

BDG: Nas recomendações que o Conselho da Europa lançou aos seus estados membros, vemos nascer em Portugal, através do ACM a estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas com data de execução entre 2013-2020. O grupo de trabalho envolvido, sentiu a necessidade de incluir um eixo transversal que engloba matérias como o conhecimento e acompanhamento das comunidades ciganas, a discriminação, a educação para a cidadania, história e cultura ciganas, igualdade de género, justiça e segurança, segurança social e mediação. Relativamente a RAM, e na sua perspetiva, qual a principal medida em funcionamento? Qual aquela que menos funciona?

P. IPMFF: Das medidas mencionadas, diria que é a segurança social, contudo e face à situação de crise global que hoje enfrentamos e a conseqüente escassez de recursos, receio que esta comunidade se torne mais vulnerável às exigências impostas pela pandemia e a marginalização se acentue e origine mais discriminação social.

BDG: Qual aquela que menos funciona?

P. IPMFF: Tenho a percepção que a medida que menos funciona é o associativismo. Os ciganos que integram os nossos projetos reivindicam a existência de uma associação que os proteja, acompanhe os seus interesses e lhes dê voz.

BDG: Muito obrigada pela disponibilidade para colaborar!

APÊNDICE M3 – SINOPSE ENTREVISTA PRESIDENTE IPMFF

CATEGORIAS A ANALISAR	SUBCATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Integração	<p><i>“Queixam-se que são marginalizados pela comunidade maioritária e referem o forte estigma social que impregna todos os contextos onde vivem, trabalham ou estudam. É este o contexto que situa a mediação face à comunidade cigana e dá fundamento aos projetos elaborados”.</i></p> <p><i>“Podemos dizer que a comunidade cigana é reconhecida na sociedade madeirense, mas não é suficiente para se falar em inclusão”.</i></p> <p><i>“Naturalmente a inclusão não implica apenas o lado que acolhe, implica também o que é acolhido. Os ciganos também precisam de se deixarem conhecer e cativar, revelando qual o seu contributo para a sociedade maioritária. Como disse no início desta conversa, muitas vezes o que precisam é de ajustar às narrativas, ouvirem e fazerem-se ouvir”.</i></p> <p><i>“Na minha opinião a inclusão social mais efetiva está relacionada com o acesso a medidas sociais e políticas mais equitativas, nomeadamente acesso a empregos, habitações e escolas equiparados”.</i></p>	<p>Integração não é inclusão.</p>
	Políticas Sociais	<p><i>“ (...) pelos relatos informais que detenho, que as áreas com maior défice são o emprego e a escola. Temos falta de fundamento científico para suportar este conhecimento, pelo que é de todo pertinente estudos desta natureza para tornar consistente este tipo de informação”.</i></p> <p><i>“(...)diria que é a segurança social, contudo e face à situação de crise global que hoje enfrentamos e a consequente escassez de recursos, receio que esta comunidade se torne mais vulnerável às exigências impostas pela pandemia e a marginalização se</i></p>	<p>Bilateralidade do acolhimento não é total.</p>
			<p>Das políticas sociais ativas que promovem a inclusão.</p>
			<p>Educação e empregabilidade como os eixos com maior vulnerabilidade</p>

	<p><i>acentue e origine mais discriminação social”.</i></p>	<p>à inclusão.</p>
<p>EXCLUSÃO</p>	<p>Oportunidades</p> <p><i>(...) Identificamos como área prioritária de intervenção a Mediação intercultural e a autorrepresentação como distinto e decisivo desafio de inclusão em nome do progresso e dos direitos humanos da comunidade cigana e como ato de aceitação e combate à discriminação junto da opinião pública.</i></p> <p><i>(...) já usufruímos do apoio financeiro da Câmara Municipal do Funchal para a formação de Mediadores Sociais. Curso que habilitou dois ciganos, uma mulher e um homem, com as competências de mediador social.</i></p>	<p>Agravamento com a condição pandémica.</p> <p>Mediação intercultural como forte contributo na prevenção e educação para a paz cultural.</p>
	<p>Estigma</p> <p><i>“A situação dos ciganos na RAM é muitas vezes conectada com uma comunidade sem eira nem beira, dependente de subsídios e apoio social. A realidade Madeirense revela-nos uma população residente em bairros sociais e maioritariamente vendedores ambulantes. Têm acesso às escolas públicas e à saúde pública e naturalmente constituem-se contribuintes fiscais”.</i></p> <p><i>“Contava-me uma vez o XXX, que certo dia o filho foi pedir emprego num supermercado, “eles precisavam muito de um empregado para carregar mercadorias para o supermercado e (...) “como o meu filho tinha um bom físico, eles foram simpáticos e elogiaram a sua presença” porém, segundo informou , no dia seguinte disseram que a vaga já estava ocupada. E dizia-me ele, “ sabe porquê? ... porque era cigano”</i></p>	<p>Ideários seculares generalizados, que assombram a reputação da comunidade.</p> <p>Fechamento idealizado em preconceções erróneas.</p>
	<p>Combate</p> <p><i>“O IPMFF atento aos fenómenos de discriminação identificados pela comunidade cigana existente na RAM elaborou o projeto (Des)senCig@-RAM, tendo como principais objetivos quebrar mitos sobre a comunidade cigana, conhecer a história de comunidade cigana na RAM, sensibilizar os jovens sobre a cultura romani e dar voz aos ciganos madeirenses”.</i></p>	<p>Sensibilização junto da sociedade maioritária desconstruindo muros e edificando pontes e lugares em comum.</p>

Desafios

Projetos sociais

“(…) a medida que menos funciona é o associativismo. Os ciganos que integram os nossos projetos reivindicam a existência de uma associação que os proteja, acompanhe os seus interesses e lhes dê voz”.

“Na minha opinião ainda há muito a fazer, em particular na sensibilização da sociedade Madeirense para a história e cultura Romani é uma necessidade. Daqui a pertinência de ações junto das comunidades académicas”.

Das redes formais de background como o associativismo para disseminar através de um projeto estruturado campanhas de (in)formação.

APÊNDICE N – QUADRO DIALÉTICO DAS PRESIDENTES

CATEGORIAS A ANALISAR	SUB CATEGORIAS	EXCERTOS DA ENTREVISTA	ANÁLISE INTERPRETATIVA
INCLUSÃO	Integração	<p><i>“Queixam-se que são marginalizados pela comunidade maioritária e referem o forte estigma social que impregna todos os contextos onde vivem, trabalham ou estudam. É este o contexto que situa a mediação face à comunidade cigana e dá fundamento aos projetos elaborados”.</i></p> <p><i>“Podemos dizer que a comunidade cigana é reconhecida na sociedade madeirense, mas não é suficiente para se falar em inclusão”.</i></p> <p><i>“Naturalmente a inclusão não implica apenas o lado que acolhe, implica também o que é acolhido. Os ciganos também precisam de se deixarem conhecer e cativar, revelando qual o seu contributo para a sociedade maioritária. Como disse no início desta conversa, muitas vezes o que precisam é de ajustar às narrativas, ouvirem e fazerem-se ouvir”.</i></p> <p><i>“Na minha opinião a inclusão social mais efetiva está relacionada com o acesso a medidas sociais e políticas mais equitativas, nomeadamente acesso a empregos, habitações e escolas equiparados”.</i></p> <p><i>“(…) necessidade de ultrapassar o sentimento de desconfiança mútua”</i></p> <p><i>(…)se houver oportunidades para que a maioria da população conheça/aceite as tradições e os valores da comunidade Cigana e esta aceite/ cumpra os princípios e deveres essenciais do estado de direito”.</i></p>	<p>Integração não é inclusão.</p> <p>Bilateralidade do acolhimento não é total.</p> <p>Diálogo e educação intercultural</p> <p>Das políticas sociais ativas que promovem a inclusão.</p> <p>O reconhecimento na esteira da inclusão, derrubando estereótipos,</p>

construindo pontes

Políticas Sociais

“ (...) pelos relatos informais que detenho, que as áreas com maior défice são o emprego e a escola. Temos falta de fundamento científico para suportar este conhecimento, pelo que é de todo pertinente estudos desta natureza para tornar consistente este tipo de informação”.

“(…)diria que é a segurança social, contudo e face à situação de crise global que hoje enfrentamos e a conseqüente escassez de recursos, receio que esta comunidade se torne mais vulnerável às exigências impostas pela pandemia e a marginalização se acentue e origine mais discriminação social”.

“Reconhecer os ciganos/as que são portugueses/madeirenses com os mesmos direitos/deveres cívicos, capazes de exercer/ocupar qualquer cargo/profissão, desde que devidamente habilitados para isso, com igualdade de oportunidades”.

Educação e empregabilidade como os eixos com maior vulnerabilidade à inclusão.

Agravamento com a condição pandémica.

Instituir a participação na tomada de decisão e a cooperação interinstitucional.

Políticas reconhecidas, mas não implementadas.

Oportunidades

(...) Identificamos como área prioritária de intervenção a Mediação intercultural e a autorrepresentação como distinto e decisivo desafio de inclusão em nome do progresso e dos direitos humanos da comunidade cigana e como ato de aceitação e combate à discriminação junto da opinião pública.

(...) já usufruímos do apoio financeiro da Câmara Municipal do Funchal para a formação de Mediadores Sociais. Curso que habilitou dois ciganos, uma mulher e um homem, com as competências de mediador social.

“Criando oportunidades para que a comunidade Cigana se sinta integrada – igualdade de

Mediação intercultural como forte contributo na prevenção e educação para a paz cultural.

	<p><i>direitos/oportunidades. Cumprimento de deveres na sua condição de cidadãos/cidadãs (...) oportunidades de verem os seus valores/usos e costumes reconhecidos, valorizados e aplicados/seguidos pela comunidade maioritária”.</i></p> <p><i>(...) e não só que envolvem os Ciganos da Madeira mais inclusive que se possam criar intercâmbios/cooperação com outras comunidades Ciganas do país/outros países”.</i></p>	<p>Direito a sua identidade.</p> <p>Transações de promoção de diálogos interculturais.</p>
EXCLUSÃO	<p>Estigma</p> <p><i>“A situação dos ciganos na RAM é muitas vezes conectada com uma comunidade sem eira nem beira, dependente de subsídios e apoio social. A realidade Madeirense revela-nos uma população residente em bairros sociais e maioritariamente vendedores ambulantes. Têm acesso às escolas públicas e à saúde pública e naturalmente constituem-se contribuintes fiscais”.</i></p> <p><i>“Contava-me uma vez o XXX, que certo dia o filho foi pedir emprego num supermercado, “eles precisavam muito de um empregado para carregar mercadorias para o supermercado e (...) “como o meu filho tinha um bom físico, eles foram simpáticos e elogiaram a sua presença” porém, segundo informou, no dia seguinte disseram que a vaga já estava ocupada. E dizia-me ele, “sabe porquê? ... porque era cigano”.</i></p> <p><i>“As pessoas com mais idade, a maioria com níveis de escolaridade baixos, terão dificuldades acrescidas na procura/obtenção de emprego. Essa dificuldade poderá ser motivada por situações de discriminação/preconceito em relação à condição de Cigano/a”.</i></p>	<p>Ideários seculares generalizados, que assombram a reputação da comunidade.</p> <p>Fechamento idealizado em preconceções erróneas.</p> <p>Emprego como vulnerabilidade advindo das fracas habilitações.</p>
	<p>Combate</p> <p><i>“O IPMFF atento aos fenómenos de discriminação identificados pela comunidade cigana existente na RAM elaborou o projeto (Des)senCig@-RAM, tendo como principais objetivos quebrar mitos sobre a comunidade cigana, conhecer a história de comunidade cigana na RAM, sensibilizar os</i></p>	<p>Sensibilização junto da sociedade maioritária desconstruindo muros e edificando pontes e</p>

	<i>jovens sobre a cultura romani e dar voz aos ciganos madeirenses”.</i>	lugares em comum.
	<i>“Promover o diálogo intercultural”.</i>	Concertação social envolvendo todos os meios possíveis como sustentáculo de uma intervenção articulada e centrada na causa e nas consequências.
	<i>“Com Projetos estruturados e apoiados pelas entidades governamentais através de medidas concretas, como por exemplo a Estratégia Nacional para a integração das comunidades Ciganas”.</i>	
	<i>“Com a Comunicação Social a dar mais visibilidade à comunidade Cigana/dar voz às pessoas/às histórias de vida”.</i>	
	<i>“Com a promoção de eventos culturais conjuntos, com espaço físico para implementar uma Associação, em que a comunidade Cigana tivesse oportunidade de divulgar os seus costumes e tradições (muitos iguais ou semelhantes aos da comunidade/população portuguesa/madeirense em geral) ”.</i>	
	<i>“Oportunidades de emprego/criação de Projetos de empreendedorismo, principalmente feminino, no sentido de esbater as grandes desigualdades de género/discriminações em relação às mulheres Ciganas2.</i>	Prevenção de ostracização cultural
	<i>“Divulgação nas Escolas da região da cultura do povo Cigano”.</i>	
	<i>“Nas escolas frequentadas por alunos/as Ciganos/as melhorar o envolvimento parental na escola, criar medidas de prevenção de abandono escolar”.</i>	Promoção da convivialidade e da franca expansão da condição humana.
		Mediação intercultural
Desafios	<i>“(…) a medida que menos funciona é o associativismo. Os ciganos que integram os nossos projetos</i>	Das redes formais de

Projetos sociais

reivindicam a existência de uma associação que os proteja, acompanhe os seus interesses e lhes dê voz”.

“Na minha opinião ainda há muito a fazer, em particular na sensibilização da sociedade Madeirense para a história e cultura Romani é uma necessidade. Daqui a pertinência de ações junto das comunidades académicas”.

background como o associativismo para disseminar através de um projeto estruturado campanhas de (in)formação.

Mediação intercultural

ANEXO I - CERTIDÃO DA CONSTITUIÇÃO DA ACIG-RAM

Livro	Folhas
47-A	80

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

No dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial no Funchal de [REDACTED] sito à Rua do Carmo, número 11, freguesia da Sé, concelho do Funchal, perante mim, Notária do Cartório, compareceram os outorgantes: _____

PRIMEIRO – Rolando [REDACTED] NIF [REDACTED], [REDACTED], natural da freguesia de [REDACTED] concelho de Lou [REDACTED], residente à [REDACTED], freguesia de [REDACTED], concelho do [REDACTED], portador do cartão de cidadão número [REDACTED], válido até [REDACTED], emitido pela República Portuguesa; _____

SEGUNDO – Edgar [REDACTED] NIF [REDACTED], [REDACTED] natural da freguesia de [REDACTED] concelho do [REDACTED] residente à [REDACTED], [REDACTED] freguesia de [REDACTED], concelho do [REDACTED], portador do cartão de cidadão número [REDACTED] válido até [REDACTED], emitido pela República Portuguesa; _____

TERCEIRO – Antónia [REDACTED] NIF [REDACTED], [REDACTED], natural da freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED] residente à [REDACTED], [REDACTED] freguesia de [REDACTED], concelho do [REDACTED], portadora do cartão de cidadão número [REDACTED] válido até [REDACTED] emitido pela República Portuguesa; _____

QUARTO – Idálio [REDACTED] NIF [REDACTED], [REDACTED]

Livro	Folhas
47. A	81

OITAVO – **Andreia** [redacted] NIF [redacted]
[redacted] natural da freguesia de [redacted],
concelho de [redacted], residente à [redacted],
[redacted], freguesia de [redacted] concelho do [redacted], portadora do
cartão de cidadão número [redacted] válido até [redacted],
emitido pela República Portuguesa; _____

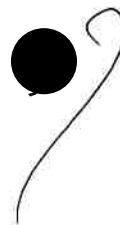
NONO – **Fernando** [redacted], NIF [redacted]
[redacted], natural da freguesia de [redacted] concelho do
[redacted], concelho onde reside à [redacted],
[redacted] freguesia de [redacted] portador do cartão de cidadão
número [redacted], válido até [redacted] emitido pela
República Portuguesa; _____

DÉCIMO – **Bárbara Rubina Caires Dória Gonçalves**, NIF
[redacted], [redacted] natural da freguesia da [redacted], concelho
de [redacted] onde reside ao [redacted]
portadora do cartão de cidadão número [redacted] válido até
[redacted], emitido pela República Portuguesa; _____

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos
referidos documentos de identificação. _____

E pelos outorgantes foi dito: _____

Que, pela presente escritura, constituem uma associação
denominada **“ASSOCIAÇÃO DE CIGANOS DA MADEIRA ACIG-
RAM”**, com sede à Travessa da Venezuela, Bloco 21, 1º G,
freguesia de São Martinho, concelho do Funchal, com o número de
identificação de pessoa coletiva 516 452 274, com o seguinte objeto



social: “A Associação de Ciganos da Região Autónoma da Madeira, abreviadamente designada de ACig-RAM, é uma associação de âmbito regional, que tem como principal objetivo, representar os ciganos madeirenses, promovendo a sua inclusão social nos distintos eixos societais: educação, formação, habitação, saúde, emprego e cultura. Pode também a ACig-RAM prosseguir outros objetivos específicos, desde que estes sejam compatíveis e não apresentem prejuízo com o objetivo definido no primeiro ponto. Na prossecução dos seus objetivos a ACig-RAM, propõe-se a:

- a) Promover o combate à discriminação social através da mediação intercultural e da sensibilização da sociedade em geral.
- b) Promover a coesão social e a participação comunitária ativa dos ciganos através da igualdade de oportunidades de acesso a espaços educativos, de saúde, habitação e emprego.
- c) Disseminar o conhecimento da história e cultura ciganas.
- d) Promover outras ações, em particular questões relacionadas com a igualdade de género em vista a melhoria das condições de ensino e de aprendizagem e o combate ao insucesso.
- e) Estabelecer parcerias interinstitucionais, de acordo com as suas áreas prioritárias de intervenção e interesse, fomentando as relações organizacionais locais, nacionais e internacionais, através de acordos de cooperação.
- f) Fomentar a realização de ações de sensibilização, formação, conferências, palestras e outros de carácter semelhante, com vista a divulgação do seu trabalho.
- g) Fomentar a compreensão da pluralidade da diferença através da gestão positiva

6

Livro	Folhas
4F-A	82

de conflitos e da mediação. h) Promover a autossustentabilidade da associação através de candidaturas a financiamento e outras atividades sem prejuízo dos estatutos. i) Movimentar outras respostas de cariz social, não previstas nem dispostas nos pontos anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais das/os cidadãs/cidadãos. 3. No âmbito da alínea e), a ACig-RAM, reserva-se ao direito de se filiar, estabelecer acordos de cooperação e parcerias com outras Instituições (privadas ou governamentais), que no seu âmbito de atuação prossigam os objetivos afins e conexos pelo qual se rege o seu objeto” - associação que se regerá pela legislação em vigor e ainda pelos estatutos constantes do documento complementar anexo a esta escritura, elaborado nos termos do número 2 do artigo 64º do Código de Notariado, que se arquiva, cujo conteúdo eles outorgantes declaram conhecer perfeitamente, pelo que é dispensada a sua leitura. _____

Arquivo: _____

- Certificado de admissibilidade da firma ou denominação para constituição de entidade com o código de acesso 0547-1440-7605, emitido a 30/04/2021 e válido até 30/07/2021, que nesta data consultei e imprimi. _____

Li esta escritura e expliquei o seu conteúdo. _____

- Rolando _____

- _____

- António _____

- Idali [redacted]
 - Zuzi [redacted]
 - Helena [redacted]
 - [redacted]
 - André [redacted]
 - Fernando [redacted]
 - [redacted]
- A Notaria,
- [redacted]
- Conta registada sob o nº [redacted]
- Fatura/Recibo nº [redacted]

**Documento Complementar elaborado ao abrigo do n° 2 do
Artigo 64° do Código do Notariado**

Estatutos da Associação de Ciganos da RAM

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

Denominação, Sede e Duração

A Associação de Ciganos da Região Autónoma da Madeira, abreviadamente designada de ACig-RAM, é uma associação sem fins lucrativos, com sede na Travessa da Venezuela, BL 21, 1º G, 9000-732 Funchal e constitui-se por tempo indeterminado.

Artigo 2º

Fim

A Associação de Ciganos da Região Autónoma da Madeira, abreviadamente designada de ACig-RAM, é uma associação de âmbito regional, que tem como principal objetivo, representar os ciganos madeirenses, promovendo a sua inclusão social nos distintos eixos sociais: educação, formação, habitação, saúde, emprego e cultura. Pode também a ACig-RAM prosseguir outros objetivos específicos, desde que estes sejam compatíveis e não apresentem prejuízo com o objetivo definido no primeiro ponto. Na prossecução dos seus objetivos a ACig-RAM, propõe-se a: a) Promover o combate à discriminação social através da mediação intercultural e da sensibilização da sociedade em geral. b) Promover a coesão social e a participação comunitária ativa dos ciganos através da igualdade de oportunidades de acesso a espaços educativos, de saúde, habitação e emprego. c) Disseminar o conhecimento da história e cultura ciganas. d) Promover outras ações, em particular questões relacionadas com a igualdade de género em vista a melhoria das condições de ensino e de aprendizagem e o combate ao insucesso. e) Estabelecer parcerias interinstitucionais, de acordo com as suas áreas prioritárias de intervenção e interesse, fomentando as relações organizacionais locais, nacionais e internacionais, através de acordos de cooperação. f) Fomentar a realização de ações de sensibilização, formação, conferências, palestras e outros de carácter semelhante, com vista a divulgação do seu trabalho. g) Fomentar a compreensão da pluralidade da diferença através da gestão positiva de conflitos e da mediação. h) Promover a autossustentabilidade da associação

Handwritten signatures and initials on the right margin:
A large arrow pointing right.
A signature that appears to be "Rosa".
A signature that appears to be "An".
A signature that appears to be "Dionant".
A signature that appears to be "Seri".
A signature that appears to be "Jill".

através de candidaturas a financiamento e outras atividades sem prejuízo dos estatutos. i) Movimentar outras respostas de cariz social, não previstas nem dispostas nos pontos anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais das/os cidadãs/cidadãos. 3. No âmbito da alínea e), a ACig-RAM, reserva-se ao direito de se filiar, estabelecer acordos de cooperação e parcerias com outras Instituições (privadas ou governamentais), que no seu âmbito de atuação prossigam os objetivos afins e conexos pelo qual se rege o seu objeto.

CAPÍTULO II

Artigo 3.º

Associados/as

1. Podem ser associados/as da ACig-RAM, todas as pessoas singulares maiores de 18 anos, e pessoas de direito coletivo.
2. Atribuímos na ACig-RAM, três categorias de associados, nomeadamente:
 - a) Os Fundadores, todos/as os elementos que estiveram envolvidos no processo de constituição e efetivação da ACig-RAM.
 - b) Os/as efetivos/as são pessoas coletivas ou singulares, nacionais ou estrangeiras que de alguma forma queiram contribuir para a prossecução dos objetivos fixados pela ACig-RAM, e que residam ou possuam sede ou representação no Continente Português.
 - c) Os sócios honorários, constituem-se as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras que pela sua distinção no campo de atuação científica ou pedagógica, ou pelos serviços prestados a ACig-RAM que se enquadram nos seus objetivos ou ainda, pelo seu contributo financeiro, sejam admitidos mediante Assembleia-geral, por proposta da direção ou de um grupo, de, pelo menos, 25 pessoas.
3. Pode ser considerado membro associado/a, todos/as os que de forma consistente e consciente, deseje participar nas atividades desenvolvidas pela ACig-RAM, desde que obtenha a aprovação para tal do corpo diretivo.

Artigo 4.º

Proposta de Associados

- 10/09/2019
Ace
1. Adquirirão o estatuto de associados/as, aqueles que sejam propostos por três sócios efetivos e aceites pela direção. Não dispensa a apresentação de pedido escrito por parte do interessado.
 2. Todas as readmissões de sócios, dependem exclusivamente da aprovação da Assembleia-geral da Associação.
 3. Os/as candidatos a sócios que viram a sua candidatura recusada, tem o direito de exercício de participação dos interessados de recorrer a Assembleia-geral no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da notificação.

Artigo 5.º

Dos Direitos dos/as associados/as

- a) Participar com direito de voto na Assembleia-geral;
- b) Eleger e serem eleitos/as ou escolhidos/as para os corpos sociais;
- c) Participar nas atividades promovidas pela ACig-RAM;
- d) Frequentar a sede e usufruir das regalias que a ACig-RAM concede aos seus membros;
- e) Usar as instalações para fins ligados a ACig-RAM, desde que a requisição por escrito seja entregue e devidamente fundamentada com antecedência mínima de sete dias e desde que a Direção autorize.
- f) Requerer convocação da Assembleia-geral extraordinária, desde que subscrita por 15 por cento dos associados/as no pleno gozo do exercício dos seus direitos.
- g) Consultar, desde que requisitado por escrito à Direção e devidamente fundamentado, no cumprimento da legislação vigente aplicável, os suportes contabilísticos, relatórios, planos de atividades, acordos de cooperação, contas e demais documentos.

A eleição de associados/as para os corpos sociais, só poderá acontecer quando:

- a) Estejam no pleno gozo e exercício dos seus direitos associativos;
- b) Sejam maiores de idade;
- c) Tenham pelo menos, um ano de associativismo a ACig-RAM.

A representação de cada associado/a, pode ser delegada noutros, nas reuniões da Assembleia-geral, mas não pode representar mais do que um/uma associado/a.

Ace
Ace
Dionísio
Seri
Seri

Artigo 6.º

Dos Deveres dos/as associados/as

Constituem-se deveres dos associados:

- a) Cumprir o presente estatuto, contribuindo para o prestígio e prossecução dos objetivos da ACig-RAM;
- b) Participar de forma ativa na divulgação e promoção da ACig-RAM;
- c) Não usar indevidamente o nome da Associação ACig-RAM, para fins pessoais;
- d) Desenvolver com zelo e eficiência todas as ações a que sejam incumbidas/os e definidas pela Direção como fundamentais para os seus fins;
- e) Comparecer a todas as reuniões para que sejam convocados/as;
- f) Observar as disposições estatutárias e regulamentos;
- g) Não fazer uso dos meios de comunicação para publicitar questões internas;
- h) Pagar pontualmente a quotização ou qualquer prestação complementar que vier a ser aprovada em Assembleia-geral.

Artigo 7.º

Perda da Qualidade de Associado

1. A qualidade de sócio perde-se:

- a) A pedido do próprio dirigido à Direção;
- b) Por falta de pagamento da quotização por período superior a um ano, se as quantias em atraso não forem liquidadas no prazo de 30 dias após aviso por escrito da Direção para o efeito;
- c) Por exclusão coerciva, resultante da deliberação da Direção, quando se verifique por parte do sócio o não cumprimento do disposto nestes estatutos.

2. Nos casos da alínea a) e b) do n.º 1, do artigo 7.º, a exclusão do sócio é automática;

3. No caso da alínea c) do n.º 1, do artigo 7.º, a Direção elaborará o respetivo processo, que respeitará o princípio do contraditório, cabendo da decisão final recurso para a Assembleia-geral, a interpor no prazo de trinta dias a contar da notificação.

4. A perda da qualidade de associado determina a perda das quotas pagas.

5. Não poderão ser reeleitos ou novamente designados os membros dos corpos sociais que tenham sido expulsos da Associação.

Artigo 8.º

Quotas

Os sócios/as efetivos só poderão exercer os seus direitos se:

- a) O pagamento de quotas estiver em dia;
- b) Os/as associados/as que exercem cargos nos corpos sociais ficam isentos de pagamento de quotas;
- c) Ficam ainda isentos de quotas todos os que o requeiram e a Direção concorde, atendendo à fundamentação apresentada;

CAPÍTULO III

Artigo 9.º

Receitas e Despesas

1. Constituem receitas da associação, nomeadamente:
 - b) As quotas iniciais pagas pelos sócios;
 - c) O produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;
 - d) Todos os rendimentos próprios da associação e as receitas obtidas com atividades sociais
 - e) Todas as liberalidades aceites pela associação;
 - f) Donativos, heranças, legados;
 - g) Os juros de depósitos;
 - h) As contribuições monetárias provenientes de imposições judiciais nos termos da alínea c) do artigo 51º do Código Penal;
 - i) Os subsídios que sejam conferidos a ACig-RAM.
2. Constituem despesas da Associação ACig-RAM, todos os encargos com pessoal, material e serviços necessários à realização dos seus fins, desde que previamente orçamentados;

12
Posig
de
A

Diamantino

Leis
#

CAPÍTULO III

Artigo 10.º

Dos Corpos Sociais e Funcionamento

1. São corpos sociais da ACig-RAM, a Assembleia-geral, a Direção, e o Conselho Fiscal.
2. A eleição é feita através de listas subscritas, no mínimo, por 20 sócios, nas quais se identificarão os cargos a desempenhar.

Artigo 11.º

Exercício de Cargos

1. O exercício de qualquer cargo nos órgãos sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas derivadas do mesmo.
2. Nenhum titular da Direção pode ser simultaneamente titular do Conselho Fiscal e/ou da Mesa da Assembleia-Geral

Artigo 12.º

Mandatos

1. Os mandatos dos titulares dos corpos sociais são de quatro anos, sem prejuízo de reeleição, até três mandatos consecutivos. Deve-se proceder à sua eleição até ao final do mês de dezembro do último ano de cada quadriénio.
2. O exercício do mandato inicia-se com a tomada de posse perante a/o presidente cessante da mesa da Assembleia-geral e deve ter lugar até ao trigésimo dia posterior ao da eleição.
3. O/A Presidente da Direção só pode ser eleita/o para três mandatos consecutivos.

Artigo 13.º

Listas Candidatas

As listas candidatas às eleições terão de designar todos os órgãos sociais e deverão ser obrigatoriamente apresentadas e afixadas na sede até quinze dias antes da data de realização das eleições.

Artigo 14.º

Reuniões da Assembleia Geral

Das reuniões dos respetivos órgãos sociais lavrar-se-ão atas que serão assinadas pelos membros presentes.

A Assembleia-geral reunirá em sessão ordinária:

- a) No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para a eleição dos titulares dos órgãos associativos;

A Assembleia-geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo/a Presidente da Mesa da Assembleia-geral, por iniciativa deste/a, a pedido da Direção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, no mínimo de 15 por cento do número de associadas/os no pleno gozo dos seus direitos

A Assembleia-geral só poderá deliberar com a presença da maioria dos/as suas/seus associadas/os efetivas/os.

A Assembleia-geral é dirigida por uma Mesa constituída pelo/a Presidente, um/uma Secretário/a e um/a Vogal, eleitos/as para o efeito aquando da eleição para os órgãos sociais.

A Assembleia-geral é convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência e a convocatória é afixada na sede da Associação, bem como remetida pessoalmente a cada associada/o através de correio eletrónico ou por meio de aviso postal, ou também por contato pessoal com o/a associado/a ou por telefone.

Artigo 15.º

Competência da Assembleia Geral

1. A Assembleia-geral é o órgão soberano, constituída por todos os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos.
2. Considera-se associada/o no pleno gozo de direitos todo/a aquele/a que tenha as quotas em dia, nos termos do art.º 8, alínea a).
3. Para além dos poderes que não sejam expressamente conferidos por estes estatutos aos restantes corpos sociais, compete-lhe, em especial, o seguinte:
 - a) Eleger os corpos sociais e a mesa da Assembleia-geral, admiti-los e aceitar a sua demissão;
 - b) Aprovar as linhas gerais da atividade da ACig-RAM;

14
Pozza
AS
Dionísio
Lei
JH

- 15
- c) Aprovar o plano de atividades, o orçamento, o relatório e as contas anuais da Direção, assim como o respetivo parecer do Conselho Fiscal;
 - d) Autorizar a Direção a adquirir, alienar ou onerar património, bem como a aceitação de heranças, legados, ou doações e outras dádivas relevantes;
 - e) Aprovar a mudança de local da sede, e a criação de delegações ou outras formas de representações da ACig-RAM;
 - f) Aprovar o regulamento interno da ACig-RAM;
 - g) Aprovar a alteração dos presentes estatutos;
 - h) Fixar o montante da quotização, sob proposta da Direção;
 - i) Deliberar sobre a dissolução da ACig-RAM, nomear a comissão liquidatária e determinar o destino do património social e os procedimentos a adotar;
 - j) Deliberar sobre todas as matérias que lhe forem submetidas.

Artigo 16.º

Da Direção

1. A Direção é composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.
2. Em simultâneo com a eleição dos membros da Direção serão eleitos três vogais suplentes, os quais exercerão as suas funções em caso de ausência ou vacatura dos membros designados no número 1 deste artigo, com exceção do Presidente e do Vice-presidente
3. Compete à Direção:
 - a) Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos e o regulamento interno, assim como dirigir toda a atividade da ACig-RAM;
 - b) Promover a execução das deliberações da Assembleia-geral;
 - c) Elaborar e apresentar anualmente à Assembleia-geral relatório e contas da gerência, bem como a aplicação do saldo e o orçamento para o ano seguinte;
 - d) Requerer ao presidente da mesa da Assembleia-geral a convocação de assembleias extraordinárias, sempre que entenda conveniente;

- e) Exercer todos os poderes que a Assembleia-geral nela delegue.
- f) Representar a ACig-RAM em todos os organismos públicos ou privados, inclusive judicialmente em juízo ou fora dele;
- g) Convocar e presidir às reuniões da Direção;
- h) Admitir sócios e excluí-los nos termos do artigo 5o, assim como propor sócios honorários;
- i) Solicitar parecer aos sócios fundadores sobre assuntos de grande interesse para a vida da ACig-RAM;
- j) Propor à Assembleia-geral a alteração dos montantes da quotização;
- k) Administrar os bens e gerir os fundos da ACig-RAM;
- l) Organizar e dirigir os serviços associativos elaborando os regulamentos internos necessários;
- m) Nomear comissões ou grupos de trabalho para projetos que tenham sido aprovados
- n) Elaborar e fazer cumprir regulamentos sobre assuntos da sua competência;
- o) Garantir a efetivação dos direitos dos associados;
- p) Elaborar anualmente o relatório e contas de gerência a submeter ao parecer do Conselho Fiscal bem como ao orçamento e programa de ação para o ano seguinte;
- q) Assegurar a gestão e funcionamento dos serviços, bem como assegurar o quadro de pessoal;
- r) Manter organizada e em dia toda a escrituração;
- s) Celebrar contratos, parcerias, protocolos com organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, desde que estejam diretamente relacionados com os fins que constituem o objeto da Associação;
- t) Providenciar sempre que possível a obtenção de recursos através de organismos públicos ou privados;
4. Qualquer membro da Direção pode tomar decisões em assuntos de reconhecida urgência, sendo a matéria sujeita a análise e ratificação ou não, posteriormente, pela Direção.

→ 10
Aos

Ar
[Handwritten signature]

posteriormente

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- 17
5. O Presidente da Direção será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente.
 6. A Direção pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao seu serviço ou em mandatários.
 7. Em todos os atos e contratos a ACig-RAM, fica vinculada pela assinatura conjunta do/a Presidente da Direção e de qualquer outro elemento da Direção.
 8. Nas ausências, faltas ou impedimentos do/a Presidente, a ACig-RAM fica vinculada pela assinatura do/aa Vice-Presidente da Direção e de qualquer outro elemento da Direção.
 9. Para os atos de mero expediente ou de gestão corrente basta a intervenção de um dos membros da Direção.

Artigo 17.º

Secretário da Direção

Ao Secretário compete:

- a) Zelo dos livros de atas e todos os documentos associados
- b) Manter informados os associados da ACig-RAM a par das decisões da Direção e Assembleia Geral.

Artigo 18.º

Tesoureiro da Direção

Ao Tesoureiro compete:

- a) Proceder à pagamentos e recebimentos em nome da Associação e conservar organizados e atualizados os fundos da mesma, com a máxima retidão;
- b) Apresentar um relatório anual de contas.

Artigo 19.º

Vogal da Direção

Ao Vogal compete prestar apoio diverso aos elementos que compõem os órgãos da Direção.

18
Posa
A

Dionânio
AP
B
Sei
S

Artigo 20.º

Do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal é composto por um presidente e um vogal e um relator, tendo o presidente o seu voto e direito a voto de desempate.
2. O conselho fiscal reúne ordinária e formalmente, no mínimo, uma vez por semestre, e delibera com a presença de todos os seus membros.
3. Compete ao Conselho Fiscal:
 - a) Examinar a contabilidade da ACig-RAM. pelo menos uma vez em cada semestre;
 - b) Dar/parecer sobre o relatório e contas apresentadas pela Direção, bem como o programa de ação e orçamento;
 - c) Fiscalizar os atos da Direção;
 - d) Assistir às reuniões da Direção, sempre que convocado pela Direção, sem direito a voto;
 - e) Requerer ao presidente da mesa da Assembleia-geral a convocação de reuniões extraordinárias, sempre que entenda conveniente;
 - f) Dar parecer relativamente a matérias que envolvam a prossecução dos seus objetivos da ACig-RAM e da sua responsabilidade patrimonial;
 - g) Diligenciar pela verificação dos fundos em caixa e em depósito;
 - h) Elaborar relatório anual da sua ação fiscalizadora
4. O Conselho Fiscal pode solicitar à Direção todos os elementos que entenda necessários à sua ação fiscalizadora, bem como pedir reuniões extraordinárias para discussão de assuntos no âmbito do controlo e fiscalização da ACig-RAM.

Artigo 21.º

Relator

Ao relator compete analisar todos os detalhes dos processos trabalhados, preparar um relatório, emitindo voto e servindo de referência ao presidente.

CAPÍTULO IV

Artigo 22.º

Disposições Finais

A alteração dos presentes estatutos e a dissolução da ACig-RAM, só podem ser deliberadas em reunião da Assembleia-geral especialmente convocada para o efeito e nos termos previstos.

Artigo 23.º

Interpretação e Integração

A interpretação e a integração das lacunas do presente estatuto competem a Assembleia-geral, recorrendo-se para o efeito às disposições legais reguladoras das Associações.

Artigo 24.º

Comissão Instaladora

1. As funções dos corpos sociais são assumidas após a escritura de constituição da ACig-RAM, por uma comissão instaladora, composta por três dos outorgantes da mesma.
2. A comissão instaladora promoverá, no prazo máximo de um ano a contar da data da escritura, eleições para os corpos sociais.

Artigo 25.º

Regulamento Interno

O regulamento interno da ACig-RAM, deve ser elaborado e aprovado no prazo de um ano após a eleição dos corpos sociais.

Artigo 26.º

Despesas e Remuneração

1. O exercício de funções nos corpos sociais é gratuito, mas as despesas eventualmente decorrentes do mesmo são suportadas pela ACig-RAM.
2. Sem prejuízo do número anterior, no caso de se justificar a dedicação prolongada ou a tempo inteiro de um ou vários membros da Direção, poderá haver lugar a remuneração, dependendo a mesma de aprovação pela Assembleia-geral.

19

100

Prando da Silva ROJA

Dr. Antonio Fernando

Wladimir
José Antônio Costa Promotor

Helena Maria Teixeira de Sousa Alves

Luís

Álvaro Carneiro Bogarin
Fernando Fernandes

~~StH~~

Pige Rolo Case